

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SOCIECONÔMICO

ILNAR FERNANDES FEITOZA

**AGRONEGÓCIO VERSUS AGRICULTURA FAMILIAR: a dinâmica da ocupação do
espaço no município de Chapadinha/MA, a partir dos anos de 1990**

São Luís- MA
2018

ILNAR FERNANDES FEITOZA

AGRONEGÓCIO VERSUS AGRICULTURA FAMILIAR: a dinâmica da ocupação do espaço no município de Chapadinha/MA, a partir dos anos de 1990

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão, como requisito parcial para a obtenção do título de mestra em Desenvolvimento Sócioeconômico.

Orientador: Prof. Dr. José de Ribamar Sá Silva

Coorientador: Prof. Dr. Samarone Carvalho Marinho

São Luís- MA
2018

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

FERNANDES FEITOZA, ILNAR.

AGRONEGÓCIO VERSUS AGRICULTURA FAMILIAR : a dinâmica da ocupação do espaço no município de Chapadinha/MA, a partir dos anos de 1990 / ILNAR FERNANDES FEITOZA. - 2018.

113 p.

Coorientador(a): SAMARONE CARVALHO MARINHO.

Orientador(a): JOSÉ DE RIBAMAR SÁ SILVA SÁ SILVA.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconomico/ccso, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.

1. Agricultura familiar. 2. Agronegócio. 3. Chapadinha. 4. Maranhão. I. CARVALHO MARINHO, SAMARONE. II. SÁ SILVA, JOSÉ DE RIBAMAR SÁ SILVA. III. Título.

ILNAR FERNANDES FEITOZA

AGRONEGÓCIO VERSUS AGRICULTURA FAMILIAR: a dinâmica da ocupação do espaço no município de Chapadinha/MA, a partir dos anos de 1990

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão, como requisito parcial para a obtenção do título de mestra em Desenvolvimento Sócioeconômico.

Aprovada em: ____/____/____

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para a obtenção do grau de mestre em Desenvolvimento Sócioeconômico.

Orientador: Prof. Dr. José de Ribamar Sá Silva

Coorientador: Prof. Dr. Samarone Carvalho Marinho

BANCA EXAMINADORA

Dr. José de Ribamar Sá Silva (Orientador)
Universidade Federal do Maranhão

Dr. Raimundo Edson Pinto Botelho
Universidade Federal do Maranhão – Campus Bacabal
Examinador externo

Dr. Benjamin Alvino Mesquita
Universidade Federal do Maranhão
Examinador interno

Dedico aos meus pais, Elias Feitoza e Noeme Chaves, agricultores e analfabetos (descendentes de agricultores e analfabetos), que mesmo com todas as adversidades e obstáculos sonharam com um futuro diferente para nós. Desejaram e trabalharam arduamente, para que diferentes deles, pudéssemos aprender a ler e a escrever. Dedico, especialmente, ao meu pai, porque mesmo sem ter tido a oportunidade de frequentar uma escola, acreditava na força da educação para transformar as pessoas e o mundo.

A Myrella Feitoza, minha filha, que faz parte da segunda geração de universitários dos descendentes de Elias e Noeme. A Mayara Lopes, filha sem laços sanguíneos, mas nem por isso menos querida. Desejo que assim como eu, as duas amem os livros, jamais se arrependirão disso!

A todos os socialistas e comunistas desse planeta que acreditam que a força transformadora e sustentadora da vida é o homem, e não, o dinheiro. E também, a todos aqueles que contrariam a padronização da lógica capitalista e, além disso, respeitam, admiram e cultivam a diversidade, que é na verdade, o que enriquece a vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Força Criadora da Vida, à Energia Cósmica que em mim pulsa e impulsiona.

Agradeço ao melhor parceiro e companheiro de vida, Carlos Vitoriano, por me aceitar do meu jeito, com qualidade e defeitos, por entender minhas buscas para conhecer e aprender, por me incentivar-me e apoiar.

Agradeço ao meu Orientador Dr. Ribamar Sá, pela transferência de conhecimentos, pelas perguntas que me fizeram refletir, por abrir pequenos espaços para conversas triviais e risos. Porém, confesso, sua orientação exige atrevimento, repensar, recomeçar, refazer, reescrever, até o caminho aparecer. É desafio árduo que deixa aprendizado para muitos outros passos.

Agradeço ao Professor Dr. Welbson Madeira, porque me mostrou novos livros das mais variadas concepções sobre o capitalismo e revisar meus artigos. Repito: seu auxílio foi decisivo para que pudesse adentrar na seara do marxismo.

Agradeço ao meu Coorientador Dr. Samarone Marinho pelas orientações e conversas iniciais, por me mostrar alguns referenciais teóricos que ligam a Economia e a Geografia, por revisar meu projeto e contribuir, da maneira que foi possível, para a realização desta pesquisa.

Agradeço ao Professor Dr. Benjamin Mesquita, por desvelar em meia-hora todo o enredo dessa história. Durante a qualificação do texto, fez 43 (quarenta e três) apontamentos objetivos e diretos com franqueza e pragmatismo que me causou forte embaraço. Sua contribuição foi decisiva para a conclusão dessa dissertação.

Agradeço aos colegas de turma que me indicaram, como representante discente, para integrar ao Colegiado do Programa PPGDSE. Agradeço também aos docentes representantes desse Órgão pelas trocas e aprendizados durante as reuniões do ano letivo de 2017.

Agradeço a todos os docentes do PPGDSE que lutam pelo seu fortalecimento dentro da Universidade Federal do Maranhão e junto ao Ministério da Educação (MEC), especialmente, ao Prof. Dr. Eliseu Serra que trabalhou ostensivamente por isso.

Agradeço aos professores que lutaram para que o PPGDSE/UFMA fosse iniciado. Pois, são de extrema relevância as pesquisas na área de desenvolvimento socioeconômico no Maranhão, por se tratar de um estado do Brasil muito rico em diversidade cultural e beleza natural, e para onde o capitalismo avança com grande força nos últimos anos, marcado por contradições, caminham par e passo o moderno e o arcaico. Mas, para que o Programa cumpra sua função é preciso que os mestrandos pensem e escrevam de forma reflexiva e crítica sobre a verdade (essência) do desenvolvimento econômico no Estado.

Agradeço ao colega/amigo Marcos Silva que alegrou meus dias, com sua companhia diária generosa, ética e respeitosa num ano letivo de grandes desafios. Trabalhamos noite e dia para cumprir as atividades extensivas que o PPGDSE exige. Meu querido amigo, tenha sempre a certeza de que será feliz aonde for, porque é um cavalheiro e leal parceiro.

Agradeço aos colegas de trabalho, Cleonor Matos, Bernadete Braga, Roselane Vasconcelos e Mayara Rodrigues, que de alguma forma, contribuíram para a realização desse trabalho e, de forma particular, aos colegas Aldemir Carvalho e Claudio Roberto, que cooperaram, sobremaneira, para que a realização desse desejo fosse possível.

E por último, agradeço a Dona Socorro, que me auxilia nos afazeres domésticos, seu trabalho imprescindível, pois assim, me resta mais tempo para os livros.

“Até agora os filósofos se preocuparam em interpretar o mundo de várias formas. O que importa é transformá-lo”.

Karl Marx

RESUMO

Analisa-se nesta dissertação a ocupação do espaço no município de Chapadinha, a partir dos anos de 1990, com o objetivo de investigar os impactos causados pelo avanço do agronegócio sobre a agricultura familiar, na lógica da expansão capitalista para o campo. Inicialmente são explicitadas as referências teóricas e metodológicas, nas quais se destacam as teorias sobre o avanço do capitalismo para a agricultura sendo as primeiras como discussão geral dos autores clássicos e as últimas, como discussão contextualizada na realidade brasileira. A partir dos referenciais indicados, analisam-se as bases da expansão do capitalismo para a agricultura e a dinâmica do avanço, especialmente, na agricultura brasileira, na atual fase neoliberal do capitalismo, bem como a atuação do Estado nesse processo. Em seguida, tendo o município de Chapadinha no estado do Maranhão como referência empírica, esclarecem-se os impactos do avanço do capitalismo para o campo, por meio dos incentivos públicos que corroboraram com a expansão dos monocultivos no Maranhão. Na sequência, analisam-se os principais indicadores socioeconômicos do Brasil, Maranhão e Chapadinha, 1991, 2000 e 2010 e a participação do setor agropecuário. Por fim, explanam-se sobre os impactos da expansão dos monocultivos da soja e do eucalipto em Chapadinha/MA, como também os impactos sociais e econômicos para aqueles que dependem de pequenos espaços para produzir. Com base nos levantamentos feitos, conclui-se que a expansão dos monocultivos para Chapadinha, trouxe impactos negativos consideráveis para a pequena agricultura, e ainda, uma soma de prejuízos sociais, econômicos e ambientais para os moradores e ecossistema dos povoados. Conclui-se que em Chapadinha, o agronegócio avança apoderando-se dos espaços, comprimindo a agricultura familiar e as antigas formas de se produzir e viver dos pequenos produtores.

Palavras-chave: Agronegócio. Agricultura familiar. Maranhão. Chapadinha.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the occupation of space in the municipality of Chapadinha, from the 1990s, with the objective of investigating the impacts caused by the advance of agribusiness on family agriculture, in the logic of capitalist expansion to the countryside. Initially the theoretical and methodological references are explained, in which the theories about the advance of capitalism for agriculture are highlighted, being the first as general discussion of the classic authors and the last, as a contextualized discussion in the Brazilian reality. From the indicated references, we analyze the bases of the expansion of capitalism for agriculture and the dynamics of the advance, especially in Brazilian agriculture, in the current neoliberal phase of capitalism, as well as the State's performance in this process. Then, taking the municipality of Chapadinha in the state of Maranhão as an empirical reference, the impacts of the advance of capitalism to the countryside are clarified by means of public incentives that corroborated the expansion of monocultures in Maranhão. Following, the main socioeconomic indicators of Brazil, Maranhão and Chapadinha, 1991, 2000 and 2010, and the participation of the agricultural sector are analyzed. Finally, the impact of the expansion of soybean and eucalyptus monocultures in Chapadinha / MA, as well as the social and economic impacts for those who depend on small spaces to produce, are discussed. Based on the surveys, it was concluded that the expansion of monocultures to Chapadinha has had considerable negative impacts on small-scale agriculture, as well as a combination of social, economic and environmental damage to the residents and the village ecosystem. It is concluded that in Chapadinha, agribusiness advances by taking over the spaces, compressing family farming and the old ways of producing and living of small producers.

Keywords: Agribusiness, Family farming, Maranhão, Chapadinha

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Campo de soja localizado entre os municípios de Chapadinha e Afonso Cunha, próximo do Povoado Estrela. Casal catando raízes e pedras para limpeza da área.....	80
Fotografia 2 - Aterro sanitário. Povoado Bonfim.....	81
Fotografia 3 - Canteiro de cebolinha, povoado Santa Rita.....	82
Fotografia 4 - Árvores frutíferas: jaqueira e coqueiro. Logo abaixo de criação de galinhas presas. Povoado Leite.	83
Fotografia 5 - Quintal, coqueiros do Povoado Leite.....	83
Fotografia 6 - Quebra de coco babaçu para fabricar azeite e Carvão. Povoado Bonfim.....	84
Fotografia 7 - Criação de porcos presos, Povoado Oiteiro.....	85
Fotografia 8 - Cavalos amarrados. Povoado Conceição.....	85
Fotografia 9 - Criação de galinhas presas, Povoado Bonfim.	85
Fotografia 10 – Campo de eucalipto que atravessa os Povoado Santa Rita, Oiteiro e Conceição.....	91
Fotografia 11 – Preparação do campo de soja no Povoado Bonfim.....	92
Fotografia 12 – propriedade do “Gaúcho” Povoado Bonfim.....	92
Fotografia 13 – Armazém cheio de produtos químicos, Povoado Bonfim.....	92
Fotografia 14 – Casas ocupadas pela produção de soja, Povoado Bonfim.....	93
Fotografia 15 – Placas doadas pela empresa Suzano Papel e Celulose.....	93
Fotografia 16 – Correntão utilizado para limpar campos, Povoado Leite.....	94
Fotografia 17 – Queimada e fumaça, preparação dos campos de soja, Povoado Leite.....	94
Fotografia 18 – Poço artesiano secou três vezes em 2017, Povoado Santa Rita.....	94
Fotografia 19 – Lagoa sem água, Povoado Conceição.....	95
Fotografia 20 – Cajueiro morto, próximo Plantios de eucalipto, Povoado Santa Rita.....	95
Fotografia 21 – Açude seco. Povoado Oiteiro.....	95
Fotografia 22 – Estrada que corta os campos de soja e chega até os plantios de eucalipto. Atravessa os povoados como Bonfim, Oiteiro, Conceição e outros.....	96
Fotografia 23 – Viveiro de mudas de cajueiro, Povoado Santa Rita.....	97

Fotografia 24 – Brejo, povoado Remédio.....	98
Fotografia 25 – Lagoa, povoado Remédio.....	98

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Variação percentual da evolução dos rebanhos efetivos no Brasil, Maranhão e Chapadinha, 1996 - 2006.....	50
Gráfico 2 – Variação percentual da evolução dos rebanhos efetivos no Brasil, Maranhão, Chapadinha, 2006 – 2016.....	51
Gráfico 3 – Variação percentual da produção de leite (mil litros) e ovos (mil dúzias), no Brasil, Maranhão e Chapadinha (1996-2006) e (2006 - 2016).....	52
Gráfico 4 – Variação percentual da extração do coco de babaçu no Brasil, Maranhão e Chapadinha (1996- 2006) e (2006 - 2016).....	53
Gráfico 5 - Variação percentual da população rural do Brasil, Maranhão e Chapadinha, 1991, 2000 e 2010.....	61
Gráfico 6 – Variação percentual da participação da atividade agropecuária Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, Maranhão e Chapadinha, 2003, 2006, 2009, 2012, 2015.....	62
Gráfico 7 – Evolução IDH Brasil e IDHM do Maranhão e Chapadinha, 1991-2000-2010.....	68
Gráfico 8 - Evolução do ÍDH e IDHM educacional, Brasil, Maranhão e Chapadinha, 1991, 2000 e 2010.....	69
Gráfico 9 - Evolução do IDH e IDHM de longevidade, 1991, 2000 e 2010.....	70
Gráfico 10 – Esperança de vida ao nascer, 1991, 2000 e 2010.....	71
Gráfico 11 - Evolução da mortalidade infantil, Brasil, Maranhão e Chapadinha, 1991, 2000 e 2010.....	72
Gráfico 12 - Mortalidade infantil, taxas de queda, 1991 - 2000 e 2000 - 2010.....	73
Gráfico 13 - Evolução do IDH e IDHM Renda.....	74
Gráfico 14 - Evolução do IDH e IDHM Renda per capita, Brasil, Maranhão e Chapadinha, 1991, 2000 e 2010.....	75
Gráfico 15 - Entrevistados apontam vantagens, desvantagens ou são indiferentes ao avanço dos monocultivos.....	89

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Variação absoluta dos rebanhos efetivos no Brasil, no Maranhão e em Chapadinha, entre 1996-2006.....	49
Tabela 2 - Variação absoluta dos rebanhos efetivos no Brasil, no Maranhão e em Chapadinha, entre 2006-2016.....	50
Tabela 3 - Variação percentual da área de lavouras temporárias no Brasil, no Maranhão e em Chapadinha nos períodos de 1996-2006 e 2006-2016.....	54
Tabela 4 - Variação absoluta da área das lavouras temporárias no Brasil, no Maranhão e em Chapadinha nos períodos de 1996-2006 e 2006-2016.....	55
Tabela 5 - Evolução da área, variação absoluta e percentual da área de lavouras de soja, no Brasil, Maranhão e Chapadinha 1996 – 2006 e 2006 – 2016.....	55
Tabela 6 – Variação da área, em termos absoluto (hectares) e percentual, ocupadas com plantio de eucalipto, no Brasil, Maranhão e Chapadinha, 2006 - 2016.....	56
Tabela 7 - Variação absoluta da área ocupada com plantio de arroz, feijão, mandioca, soja e eucalipto (hectares), no Brasil, Maranhão e Chapadinha, 2006 - 2016.....	57
Tabela 8 - Exportação do complexo de soja do Brasil e Maranhão, valor e peso, 2010-2016	58
Tabela 9 - Exportação de celulose do Brasil e Maranhão, valor e quantidade em toneladas, 2014 - 2016.....	59
Tabela 10 - Evolução percentual da população residente, urbano e rural, 1991, 2000 e 2001	61
Tabela 11 - Caracterização dos entrevistados.....	79
Tabela 12 - Renda e organização social.....	80
Tabela 13 - Entrevistados que trabalham com lavouras (nº e %)......	82
Tabela 14 - Entrevistados que declararam criar de animais, (nº e %)......	84
Tabela 15 - Avanço dos monocultivos e a pressão sobre o pequeno lavrador, (nº e %)......	88
Tabela 16 - Principais vantagens e desvantagens do avanço do agronegócio, indicadas pelos entrevistados, (nº e %)......	90

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Crediamigo	Programa de Microcrédito Produtivo
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Agropecuária
FIB	Felicidade Interna Bruta
FJP	Fundação João Pinheiro
GITE	Grupo de Inteligência Territorial Estratégica
GPS	Sistema de Posicionamento Global
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
ICMS	Imposto de Circulação de Mercadorias
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
JICA	JapanInternationalCooperation Agenda
MacroZEE	Macrozoneamento Ecológico-Econômico
MATOPIBA	Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia
PIB	Produto Interno Bruto
PNB	ProgramaNacionaal Bruto
PND	Programa Nacional de Desenvolvimento
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Polocentro	Programa Nacional de Desenvolvimento dos Cerrados
PGC	Programa Grande Carajás
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 O AVANÇO DO CAPITALISMO SOBRE A AGRICULTURA	18
1.1 A visão dos clássicos e contextualização da realidade do Brasil	18
1.2 A “trajetória” da agricultura no Brasil: agricultura familiar e agronegócio	26
1.3 A atuação do Estado no atual modelo de desenvolvimento agrícola	33
2 O AVANÇO DO CAPITALISMO PARA O CAMPO NO BRASIL E NO MARANHÃO	38
2.1 Modernização da agricultura, incentivos públicos e, após os anos de 1990, a expansão dos monocultivos	38
2.2 A evolução da produção agropecuária no Brasil, Maranhão e Chapadina/MA..	48
3 IMPACTOS DA EXPANSÃO DOS MONOCULTIVOS NO CAMPO: as particularidades do município de Chapadina	64
3.1 Os principais indicadores socioeconômicos do Brasil, Maranhão e Chapadina (1991, 2000 e 2010).....	65
3.2 A expansão dos monocultivos de soja e eucalipto em Chapadina/MA e os impactos socioeconômicos na agricultura familiar.....	78
CONCLUSÃO	100
REFERÊNCIAS	107
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO UTILIZADO PARA AS ENTREVISTA	112

INTRODUÇÃO

A agricultura é o setor da economia responsável pela produção dos alimentos. No Brasil, a agricultura familiar produz cerca de 70% dos alimentos consumidos pela população interna (MDA, 2017), por isso a agricultura familiar brasileira é imprescindível para garantir a soberania alimentar e a segurança nutricional. Um dos grandes desafios dessa atividade é suportar e superar os impactos causados pelo avanço do capitalismo para a agricultura, por meio do agronegócio e seus monocultivos que demandam grande quantidade de terra fértil, tem apoio do aparato estatal e por serem produtos da demanda internacional é de interesse de grandes grupos econômicos. Por outro lado, o agronegócio é um arranjo produtivo pré-organizado, que migra de um lugar para outro, em busca de lucratividade, desrespeitando as especificidades produtivas, antes desenvolvidas, pela população local.

Desse modo, no Brasil, a política agrícola para atender o mercado interno encontra insuficiente apoio estatal para desenvolver-se, enquanto que o agronegócio é fomentado de várias formas (infraestrutura, subsídios, créditos agrícolas, perdão de dívidas tributárias, entre outros). O Estado implementa diferentes políticas públicas a fim de garantir maior volume da produção para promover o agronegócio e atender a demanda do mercado externo.

As mudanças na agricultura brasileira iniciaram com a modernização técnica a partir dos anos de 1960 e com o advento da política neoliberal no início dos anos de 1990, devido à nova divisão internacional do trabalho, tendo como premissa a lógica das vantagens comparativas dos pressupostos ricardiano da economia liberal, outras modernizações foram implementadas, especialmente no que tange a infraestrutura portuária e energética. O objetivo governamental era promover o agronegócio e o comércio exterior para cobrir déficits da balança comercial. Com essa intenção fomentou-se o agronegócio utilizando-se dos instrumentos da política econômica e agrícola para favorecer e fortalecer os negócios com os produtos agrícolas como soja e eucaliptos que são demandados pelas economias externas como Estados Unidos e China.

Em virtude disso dessa opção estatal em atender a demanda global, no Brasil, a pequena agricultura não encontra o apoio estatal dispensado ao agronegócio, mesmo que esta seja imprescindível para a segurança alimentar dos habitantes. Para impulsionar o agronegócio, o Estado implementa diversas políticas públicas a fim de garantir maior volume de produto visando atender a demanda do mercado externo. Por outro lado, políticas públicas para atender o agricultor familiar, camponeses, povos tradicionais são poucas, o espaço

ocupado pela agricultura familiar são reduzidos e os agentes desse campo são, muitas vezes, expropriados e para esses lugares expandem-se as monoculturas para produção de mercadorias ao invés de alimentos.

Nesse sentido, o objeto da presente pesquisa é investigar a disputa por espaço pelo agronegócio e a agricultura familiar e os impactos socioeconômicos para o pequeno produtor no município de Chapadinha da região leste do Maranhão. A hipótese que orienta a pesquisa está vinculada a compressão de que, quanto maior o avanço do agronegócio no município de Chapadinha/MA, maiores serão as dificuldades para o desenvolvimento socioeconômico dos agricultores familiares. Desse modo, o título escolhido AGRONEGÓCIO VERSUS AGRICULTURA FAMILIAR: a dinâmica do uso do espaço no município de Chapadinha/MA, a partir dos anos de 1990.

Nesse sentido, a metodologia empregada fundamentou-se, em primeiro lugar, na pesquisa bibliográfica disponível em livros, teses e artigos para compreender as motivações e implicações do avanço do capitalismo sobre a agricultura, a dinâmica do agronegócio na ocupação do espaço e os entraves da agricultura familiar. Nesse contexto, também se procurou compreender a atuação do Estado para promover o avanço do capitalismo.

Em segundo lugar, buscou-se os dados oficiais referentes a área ocupada pela agricultura familiar e pelos monocultivos, especialmente soja e eucalipto, no Brasil, Maranhão e Chapadinha, a partir dos anos de 1990, para entender a evolução da ocupação do espaço rural produtivo pelas monoculturas e agricultura familiar no Brasil, Maranhão e Chapadinha. Também se recorreu aos Índices de Desenvolvimento Humano e Índices de Desenvolvimento Humano Municipal para conhecer a evolução dos indicadores referentes a saúde, educação e renda dos locais e período considerados na presente pesquisa.

E, por fim, o terceiro procedimento utilizado para cumprir o objeto da pesquisa foi à pesquisa empírica qualitativa. Entrevistaram-se dezesseis trabalhadores (moradores) rurais de Chapadinha para se compreender os impactos locais socioeconômicos e ambientais causados pelo avanço das monoculturas (soja e eucalipto).

Assim, após esta introduzir procurou-se, no primeiro capítulo, denominado “O avanço do capitalismo para a agricultura” fazer uma releitura do debate clássico sobre a questão agrária, as interpretações sobre o avanço do capitalismo para a agricultura, o contexto atual dos dois modelos de agricultura predominantes no Brasil, agronegócio e agricultura familiar, bem como a atuação do Estado no atual modelo de desenvolvimento agrícola.

No segundo capítulo “O avanço do capitalismo para o campo no Brasil e no Maranhão”, relembrou-se as interpretações e abordagens sobre a modernização da agricultura

e os incentivos fiscais concedidos, no Brasil, que culminaram com a expansão dos monocultivos na fase neoliberal. Além disso, recorreu-se aos dados sobre a produção das culturas exploradas no agronegócio e da agricultura familiar que foram organizados em tabelas e gráficos para melhor visualização da evolução da agricultura.

No terceiro capítulo, “IMPACTOS DA EXPANSÃO DOS MONOCULTIVOS NO CAMPO: as particularidades do município de Chapadinha” expuseram-se os principais indicadores socioeconômicos do Brasil, Maranhão e Chapadinha, 1991, 2000 e 2010, com base nos dados dos Índices de Desenvolvimento Humano para o Brasil e Índices de Desenvolvimento Humano Municipal para o Maranhão e Chapadinha. E também, mostraram-se os impactos socioeconômicos na agricultura familiar daquele Município com o advento das monoculturas de soja e eucalipto, com base nas informações da pesquisa de campo e fotografias. E por fim, teceram-se as conclusões a respeito dos impactos causados pelo avanço das monoculturas sobre a agricultura familiar.

1. O AVANÇO DO CAPITALISMO SOBRE A AGRICULTURA

Este primeiro capítulo traz uma releitura dos autores clássicos e brasileiros sobre a questão agrária e a inserção da agricultura no capitalismo. Entende-se que essa discussão é relevante para compreender a expansão e ocupação das terras agrícolas por esse modo de produção, atual fase neoliberal. Além disso, buscou-se compreender os dois principais modelos de produção agrícolas do Brasil: a agricultura familiar e o agronegócio. E para finalizar, buscou-se revisar o papel do Estado no capitalismo e sua forma de atuação em relação à agricultura.

1.1 A visão dos clássicos e contextualização da realidade do Brasil

Neste item, serão revisadas as concepções dos autores clássicos Karl Kautsky, Vladimir Lenin, e Alexander Chaynov que pesquisaram o avanço do capitalismo sobre agricultura e suas implicações na Rússia e nos Estados Unidos, no início do século XX. Para compreender esse contexto no Brasil, escolheu-se os autores Caio Prado Júnior, Graziano da Silva e Bernardo Sorj, pois esses aprofundaram o olhar sobre a realidade socioeconômica do capitalismo e seu encadeamento com a agricultura brasileira, que muito explica sobre a situação do trabalhador rural e a concentração fundiária, sustentáculos que mantêm o espaço rural brasileiro em condições muito semelhantes ao período colonial.

Nessa perspectiva, traz-se para iniciar o debate Kautsky (1980). Segundo esse autor, a agricultura não se submete prontamente à lógica do capital. Na verdade, é um setor perpassado e dependente, simbiótico com a natureza, de difícil domesticação e padronização, diferente dos setores da indústria, comércio e serviço. Embora, o autor esclareça que mesmo que a agricultura tenha suas “leis próprias” é possível conciliá-la a indústria. No capitalismo, nada escapa ao controle dos processos produtivos, tudo é passível de submissão tecnológica e demais artimanhas produtivas na busca do progresso mercantil.

A agricultura não se desenvolve segundo o mesmo processo da indústria. Ela segue leis próprias. Mas isto absolutamente não quer dizer que a evolução da agricultura se coloque em oposição à da indústria e que ambas sejam inconciliáveis. Ao contrário, julgamo-nos com elementos para demonstrar que ambas tendem para o mesmo fim, uma vez que não as isolamos uma da outra, e as consideremos como partes de um mesmo progresso de conjunto (KAUTSKY, 1980, p 11).

Para o autor, a indústria capitalista constrói para se expandir. Desenvolve todo um aparato de comunicações internas que interligam todos os lugares, mesmo os mais distantes. Utiliza-se de estrada de ferro, correios, jornais para transportar não somente mercadorias, mas também as ideias sobre o mundo fantástico de progresso e enriquecimento. Então, submete o camponês e a população rural ao sistema capitalista, eliminando suas formas tradicionais de sobrevivência.

Segundo o autor, com o avanço do capitalismo para o campo, o pequeno produtor convencido ou vencido adentra na lógica produtivista do capital, passa a depender de dinheiro, de crédito e para consegui-lo, hipoteca sua propriedade que é o único bem material que dispõe para sobreviver, entretanto, pelas regras bancárias contratuais, poderá perdê-la caso não efetue o pagamento dos empréstimos realizados. Assim, o pequeno lavrador perde a autonomia e independência na sua sobrevivência, mesmo que já penosa, pois ao aceitar produzir mercadorias, além das intempéries da natureza, torna-se refém das crises do mercado que, segundo o autor, a partir dessa opção de produzir conforme a lógica capitalista pode advir-lhe pesadas consequências. Como descrito pelo autor:

Podem arrancar-lhe o ganha-pão – a sua terra – e finalmente separá-lo inteiramente dela, para transformá-lo num proletário. Eis o que resulta do bem-estar, da independência, da segurança do camponês livre, lá onde a sua indústria doméstica, destinada às suas próprias necessidades, se desagrega e onde as prestações em espécie pesam sobre ele (KAUTSKY, 1980, p. 14).

Kautsky (1980) salienta que além dos encargos tributários, dívidas, esgotamento do solo, dilemas enfrentados pelo camponês, há uma dificuldade ainda maior, que é a concorrência com a grande propriedade. Tudo isso impõe ao pequeno lavrador a escolha de deixar o campo e tentar a sobrevivência no espaço urbano, não por opção, mas por coerção:

Quanto mais a necessidade de enfrentar-se a competição acarreta os excessos de trabalho, o desprezo de todas as exigências da civilização, às vezes mesmo as simples exigências da vida, a degradação voluntária até a barbárie; quanto mais a gleba perde a possibilidade de encadear ao solo o próprio lavrador, tanto mais a emigração para a cidade se transforma em lei, também, entre os pequenos camponeses (KAUTSKY, 1980, p. 130).

Kautsky (1980) assegura que é inevitável a emigração do homem que sobrevive no campo para a cidade. As condições de trabalho e de salário são sempre menos atrativas do que aquelas que ele acredita encontrar nos centros urbanos, “o campônio parece como que penetrado dessa ideia desesperante de que no meio rural não há felicidade possível para ele, e muito tranquilamente depõe a sua enxada e a sua pá, e parte” (KAUTSKY, 1980, p. 136).

Na concepção do autor, o aumento ou manutenção das pequenas propriedades, entre 5 e 20 hectares, informados nos censos agropecuários não indica uma vantagem ou sucesso para o pequeno produtor. Na verdade, esse dado nada revela sobre o bem-estar dos camponeses, os quais na realidade vivem em estado de miséria. Já para o agricultor familiar que produz suas próprias mercadorias, pesa vários encargos que recaem e destroem a agricultura com a consolidação do capitalismo no meio rural.

São eles os mais explorados pelo usurário e pelo intermediário; sobre eles recaem os impostos mais pesados; para eles é que o serviço militar se torna mais duro; e seu solo é o que se empobrece e se esgota mais rapidamente, E como as suas lavouras se encontram no número das mais irracionais dentre as que produzem mercadorias, são eles os que mais frequentemente procuram enfrentar a concorrência com um trabalho excessivo e uma alimentação insuficiente. Recordamos uma expressão reveladora da felicidade dos pequenos camponeses por continuarem pequenos camponeses: "Quando a gente possui uma junta de animais, a vida se torna mais difícil" (KAUTSKY, 1980, p. 138).

Kautsky (1980) avalia que para a agricultura produzir em grande escala ou volume como ocorre na indústria, é preciso investir em meios de transporte com larga capacidade para armazenagem e locomoção, pois isso possibilita avançar para os interiores dos continentes levando, de um lugar para outro, matérias-primas e alimentos, transformando o mundo em um grande mercado. O capitalismo para se fortalecer exige expansão e infraestrutura. Foram construídas as primeiras estradas de ferros dos Estados Unidos, os outros países por imitação, seguiram investindo em malhas férreas financiadas, às vezes, passando por locais completamente despovoados e sem atividades econômicas, interligando regiões produtivas e distantes umas das outras.

Do ponto de vista do autor, a produção capitalista utilizando os transportes adequados aumenta a comercialização e exportação, interliga e favorece o mercado. Todavia, mais adiante, esse desenvolvimento leva a “uma completa esterilidade do solo ou a transição para a empresa capitalista de grandes propriedades territoriais e de camponeses abastados” (KAUTSKY, 1980, p. 148). Somem-se a isso os efeitos da

construção das estradas de ferro, que resultará na “ruína da indústria a domicílio, o rápido endividamento dos camponeses, uma lenta eclosão de indústrias capitalistas, e, com agravamento da fome e da pobreza, o aumento da exportação dos produtos agrícolas” (KAUTSKY, 1980, p. 148).

Kautsky (1980) assegura que a produção em grande escala imposta pela concorrência no capitalismo entre os países atrasados e aqueles com indústria próspera, impõe uma queda incessante na produção de gêneros alimentícios para a maioria da população. Isso incidirá numa crise social no mundo capitalista. O autor declara que “o certo é que a crise agrária não pode mais resolver-se nos quadros da sociedade capitalista” (KAUTSKY, 1980, p. 149).

Para o autor, no capitalismo existem vantagens entre o latifúndio e a pequena propriedade para se firmar junto à indústria. A grande propriedade pode fornecer para a indústria inúmeros produtos além de matérias-primas, enquanto que a fim de garantir alguns ganhos, a pequena propriedade procura aliança ou cooperação com a grande propriedade para atender as diversas demandas industriais. Mas, segundo o autor, não existem mecanismos, nem ajuda estatal capazes de impedir a chegada às empresas agrícolas de diversas crises inerentes ao capitalismo, pois:

Para toda empresa agrícola, como para qualquer outra, cedo ou tarde chega o momento em que se sobrecarrega de ônus, em que os seus preços se reduzem, em que a concorrência lhe causa devastações, em que os mais fracos e os menos hábeis são eliminados, em que, enfim, crises temporárias - umas gerais, coincidindo com o movimento total de surto ou depressão econômica, outras, particulares, suscitadas pelas transformações especiais de ordem técnica, produtiva ou legislativa - sacodem o ramo em questão (KAUTSKY, 1980, p. 161).

O autor alega que durante essas crises, as empresas agrícolas, que enfrentam as maiores dificuldades produtiva e financeira, vendem suas propriedades para aqueles que possuem maior poder econômico. Mesmo que implante tecnologias e modernize as formas de produzir, em períodos de depressão produtiva, eliminarão alguns concorrentes e provocarão a concentração do espaço territorial rural nas mãos de poucos, dos mais fortes do ramo. Kautsky (1980, p. 169) utiliza-se da seguinte argumentação, “cedo ou tarde sobrevém o momento, para cada espécie de indústria agrícola, em que deixa de ser acessível aos pequenos lavradores e se torna um monopólio dos capitalistas e dos grandes proprietários territoriais”.

Em adição, o autor enfatiza a necessidade de pesquisas que demonstrem se acontece e de que forma se apresenta a apropriação agrícola por esse modo de produção, afirmando que, “se deve pesquisar se e como o capital se apodera da agricultura, revolucionando-a, subvertendo as antigas formas de produção e de propriedade, criando a necessidade de novas formas” (KAUTSKY, 1980, p. 28). Tal tese evidencia que a indústria acabará com a classe campesina, uma vez que o capitalismo se insere em todos os setores produtivos, até mesmo no campo. Além disso, o autor argumenta que o capitalismo se constitui por duas classes distintas: burgueses e proletários, então outras categorias de trabalhadores desaparecerão. Diante dessa tese, não lhe resta dúvida quanto à condição do campesino em se tornar trabalhador assalariado nas grandes explorações capitalistas.

Em relação a esse contexto é relevante considerar as concepções de Lenin (1980), que também pesquisou sobre o avanço do capitalismo na agricultura da Rússia e dos Estados Unidos, no início do século XX. Para este autor, uma das formas de avaliar a expansão e penetração do capitalismo na agricultura é analisando os dados referentes à extensão dos estabelecimentos agrícolas. Segundo suas teses, quando há um acréscimo das grandes propriedades rurais e uma redução das pequenas e médias é evidente que a agricultura adentrou na lógica do capitalismo.

No dizer de Lenin (1980, p. 36), “os fatos demonstram de forma irrefutável que o desenvolvimento do capitalismo se traduz às vezes pelo crescimento da dimensão média das farms e, às vezes, pelo crescimento de seu número”. Mais adiante, acrescenta que em termos estatísticos quando a agricultura é perpassada pelo capitalismo, será observado um grande crescimento de grandes estabelecimentos e a supressão dos pequenos. Entretanto, o autor assegura que esses dados não serão tão comprovadores dessa situação quanto aqueles que retratam a elevação da contratação de trabalho assalariado no meio rural. E, destaca que para uma análise sobre a intensificação agrícola os dados necessários serão os que evidenciam as despesas com adubos, instrumentos e máquinas. Estes comprovarão com maior precisão que a agricultura, assim como uma indústria eleva a produção de mercadorias. Lenin (1980) esclarece ainda que, o capitalismo desenvolve-se dentro da agricultura de duas maneiras por meio do crescimento da extensão territorial das propriedades ou nas pequenas propriedades que se especializam na produção mercantil e utilizando-se da de técnica apresentam alta produtividade. O autor vale-se da seguinte argumentação:

Contudo, o capitalismo se desenvolve sob uma dupla forma: pelo crescimento extensivo das explorações que repousam sobre uma base técnica atrasada e pela criação de novas explorações, pequenas e até bem pequenas em relação à sua extensão, e que se dedicam a culturas mercantis especializadas, caracterizadas por uma superfície bastante reduzida, um volume muito grande de produção e um emprego mais amplo do trabalho assalariado. Daí resulta um fortalecimento máximo dos latifúndios e das maiores explorações, uma eliminação das explorações médias e pequenas, e o desenvolvimento de explorações bastante reduzidas, altamente capitalistas (LENIN, 1980, p. 38).

Lenin (1908), ao estudar o avanço do capitalismo no campo da Rússia, concluiu que com a consolidação desse modo de produção no campo, viria a desintegração do campesinato e a população rural seria dominada pelas leis de mercado. Para o autor, o campesinato se desintegraria e a produção rural passaria a ter um caráter totalmente mercantil, a produção, como valor de uso, desaparece.

Segundo o autor, (...) “la agricultura misma se convierte en industria (es decir, en producción de mercancía), y en ella se abre idéntico proceso de especialización”. (LENIN, 1908, p. 62). Assim, todas as formas semi-patriarcais, de subsistência, ou mesmo, relações semi-feudais de produção desapareceriam com o avanço do capitalismo para a agricultura. “All desaparecen todas las formas semipatriarcales, de semivasallaje del trabajo a contrata, (...). Quedan solo las relaciones comerciales de compraventa de fuerza de trabajo” (LENIN, 1908, p. 254).

Ao analisar o capitalismo na agricultura, na Rússia e nos Estados Unidos, Lenin afirma, nas obras de 1908 e de 1980, que a concentração da propriedade não apenas uma característica da indústria, mas também da agricultura, pela eliminação das pequenas propriedades. A tese do autor é clara, “na sociedade capitalista, a pequena produção é eliminada pela grande, não apenas na indústria, mas também na agricultura” (LENIN, 1980, p. 43).

A interlocução, entre Kautsky (1908), Lenin (1908) e Lenin (1980) é fundamental para se compreender o desenvolvimento da agricultura no capitalismo, especialmente, no que diz respeito à ocupação do espaço, produção de mercadorias e exploração da força de trabalho. Contudo, outro autor não menos relevante para a discussão é Chayanov, uma vez que, também estuda o desenvolvimento da agricultura campesina no Rússia, no início de século de XX e, esmiúça a produção do pequeno agricultor, tecendo concepções originais sobre a importância do campesinato para a sustentação do modo de produção capitalista.

As concepções de Chayanov (1974), diferenciam-se das de Kautsky (1980) e Lenin (1980), no que diz respeito a adesão total do camponês à forma de produzir do capitalismo. Para o autor, o camponês continuaria a produzir para a própria sobrevivência e da família, com a possibilidade de vender a produção excedente. Além disso, defende que a propriedade da terra garante que o pequeno agricultor seja trabalhador e empregador ao mesmo tempo. Os camponeses podem contribuir para diminuir o desemprego sazonal ao contratar outras forças de trabalho, além dos membros da própria família. Por outro lado, em época de difícil obtenção de rendimentos no meio rural, os pequenos proprietários poderão vender sua força de trabalho para outro empregador. Nesse sentido o autor emprega a seguinte argumentação:

Cuando nuestro campesino como obrero-empresario no se encontra en condiciones de desarrollar una venta adecuada de su fuerza de trabajo em su propia unidad de exploracion agrícola (...) se convierte em un simple obrero que acude a una empresa ajena, salvandon se a si del desempleo en la propia (CHAYANOV, 1974, p. 32).¹

Segundo Chayanov (1974), o camponês irá sobreviver ao capitalismo, mesmo que subordinado a este modo de produção. Sua tese principal é a permanência da classe camponesa, apesar disso, ratifica a teoria de Lenin (1980), sobre a submissão da agricultura ao capitalismo comercial e ao sistema opressivo de crédito:

Los últimos estudios sobre el desarrollo del capitalismo en la agricultura, particularmente las obras de Lenin sobre la explotación agrícola americana, y en parte las de Hilferding sobre capital financiero, las de Lyashchenko sobre capitalismo comercial en Rusia y otras, indican que para que la agricultura ingrese en el sistema capitalista general no es necesaria la creación de unidades de producción muy grandes, organizadas al modo capitalista sobre la base de la fuerza de trabajo asalariada. La agricultura, repitiendo las etapas del desarrollo del capitalismo industrial, sale de una existencia seminatural y se somete al capitalismo comercial que, a veces, bajo la forma de empresas comerciales esengran escala, conduce masas dispersas de unidades económicas campesinas hacia su esfera de influencia y vincula con el mercado a estos productores de mercancías en pequeña escala para subordinarlos económicamente a su influencia. Mediante condiciones opresivas de crédito convierte la organización de la producción

¹ Quando nosso camponês como trabalhador-empresário não está em condições de desenvolver uma venda adequada de sua força de trabalho em sua própria unidade de exploração agrícola (...) se torna um trabalhador simples que vai para uma empresa externa, assim, salva a si próprio do desemprego.

drícola en una especie de empresa distributiva basadæ nun sistema de explotación del trabajo (CHAYANOV, 1974, p. 306).²

O autor percebe que existem relações complexas entre os camponeses e as mercadorias ofertadas pelo capitalismo, como a contratação de empréstimos. Avalia que isto interferirá no modo de produção campesino, mas, isso não causará seu desaparecimento. Chayanov (1974) esclarece que o campesino coexiste com a indústria e a agricultura capitalista, em muitos países. Observa que o capitalismo comercial e financeiro se impõe sobre setores consideráveis da agricultura e interfere sobre as leis de equilíbrio entre trabalho e consumo em várias fazendas ou pequenas propriedades.

Porém, não apenas o capitalismo interfere na produção campesina, mas também sofre sua intervenção. Para o autor, a exploração campesina tende a influenciar nos salários do capitalismo, ao liberar mão de obra para a indústria, Chayanov (1974, p. 285), “el campesinado es una fuente inextinguible de fuerza de trabajo para la industria urbana”³. O autor está convencido de que a economia campesina determina o valor dos salários no capitalismo. Essa é mais uma razão para que essa forma de exploração subsista ao capitalismo, pois, é um dos seus sustentáculos.

En años en los que son altos los ingresos agrícolas, el campo no tiene motivo para enviar su fuerza de trabajo al mercado, al cual, en cambio, recarga en los años de depresión agrícola. Reduce y eleva los salarios de acuerdo con los procesos internos de la unidad económica campesina. En la otras palabras, en este caso el sistema de explotación doméstica no sólo está fuera del control de los salarios sino que, por el contrario, precisamente a través de esta categoría subordina todo el sistema de la economía capitalista a su equilibrio interno entre la satisfacción de las necesidades y las fatigas del trabajo (CHAYANOV, 1974, p. 286).⁴

Ainda segundo Chayanov (1974), a economia campesina é imprescindível para o capitalismo. Os milhares de unidades campesinas existentes atendem as demandas da economia mundial e afetam todo o sistema. Esclarece em seus pressupostos: sobre o capitalismo comercial na Rússia e outros, indicam que para a agricultura entrar no sistema

² Os últimos estudos sobre o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, em particular os trabalhos de Lenin sobre a exploração agrícola americana e, em parte, os de Hilferding sobre a capital financeira

³ O campesinato é uma fonte inesgotável de trabalho para a indústria urbana.

⁴ Nos anos em que a renda agrícola é alta, o campo não tem motivos para mudar sua força de trabalho para o mercado, que, por sua vez, recarrega nos anos de depressão agrícola. Reduzir e aumentar os salários de acordo com os processos internos da unidade econômica camponesa. Em outras palavras, neste caso, o sistema de exploração doméstica não está apenas fora do controle dos salários, mas, pelo contrário, precisamente através desta categoria subordina todo o sistema da economia capitalista ao seu equilíbrio interno entre a satisfação das necessidades e dificuldades do trabalho

capitalista geral não é necessário criar unidades de produção muito grandes, organizadas no modo capitalista com base na força de trabalho assalariada. A agricultura, repetindo as etapas do desenvolvimento do capitalismo industrial, deixa uma existência semi-natural e submete-se ao capitalismo comercial que, por vezes, na forma de empresas comerciais em larga escala, leva massas dispersas de unidades econômicas camponesas à sua esfera de influência e liga esses pequenos produtores de commodities ao mercado de subordinados economicamente a sua influência. Através de condições de crédito opressivas, a organização da produção agrícola se torna uma espécie de empresa distributiva baseada em um sistema de exploração do trabalho.

Mediante estas conexiones, cada pequeña empresa campesina se convierte en una parte orgánica de la economía mundial, experimenta em sí misma los efectos de la vida económica general del mundo, es poderosamente dirigida em su organizacion por las demandas económicas del mundo capitalista y, a su vez, junto com millon es semejantes a ella, afecta todo el sistema de la economía mundial (CHAYANOV, 1974, p. 286).⁵

Para Chayanov (1974), uma solução possível para impedir o desaparecimento ou enfraquecimento do camponês é a organização em cooperativas, pois, cooperativados a aquisição de meios de produção modernos e a venda da produção é facilitada. O autor defende que o cooperativismo seria o início de uma nova forma de produção e organização social na agricultura.

Se forman uniones gigantescas que abarcan cientos de miles de pequeños productores. Cuando las operaciones de este tipo intermediario adquieren la envergadura y la estabilidad adecuadas e se forma un fuerte mecanismo cooperativo que trabaja facilmente y, lo que es de particular importancia, en analogia con el desarrollo del capitalismo se produce una acumulación primaria de capital cooperativo (CHAYANOV, 1974, p. 318).⁶

Além disso, o autor avalia que a organização dos pequenos agricultores em cooperativas agrícolas introduziria novas técnicas de processamento, circulação da

⁵ Através dessas conexões, cada pequena empresa camponesa se torna uma parte orgânica da economia mundial, experimenta em si os efeitos da vida econômica geral do mundo, é poderosamente dirigida em sua organização pelas demandas econômicas do mundo capitalista e, uma vez, juntamente com milhões semelhantes a ela, afeta todo o sistema da economia mundial.

⁶ São formados sindicatos gigantes que cobrem centenas de milhares de pequenos produtores. Quando as operações deste tipo intermediário adquirem a escala e a estabilidade adequadas, é formado um forte mecanismo cooperativo que funciona facilmente e, o que é de particular importância, em analogia com o desenvolvimento do capitalismo, existe uma acumulação primária de capital cooperativo

produção capaz de gerar acumulação de capital. De acordo com Chayanov (1974), a integração da agricultura familiar aos mecanismos de mercado seria favorecida pela modernização que o próprio capitalismo cria.

Desarrollo paralelo de la electrificación, instalaciones de toda clase, sistemas de almacenes y edificios públicos, redes de caminos mejorados y crédito cooperativo, los elementos del capital social y de la economía social crecen cuantitativamente en tal medida que todo el sistema cambia cualitativamente (CHAYANOV, 1974, p. 319).⁷

Por fim, Chayanov (1974) defende que uma nova psicologia econômica surge do cooperativismo agrícola. Para o autor, o produtor familiar russo do início do século XX era um agente social da mudança das bases do modo de produção capitalista,

(...) es indudable que con el aumento cuantitativo de los elementos de economía social en nuestro campo nos encontraremos con el desarrollo de una nueva psicología económica, y esperamos que la evolución de la agricultura, en muchos aspectos, vaya modificando gradualmente las bases de la unidad de explotación familiar que hemos establecido en nuestro estudio de la actual unidad económica campesina (CHAYANOV, 1974, p. 320).⁸

Diante do exposto, depreende-se que na atual fase do capitalismo, as teses de Kautsky (1980), Lenin (1980;1908) e Chayanov (1974) são todas válidas. Existe supremacia da grande propriedade sobre a pequena, há também muitos camponeses endividados como Lenin (1980) e Lenin (1908) chamam a atenção. Em certas regiões onde ocorre um avanço mais rápido dos monocultivos é possível observar um maior número de camponeses que se submetem ao trabalho assalariado. Por outro lado, constata-se também a sobrevivência do modo de produção camponesa, o fortalecimento de algumas cooperativas agrícolas formadas por pequenos produtores, a exemplo, a Cooperativa de Agroindústria e Comércio Terra Livre, no Projeto de Assentamento Contestado, no Paraná. Isso demonstra a resistência de alguns camponeses em abandonar o espaço rural e o apego ao seu modo de vida como expõe as concepções de Chayanov (1974).

Embora os autores acima resenhados tenham produzido teorias que podem ser

⁷ Desenvolvimento paralelo de eletrificação, instalação de todos os sistemas, armazéns e edifícios públicos, redes melhoradas estradas e de crédito cooperativo, os elementos do capital social e economia social cresce quantitativamente, de tal forma que todo o sistema muda qualitativamente.

⁸ (...) é inquestionável que, com o aumento quantitativo dos elementos da economia social em nosso campo, encontraremos o desenvolvimento de uma nova psicologia econômica, e esperamos que a evolução da agricultura, em muitos aspectos, modifique gradualmente as bases da unidade de fazenda familiar que estabelecemos em nosso estudo da atual unidade econômica camponesa

válidas para o conjunto do capitalismo, a base empírica de suas interpretações possui, necessariamente, as marcas do espaço geográfico e do tempo histórico, nomeadamente as marcas da dinâmica do capitalismo do final do século XIX e do início do século XX, na Rússia e nos Estados Unidos. Assim, para trazer à tona particularidades da realidade do Brasil, é necessário que se levem conta algumas abordagens da questão agrária desenvolvidas por pensadores brasileiros.

O primeiro desses pensadores a quem recorreremos é Prado Jr. (1979). Este autor analisa uma série de elementos que explicam os entraves para o desenvolvimento material e social da massa dos trabalhadores rurais despossuídos da terra ou donos de pequenas propriedades no Brasil, ao longo dos séculos. Para começar, o autor esclarece que a distribuição da terra agricultável, no Brasil, foi sempre pautada na divisão de vantagens de localização ou de recursos naturais, e que “é a grande propriedade que ocupa terras mais favoráveis, seja pelas qualidades naturais, seja pela sua localização” (PRADO JR. 1979, p. 17). Do outro lado, as pequenas propriedades ficam sempre em condições menos favoráveis. Além disso, Prado Jr. (1979) expõe que existe no campo brasileiro uma massa de trabalhadores rurais dispostos a vender sua força de trabalho sem fazer qualquer tipo de exigência ou questionamento, porque não tem poder de barganha. A forte concentração da propriedade fundiária impede a melhoria das condições de vida para a maior parte da população rural.

O autor destaca que o problema da terra no Brasil está, sobretudo na desvalorização do humano, quando para o real desenvolvimento do país, deveria ser o primeiro elemento a ser considerado. Ao contrário disso, historicamente, o papel que coube a grande massa dos trabalhadores rurais brasileiro foi tão somente “fornecer mão- de-obra à minoria privilegiada” uma vez que para uma massa de camponeses “a terra e as atividades que nela exercem constituem a única fonte de subsistência para eles acessível” (PRADO JR., 1979, p. 22-25).

Prado Jr. (1979) alega ainda que a inserção da tecnologia para aumentar a produtividade rural é um elemento fundamental para se alcançar maior rentabilidade da grande exploração rural, mas isso não tem relação direta com a melhoria das condições de trabalho, nem com acréscimos da remuneração. Para ele, o progresso técnico agrícola, é na verdade, causa da concentração fundiária e de riqueza fundiária.

O autor acrescenta que as mudanças socioeconômicas, entre a época da colônia e a atualidade, como crescimento demográfico e urbanização, tornaram a estrutura social brasileira complexa, mas alguns elementos coloniais ainda se fazem presentes até os dias

atuais, como a forma de utilização da terra e a organização agrária que continuam arcaicas, elementos que agravam as condições de vida dos trabalhadores rurais. Essa estrutura social vigente resulta de um ponto em comum: “A grande exploração agromercantil voltada para a produção de gêneros demandados por mercados excêntricos” (PRADO JR., 1979, p. 49) e ainda, “a massa de trabalhadora continua não desempenhando outra função que a de fornecer mão-de-obra a uma exploração mercantil para fora, e sem nada ou quase nada receber em contrapartida” (PRADO JR., 1979, p. 49).

Desse modo, a função das terras no Brasil é essencialmente atender interesses comerciais e não sociais. Em cada região do país, a atividade econômica agrária desenvolve-se para produzir algum gênero de grande valor comercial e exportável, enquanto que, os produtos alimentícios, necessários à subsistência da população trabalhadora, ficam sempre em segundo plano. Em razão dessa realidade, a população rural está dividida em duas classes quais sejam a dos grandes proprietários, preocupados em desenvolver um negócio rentável, e da população trabalhadora, que participa apenas na qualidade de ofertante de mão de obra, e se ocupam das sobras da terra para produção de alimentos como garantia da própria sobrevivência. No intuito de elucidar ainda mais seu pensamento, o autor cita Melo (1958), para dizer que no campo brasileiro existem dois tipos de cultivos: “plantas de pobre e plantas de rico” (MELO 1958 apud PRADO JR., 1979, P. 51).

Esses aspectos se relacionam com o uso das terras brasileiras, que desde a colonização, foram exploradas com culturas agrícolas para atender demandadas do mercado externo. É sabido, que o desenvolvimento da agricultura no Brasil ocorreu em ciclos produtivos de monocultivos. Prado Jr. (1976) entende que:

A grande propriedade será acompanhada no Brasil pela monocultura; os dois elementos são correlatos e derivam das mesmas causas. A agricultura tropical tem por objetivo único a produção de certos gêneros de grande valor comercial, e por isso altamente lucrativos (PRADO JR, 1976, p. 20).

O autor esclarece também que os plantios comerciais no Brasil desenvolvidos pelo grande produtor rural, são prioritários porque são deles, que se fazem fortuna. Porém, essas culturas são dependentes de contingências comerciais como demandas dos mercados externos e oscilações de preço, caracterizam-se assim, por serem atividades altamente vulneráveis, podendo receber altos lucros, mas também protagonizarem crises. Devido a essa característica, herdada do período colonial, a divisão da propriedade da terra é

condicionada pela demanda dos mercados internacionais da produção de grande escala. Enquanto que a pequena propriedade, que é o reflexo do acesso à terra pelos trabalhadores rurais, somente acontece quando as grandes explorações perdem a razão principal de existência. Em vista disso, as demandas agrícolas dos mercados externos é a variável essencial para explicar a concentração fundiária no país.

Para Prado Jr. (1979), a forma de arranjo das atividades da grande exploração, no Brasil, impõe a configuração da estrutura agrária e da divisão da propriedade fundiária. Então, é a grande exploração quem dita as regras de exploração e produção.

(...) a grande propriedade oferece no Brasil considerável resistência ao fracionamento (...). A pequena propriedade fica por isso restrita a áreas relativamente pouco extensas, que nada mais são que margens e sobras que lhe concede a grande exploração lá onde não vingou, ou sofreu algum acidente brutal (...). A pequena propriedade, ao contrário da grande que tem aampará-la a privilegiada exploração de larga escala, não oferece nenhuma resistência à partilha sucessória (PRADO JR. 1979, p. 74).

Ao considerar essa perspectiva, é importante ressaltar que Silva (1981) dialoga com Prado Jr (1979), ao conceber que a criação das pequenas propriedades, no Brasil, é dependente da subida e descida dos ciclos econômicos. Para aquele autor, as pequenas propriedades são reagrupadas quando há um maior desenvolvimento capitalista no campo, por isso, a grande propriedade do Brasil sempre tem seu crescimento maior do que as pequenas. Silva (1981, p. 13) sintetiza sua tese da seguinte forma: “Em resumo, nas épocas favoráveis de expansão da atividade econômica, o grande prospera e engole os pequenos a sua volta. Na ‘crise’, ao contrário, o grande se retrai”.

O autor esclarece que essa concentração ou desconcentração da terra ocorre porque a grande propriedade procura diminuir os custos variáveis e os riscos, repassando-os, nas fases críticas da economia, aos pequenos parceiros e arrendatários. Além disso, Silva (1981) alega que, no Brasil, a terra é fonte de prestígio, de acesso a outras formas de riqueza, de aproximação com os poderes político, econômico e social.

Na opinião do autor, isso explica o fato ocorrido entre os anos de 1960 e 1970, quando a concentração fundiária se agravou com a presença das grandes multinacionais, e implicou na perda da terra por milhares de pequenos posseiros, parceiros, arrendatários e pequenos proprietários que tiveram de migrar para as cidades buscando uma nova maneira de sobrevivência. Como consequência, essa reconcentração da terra promoveu a aceleração do processo urbano e o crescimento do mercado interno para a indústria. Por outro lado, as

grandes explorações rurais com menos mão de obra, deixaram de produzir alimento e se dedicaram à comercialização de produtos exportáveis.

Entretanto, produzir alimentos para a sobrevivência da população é condição inerente à vida. Ainda sobre as concepções de Silva (1981), convém destacar que a solução para prover alimentos, no país, foi especializar as propriedades para cada tipo de produção. As fazendas passaram a produzir um único produto: cana-de-açúcar, café, leite, etc. Mas, para garantir maior produtividade das culturas agrícolas, a especialização também atingiu os instrumentos de trabalho, adubos, máquinas, equipamentos agrícolas que, antes produzidos na própria fazenda, passaram a ser fornecidos pela indústria. Limitada a produzir um produto, a agricultura se industrializou.

Silva (1981) considera que o processo migratório dos trabalhadores rurais brasileiros para a cidade, funcionou como um apoio à industrialização, mas isso se deu pela “proletarização dos camponeses: através de sua expropriação como produtores independentes, convertendo-os em miseráveis ‘boias-frias’”. O autor esclarece que o desenvolvimento no campo é perpassado por contradições, com acentuada desigualdade regional, marcado pela presença do Estado.

O autor esclarece que a crise agrária no Brasil é observada desde o início dos anos 1960, quando houve uma grande liberação de população rural, desencadeando a expulsão dos camponeses que foram para a cidade em busca de trabalho, mas ocuparam-se de subempregos, mendicância, prostituição e criminalidade nas grandes cidades brasileiras. Os interesses para o Estado e empresários para expandir a fronteira agrícola nos anos 70, nas terras da Amazônia, foram assegurar “reserva de valor” e obter rendimentos a partir de atividades agropecuárias e não para aumentar a produção. Em sua avaliação, a terra na região amazônica funcionou:

Como “contrapartida” dos incentivos fiscais, num jogo contábil, onde o imóvel foi supervalorizado, de modo a obter praticamente, “doações financeiras” do governo para projetos, cuja grande maioria não passa ainda hoje de verdadeiras “vitrines”, embora já tenha consumido a maior parte dos vultuosos recursos previstos (SILVA, 1981, p. 19).

Insistindo nessa tese, o autor observa que o aumento da concentração da terra no Brasil nos anos 1960/1970, não ocorreu para aumentar a produção, mas sim para conseguir vantagens financeiras com os negócios da terra, tais como, “reserva de valor e meio de acesso ao crédito rural e aos incentivos fiscais, ou, simplesmente, como especulação

imobiliária” (SILVA, 1981, p. 22).

Para entender a forma de expansão do capitalismo para a agricultura no Brasil, outro autor relevante é Sorj (2008). Para este autor, o avanço do capitalismo para o campo levou a um número significativo de latifundiários a se transformarem em grandes empresas capitalistas, já pequenos produtores ou se capitalizaram ou foram excluídos. Nessa abordagem, confirma-se o pensamento de Kautsky (1980), Lenin (1980) e Lenin (1908).

Na opinião do autor, a partir dos anos 90, a agricultura brasileira foi permeada por transformações nas relações de trabalho, mas sem alteração da estrutura fundiária e isso ocorre com o aprimoramento das relações de produção capitalistas nas grandes empresas agrícolas; além do fortalecimento dos produtores familiares capitalizados e a geração de uma massa de pequenos produtores pauperizados cada vez mais marginalizados, por causa das dificuldades de obter recursos para aquisição de técnicas e tecnologias e aumentar a produtividade.

O autor explana que o capitalismo avança sobre a agricultura, apresentando várias diferenças de acordo com a região do Brasil, ainda que não totalmente aparentes. Todavia, em sua opinião, já é possível observá-las. Os grandes e pequenos agricultores capitalizados encontram-se mais nas regiões Centro-Sul e os mais marginalizados e pauperizados no Nordeste e Norte. E, também na “diferenciação vertical” apresentada pelos pensadores clássicos, que diz respeito à proletarianização de grande parte dos pequenos produtores e um insignificante acréscimo daqueles que se aburguesam. E por último a “diferenciação horizontal”, que é determinada por fatores políticos, econômicos e tecnológicos.

Determina a modernização tecnológica crescente de uma camada de produtores familiares, sem, porém, levar a uma utilização maior de trabalho assalariado no estabelecimento, ao mesmo tempo em que outro setor de pequenos produtores se pauperiza e se marginaliza economicamente (SORJ, 2008, p. 6).

O pensamento de Sorj (2008) sobre a recente situação da agricultura brasileira reaviva as teses de Prado Jr. (1979) e Silva (1981), pois para o autor a agricultura brasileira se expandiu nas últimas décadas com a manutenção da estrutura fundiária concentrada, e por isso um pequeno grupo privilegiado controla a terra e os estabelecimentos. Há um padrão na expansão agrícola brasileira que, “conjuga de forma original a expansão da pequena produção, e, portanto, um caminho distributivo, que permanentemente é quebrado pelo latifúndio que volta a afirmar um caminho concentracionista de organização fundiária” (SORJ, 2008, p. 12).

Na visão do autor, a situação da permanente dominação e concentração fundiária, no país, é compreensível a partir da história da população rural brasileira que foi sempre em sua maioria analfabeta, sem direito ao voto e dirigida por seus patrões e com fraca ou nenhuma participação em movimentos sociais camponeses⁹. Mas, em contraposição às teses de Kautsky (1980), Lenin (1980) e Lenin (1908), o autor ratifica, em parte, a concepção chayanoviana quando defende que:

A derrota dos pequenos produtores e dos trabalhadores rurais, porém, não levou à eliminação dos primeiros ou à total rendição dos últimos. No período de 1964 a 1978, os pequenos produtores e os trabalhadores rurais através de formas diferentes afirmaram sua presença, parcialmente reconhecida pelo próprio Estado autoritário, que procurou desenvolver mecanismos de integração desses grupos nas suas estruturas (SORJ, 2008, p. 19).

Diante dessas concepções, é possível compreender os efeitos negativos da expansão do capitalismo para a agricultura, não só no Brasil, mas em âmbito global. Todos os autores escolhidos tecem considerações relevantes para explicar o movimento do capitalismo para a produção agrícola e seus impactos sobre a propriedade fundiária e o trabalhador que da terra precisa sobreviver. Não há como excluir algum deles, nem é possível dizer qual será o desfecho da expansão do capitalismo para o meio rural, tão pouco é possível prevê as reações dos trabalhadores rurais, camponeses, ou comunidades tradicionais que ainda sobrevivem do trabalho com a terra.

Todavia, convém salientar que o homem não é apenas um indivíduo, mas um sujeito dotado de linguagem e transformado pelo processo histórico em que vive. O seu agir depende de conscientização política e social, só assim pode adentrar na seara da autonomia como agente transformador. Sabe-se que a ideologia predominante pode ser fonte de alienação e um empecilho da ação racional humana, uma vez que o capitalismo, a seu modo, convence que todos são livres para empreenderem e se não conseguem é porque não são tão competentes. Essa particularidade de alienar ofusca a percepção humana e retarda sua ação. A alienação é uma sombra no agir do homem como sujeito com capacidade de transformar o mundo em que vive. Nesse sentido, cabe lembrar Marx (2008, p. 19): “os

⁹ Nesse sentido é preciso fazer um contraponto com Sorj (2008), uma vez no Brasil, desde os anos 80, a luta pela terra torna-se mais expressiva e ganha mais espaços. Fernandes (2001) esclarece que: Desde meados da década de 1980, quando o MST se territorializou pelo Brasil afora, os trabalhadores sem-terra juntos com os posseiros, os pequenos proprietários, meeiros, rendeiros e parceiros – intensificaram o processo de formação do campesinato brasileiro. A intensificação das ocupações de terra causou grande impacto político, de modo que os sem-terra passaram a ser os principais interlocutores, no enfrentamento com o Estado, na luta pela terra e pela reforma agrária. Esses trabalhadores de origem rural ou urbana, estão lutando pela terra em todas as grandes regiões (FERNANDES, 2001, p. 7).

homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhe as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram”.

1.2 A “trajetória” da agricultura no Brasil: agricultura familiar e agronegócio

Levando-se em conta o objeto desta pesquisa é relevante conhecer os dois modelos de produção agrícola que se destacam na atual fase do capitalismo: o agronegócio e a agricultura familiar, neste item, serão estudados alguns pressupostos que norteiam cada um deles. Antes cabe revisar pontualmente, as formulações feitas pelos autores clássicos, Lenin (1980), Chayanov (1979) e Kautsky (1980), no século final do XIX e início do século XX, acerca do pequeno produtor familiar.

Segundo esses autores, o camponês caracterizava-se por um tipo de produção familiar específica. O camponês é dependente, quase que totalmente, da produção agrícola e da força de trabalho familiar para garantir a sobrevivência de todos os membros. Vivem em comunidades, são praticamente autossuficientes, produzindo tudo que necessitam para o consumo e, eventualmente, realizam trocas comerciais nas cidades ou povoados próximos, a fim de adquirir produtos que não produzam.

Segundo Chayanov (1979), uma unidade agrícola camponesa é formada pela relação entre a mão-de-obra familiar, jovens, adultos e idosos de uma propriedade, na qual produzam os alimentos necessários para reprodução do grupo familiar. O excedente da produção é destinado ao mercado não com a intenção de obter lucros ou acumular capital, mas apenas com a intenção de obter dinheiro para a aquisição de outras mercadorias não produzidas pela família. Desse modo, a produção dos camponeses não tem o propósito de atender ao mercado, mas garantir a subsistência de todos os membros da família.

Ainda conforme este autor, a produção camponesa serve para aumentar o atendimento da demanda do mercado, com a inserção de tecnologia. Além disso, há o agrupamento das famílias em cooperativas para produzir em escalas maiores, mas essa forma campesina de produzir se modificará para uma produção com característica de mercado, mas não desaparecerá ao longo das transformações do capitalismo.

Em contraposição a essa ideia, Lenin (1980) e Kautsky (1980) defendem que com o avanço do capitalismo para a agricultura o camponês teria duas alternativas: acumular capital e tornar-se um capitalista ou perder os meios de produção e transformar-se em trabalhador assalariado ou proletário rural. Isto porque o capitalismo comporta apenas duas

classes distintas: burgueses e trabalhadores.

Considerando tais colocações trazer para esse discurso as novas concepções acerca da agricultura familiar. Lamarche (1993, p. 15) entende que a agricultura familiar “corresponde a uma unidade de produção agrícola onde a propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família”. Para o autor, esse tipo de exploração caracteriza-se ainda, pela “transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração”.

Para Wanderley (1996, p. 6), “o pequeno produtor mercantil procura unicamente obter meios de trabalho e subsistência”, para a autora essa situação é a esperada pela lógica do capitalismo, pois, agindo assim, esse trabalhador para ser “inclusive um excelente meio para a exploração capitalista” (WANDERLEY, 1996, p. 6). Sem querer perder rendimentos, “o pequeno produtor mercantil reage a qualquer diminuição de seu nível de vida com um acréscimo de seu esforço produtivo e em que toda intensificação deste gênero permite extrair uma mais valia crescente sobre seu trabalho” (WANDERLEY, 1996, p. 6). A autora utiliza-se das formulações de Jollivet (1974 apud WANDERLEY, 1996, p. 7) para asseverar que: “o modo de produção capitalista pode, portanto, apropriar-se do trabalho do trabalhador agrícola que é o camponês, como o faz com todo trabalhador, ‘pela mediação da troca’, conservando, assim, sua forma de pequeno produtor mercantil.”.

Wanderley (1996, p. 5) esclarece que o pequeno produtor rural do Brasil “sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira”. Mas o pequeno produtor luta e resiste. Wanderley (1996) destaca que essas lutas são motivadas pela instabilidade que ameaçam a autonomia, precariedade nas conquistas da terra e acesso ao mercado, com dificuldade para construir um lugar familiar para viver e trabalhar. É sob a pressão do latifúndio que o camponês se move de um lugar para outro, servindo para abrir fronteiras, e nesse ponto a autora adverte, “seja como um lugar de refúgio e reconstrução, seja como um lugar de desilusão e fracasso, a fronteira é o lugar da utopia” (WANDERLEY, 1996, p. 12).

Nessa abordagem, cabe inserir alguns pré-requisitos definidos pelo Estado brasileiro, estabelecidos na Lei nº 11.326/2006,¹⁰ para que um pequeno produtor seja

¹⁰ Art. 3o Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011); IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família; § 1o O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais; § 2o São também beneficiários desta Lei: I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes; II - aquícultores que

considerado agricultor familiar e possa desenvolver negócios mercantis na sua propriedade. Uma vez que esteja inserido nesse grupo, é favorecido por empréstimos bancários e outros benefícios estabelecidos nos dispositivos legais federais, tais como taxa de juros e prazo para pagamento para desenvolver empreendimentos mercantis em sua propriedade.

Assim, será considerado pelo Estado como agricultor familiar, aquele produtor rural que detenha até 4 (quatro) módulos fiscais; utilize predominantemente de mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento; tenha renda familiar predominantemente originada de atividades agrícolas. Também são considerados agricultores familiares, silvicultores; aquicultores com superfície total de até 2 ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, extrativistas excluídos os garimpeiros e fiscadores; pescadores que exerçam a atividade pesqueira artesanalmente.

Desse modo, o pequeno produtor rural que atenda ao estabelecido na Lei nº 11.326/2006 é passível de receber os benefícios concedidos pela “Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais”. Por exemplo: crédito e fundo de aval; infraestrutura e serviços; assistência técnica e extensão rural; apoio técnico e financeiro para pesquisa e comercialização, além de seguro para produção; financiamento para habitação, incentivos para organização de cooperativismo e associativismo, entre outros.

Diante do exposto, constata-se que há uma década, havia um interesse do governo brasileiro em incentivar o pequeno produtor e sua família a adentrar cada vez mais na economia mercantil e torna-se ativo como produtor e vendedor de mercadorias. Um empresário rural, tomador de empréstimos e ofertante de trabalho, pelo menos, para os membros da própria família. Nesse contexto, o conceito de camponês torna-se totalmente arcaico, pois os incentivos estatais são concedidos para que a produção seja maior que a necessária para a subsistência, além disso, utilizando-se das linhas creditícias esse pequeno produtor se torna cada vez mais dependente do mercado para cumprir suas obrigações contratuais, como afirmaram Lenin (1980; 1982) e Kautsky (1980).

atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede; III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e fiscadores; IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente; V - povos indígenas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput do art. 3º; (Incluído pela Lei nº 12.512, de 2011); VI - integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais que atendam simultaneamente aos incisos II, III e IV do caput do art. 3º (BRASIL, 2006).

Para além do dispositivo legal mencionado e as políticas nacionais criadas para agricultura familiar, Wanderley (1996) destaca que é necessário que o pequeno produtor rural persevere na luta pela conquista da terra, pois a precariedade nas políticas governamentais para o acesso e sua permanência na terra é o que há de mais notável na economia agrícola do Brasil. As colocações de Wanderley (1996) reafirmam as teses de Prado Jr (1979), Silva (1981) e Sorj (2008), quanto à concentração fundiária e desafios para mudar a estrutura agrária no Brasil, uma vez que o controle agrário é feito pelo grupo rural dominante que não detém além da terra o controle político e econômico, dificultando alterações qualitativas no social.

Assim, sem mudanças estruturais na condução da economia agrária brasileira, a partir da década de 90, os monocultivos de soja, eucalipto e outras mercadorias da demanda global ganharam expressividade para atender, especialmente, as economias da China e Estados Unidos. E diante desse novo cenário de capitalismo global, a agricultura para exportação passa a ser o sustentáculo da balança comercial do Brasil. Os negócios com os produtos agrícolas passam a ser midiaticizados com o nome de agronegócio ou agrobusiness, possivelmente, para obter maior notoriedade e apoio populacional.

Xavier (2017) esclarece que o termo “agronegócio” originou-se a partir das formulações de *agrobussiness* de John Davis e Ray Goldberg em 1957. Nesse contexto, Mendonça (2015, p. 39) esclarece que o termo “agronegócio” passou a ser propagado no Brasil, no início dos anos noventa, com o propósito de alterar a “imagem da oligarquia rural e propagar a ideia de “modernidade” associada ao modelo agrícola baseado na grande exploração”.

Para Xavier (2017, p. 153), agronegócio é “a empresa capitalista voltada para a produção agrícola, pecuária e mineral de elevada monta e que possui conexão com capital industrial, financeiro e bancário”. E de acordo com Megido e Xavier (1998) o agronegócio são negócios interligados por cadeias produtivas:

Na década de 50, os professores Ray Goldberg e John Davis, da Universidade de Harvard, constataram que “as atividades rurais e aquelas ligadas a elas não poderiam viver isoladas”. Utilizando fundamentos de teoria econômica sobre as cadeias integradas, construíram uma metodologia para estudo da cadeia agroalimentar e cunharam o termo agrobusiness, que sintetizava sua nova visão (MEGIDO; XAVIER, 1998, p. 35).

Xavier (2017) vai além, esclarece que o agronegócio brasileiro é um arranjo econômico que funciona para dar equilíbrio na divisão internacional do trabalho, sendo

orientado pelas “exigências do capital financeiro, uma nova lógica de dependência”. Ainda, na visão do autor, nessa nova divisão internacional do trabalho, há:

Superexploração da força de trabalho, resultando até mesmo no recrudescimento do trabalho análogo à escravidão, sobremodo em regiões de expansão de monoculturas, bem como as próprias dinâmicas territoriais subjacentes ao processo de ocupação de novas porções do território nacional (XAVIER, 2017, p. 155).

Considerando as colocações de Xavier (2017), cabe evidenciar as concepções de Martins (1981) a respeito da subordinação da terra e do trabalho, que nela se efetiva ao capital. Este autor utiliza-se da seguinte argumentação: “a apropriação capitalista da terra permite justamente que o trabalho que nela se dá, o trabalho agrícola, se torne subordinado ao capital” (MARTINS, 1981, p. 162).

Sobre a expansão do agronegócio no Brasil na fase neoliberal, Delgado (2010) declara que “a política de comércio exterior é alterada ao longo do segundo governo FHC” visando “gerar saldos de comércio exterior a qualquer custo, tendo em vista suprir o déficit da Conta Corrente”. O autor entende que o agronegócio passa a ser agenda prioritária da política macroeconômica externa combinada à política agrícola do Brasil. Segundo o autor, o agronegócio brasileiro caracteriza-se pela associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. “Essa associação realiza uma estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra sob patrocínio de políticas de Estado” (DELGADO, 2010, p. 113).

Na visão do autor, após os anos 2000, ocorreu um crescimento global no mercado agrícola ou demanda por *commodities*, especialmente, em virtude da rápida expansão da economia da China, que influenciará decisivamente na economia do Brasil. Devido a isso, o autor afirma que, “o Estado reestrutura suas políticas de crédito, de comercialização e de terras, tendo em vista fomentar a acumulação de capital no espaço ampliado das cadeias agro industriais, mercado de terras e do sistema de crédito” (DELGADO, 2010, p. 119).

No intuito de ilustrar sua afirmação, o autor cita algumas das providências tomadas no segundo governo Fernando Henrique Cardoso para dar suporte instrumental ao agronegócio. Entre estas, encontram-se: programa de investimento em infraestrutura territorial como meios de transporte e corredores comerciais ao agronegócio; direcionamento da pesquisa agropecuária (Embrapa) para essa finalidade; frouxa regulamentação do mercado de terras. Esse empenho do governo brasileiro foi bem aproveitado pelo comércio global, especialmente, para as mercadorias como: soja e milho,

açúcar álcool, carnes (bovina e de aves), celulose de madeira e minérios fortemente demandados pela economia chinesa que experimentava forte expansão.

Outro aspecto que Delgado (2010) aborda é o crescimento da renda da terra, por ser o elemento crucial para a extração do lucro. Desse modo, a terra passa a ser ambicionada por um pequeno grupo de multinacionais, por se transformar numa forma vantajosa para acumular capital. O autor detalha em seus pressupostos o panorama interno da economia:

A repartição do excedente econômico, no plano interno, na fase expansiva da demanda externa por “commodities”, se caracteriza basicamente como modelo de “rendas de monopólio”. Estas refletem, primeiramente a propriedade da terra e a forma ultra concentrada de sua distribuição; em segundo lugar, sua localização e a qualidade intrínseca dos recursos naturais explorados; em terceiro lugar, o acesso a fundos públicos subvencionados, propiciados pelas vantagens conferidas à emissão da dívida agrícola, sob respaldo de hipotecas; e finalmente, as patentes tecnológicas envolvidas na difusão do pacote técnico (DELGADO, 2010, p. 120).

Em relação a esse contexto, Martins (1981) ensina que há uma apropriação das grandes propriedades pelo capital, onde a terra produz alta rentabilidade, notadamente, nas terras onde existem plantios de cana, soja e pecuária. Contudo, mesmo nas terras com produção de alimentos para atender a demanda interna, isto é onde os rendimentos obtidos são baixos, “o capital não se torna proprietário da terra, mas cria as condições para extrair o excedente econômico, ou seja, especificamente renda de onde ela aparentemente não existe” (MARTINS, 1981, p. 175).

E como consequência da apropriação da renda da terra pelo capital, o autor esclarece que a concentração ou distribuição da terra está vinculada, determinada e subjugada à renda e a renda ao capital:

Por isso a concentração ou a divisão da propriedade está fundamentalmente determinada pela renda e renda subjugada pelo capital. Nessas condições, que divergem neste momento das condições clássicas de confronto entre terra e capital, as tensões produzidas pela estrutura fundiária, pela chamada “injusta distribuição de terra”, já não podem ser resolvidas por uma reforma dessa estrutura, uma vez que não há como reformar a exploração capitalista que já está completamente embutida na propriedade fundiária. Uma reforma agrária distributiva constituiria, neste momento, uma proposta desse tipo, ou seja, uma proposta inexecutável historicamente, como só pode ser qualquer proposta que advogue a reforma das contradições do capital sem atingir o capital e a contradição que expressa: a produção social e a apropriação privada de riqueza (MARTINS, 1981, p. 177).

Paralelamente a essa situação, Delgado (2010) alega que haverá uma pressão dobrada para obter ganhos e produzir mais se utilizando da terra que é “a incorporação de novas áreas ao espaço econômico explorado” que inevitavelmente implicará na exigência de um consumo maior de outros recursos naturais, tais como: “solos, água, biodiversidade, florestas nativas, luminosidade, condições climáticas, etc., além da força de trabalho humana e intensificação dos insumos químicos e tecnologia com consequências danosas para o meio ambiente” (DELGADO, 2010, p. 121).

Nesse contexto, Martins (1981, p. 159) adverte que “a terra não é produto nem do trabalho assalariado nem de nenhuma outra forma de trabalho. É bem natural, finito, que não pode ser reproduzido, não pode ser criado pelo trabalho”. Ratificando essa ponderação, Delgado (2010) destaca as consequências inevitáveis desse tipo de exploração:

Esse arranjo não é sustentável em médio prazo, econômica e ecologicamente. Os tais ganhos de produtividade das exportações de minerais, petróleo, carnes, grãos, etanol, etc., deixados a critério estritamente mercantil, tendem a se extinguir no tempo com a dilapidação paulatina dos recursos naturais não renováveis (DELGADO, 2010, p. 123).

Diante das concepções de Martins (1981), Delgado (2010) e Xavier (2017) é possível compreender que o modo de produção capitalista é inviável para o planeta e para a humanidade. Explorar os recursos naturais do planeta e a força de trabalho humana como se mercadorias fossem, pode tornar as formas de vida aqui existentes insustentáveis. Os economistas clássicos, especialmente Adam Smith e David Ricardo pesquisaram esclareceram de que forma se impulsionaria a produção utilizando-se do o trabalho humano e dos recursos naturais, em troca de vantagens materiais, instigou egoísmo, a ambição e os desejos de consumo, a satisfação individual priorizou-se em detrimento da sobrevivência coletiva. Mas, não alertaram que o crescimento desenfreado da produção é extremamente danoso para sustentabilidade do planeta e de tudo que aqui vive plantas, homens e animais.

No entanto, o alerta foi feito por Marx (1996), marxista, adeptos da economia marxiana e outros estudiosos críticos dos efeitos perniciosos que o modo de produção capitalista traz para o planeta e a humanidade. A respeito dos impactos provenientes da subjugação da agricultura pelo capitalismo, o que Marx (1996) disse é nos dias atuais, totalmente vigente:

Com a preponderância sempre crescente da população urbana que amontoa em grandes centros, a produção capitalista acumula, por um lado, a força motriz

histórica da sociedade, mas perturba, por outro lado, o metabolismo entre homem e terra, isto é, o retorno dos componentes da terra consumidos pelo homem, sob forma de alimentos e vestuário, a terra, portanto, a eterna condição natural de fertilidade permanente do solo. Com isso, ela destrói simultaneamente a saúde física dos trabalhadores urbanos e a vida espiritual os trabalhadores rurais. [...] E cada progresso da agricultura capitalista não é só um progresso na arte de saquear o trabalhador, mas ao mesmo tempo na arte de saquear o solo, pois cada progresso no aumento da fertilidade por certo período é simultaneamente um progresso na ruína das fontes permanentes dessa fertilidade (MARX, 1996, p. 113).

Por outro lado, sabe-se que o Estado é uma instituição burguesa, criada com o advento do capitalismo, por isso é um dos sustentáculos desse modo de produção. Nesse sentido, cabe salientar que no Brasil, o Estado cria políticas públicas para incentivar a grande produção, culturas exportadoras, atendendo os pressupostos do capital. Na agricultura, o pequeno produtor, que é o trabalhador que produz alimentos para sua própria subsistência e para atender as necessidades da população nacional, sofre pela expropriação da terra que é na agricultura o meio de produção e pela omissão do Estado que privilegia a grande propriedade rural, seus produtos e proprietários, enquanto despreza os pequenos estabelecimentos, os lavradores e a produção de alimentos para atender a demanda interna.

Porém, a luta pela terra se tornou mais evidente desde o início dos anos noventa, como também as políticas públicas para promover o crescimento da produção agrícola devido a abertura comercial, acirramento competitivo nos mercados externos devido a globalização econômica e a nova divisão internacional do trabalho e a obrigação brasileira de pagar a dívida externa. Para melhor compreensão desse contexto, no próximo item, cabe esclarecer a atuação do Estado e algumas políticas públicas para a agricultura a partir dos anos de 1990.

1.3 A atuação do Estado no atual modelo de desenvolvimento agrícola

A expansão do capitalismo para a agricultura no Brasil tem ocorrido com amplo apoio de políticas estatais e de discurso propagandeado nos meios de comunicação a respeito das vantagens do agronegócio. O Estado, numa visão superficial, é compreendido como um ente neutro, distante dos interesses particulares dos indivíduos, sendo o responsável por intermediar e solucionar de forma justa os interesses socioeconômicos, que possam contribuir para a melhoria da vida da população.

Segundo Meirelles (2004), todo o aparelhamento do Estado é organizado e preordenado visando atender a satisfação das necessidades coletivas. Para di Pietro (2004,

p. 95), os serviços realizados pelo Estado consistem em “toda atividade material que a lei atribui ao Estado para que a exerça diretamente ou por meio de seus delegados, com o objetivo de satisfazer concretamente às necessidades coletivas, sob o regime jurídico total ou parcialmente público”.

Porém, diferentemente do pensamento de di Pietro (2004) e de Meirelles (2004), o Estado no capitalismo tem funções mais complexas. Nesse contexto, Gramsci (1991) contrapõe o entendimento de livre troca, sem intervenção ou interesse estatal tão apregoada no capitalismo. O autor afirma que “o liberalismo é a ‘regulamentação’ de caráter estatal, introduzida e mantida por caminhos legislativos e coercitivos: é um fato de vontade consciente dos próprios fins, e não a expressão espontânea, automática, do fato econômico” (GRAMSCI, 1991, p. 32).

Na visão do autor, o Estado é a sociedade organizada e constituída de instituições complexas de caráter público e privado. Nessa sociedade organizada, existe um grupo social que cria uma ideologia de poder para que de forma consensual os conflitos e contradições sejam resolvidos e mantenha-se a dominação econômica. No capitalismo o grupo dominante é o industrial-agrário, ou seja, a burguesia e os proprietários de terras sobre as classes dominadas: trabalhadores e camponeses. Para esse autor, “o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de ‘domínio direto’ ou de comando, que se expressa no Estado e no governo ‘jurídico’” (GRAMSCI, 1982, p. 13-14).

Harvey (2005, p. 81) endossa essa formulação gramsciana ao dizer que “o Estado capitalista deve, necessariamente, amparar e aplicar um sistema legal que abrange conceitos de propriedade, indivíduo, igualdade, liberdade e direito, correspondente às relações sociais de troca sob o capitalismo”. Nessa direção, Engels (1941, p. 157 apud Harvey, 2005, p. 78), também avaliza essa concepção de Gramsci (1982), quando advoga que as classes do capitalismo não são destruídas por causa de interesses econômicos opostos porque existe um poder que, “aparentemente situado acima da sociedade, tornou-se necessário para moderar o conflito e mantê-lo nos limites da ‘ordem’; e esse poder, nascido da sociedade, mas se colocado acima dela e, progressivamente, alienando-se dela, é o Estado”.

Polanyi (2012, p. 229) esclarece que o Estado utiliza de vários mecanismos para dar sustentabilidade ao mercado nas fases de liberalismo econômico. E que o tamanho da interferência estatal nessas fases irá “depende da constituição da esfera política e do grau da perturbação econômica”. Nesse sentido, Harvey (2005, p. 83) ensina que uma das funções do Estado no capitalismo é, inevitavelmente, envolver-se “na administração de crises e age contra a tendência de queda da margem de lucro”.

Mesquita (2011) ratifica o pensamento de Gramsci (1982), Harvey (2005) e Polanyi (2012), ao afirmar que com a abertura comercial e o aprofundamento do neoliberalismo na década de noventa, a economia impôs ao setor agrícola concorrências ainda mais fortes e às vezes de aniquilamento. Além disso, o autor assevera que os tradicionais instrumentos de apoio governamental, tais como “crédito rural, incentivos fiscais, preços mínimos, extensão e pesquisa – foram, paulatinamente, reestruturados, desativados e/ou só alocados a produtores e atividades específicas” (MESQUITA, 2011, p. 41).

Gramsci (2001) formula que o Estado cria o alicerce necessário para sustentar e revigorar o capitalismo. Harvey (2005, p. 82) utiliza-se da seguinte argumentação: “o Estado capitalista não pode ser outra coisa que instrumento de dominação de classe, pois se organiza para sustentar a relação básica entre capital e trabalho. Se fosse diferente o capitalismo não se sustentaria por muito tempo.” E, Foladori, Melazi e Kilpp (2016) asseveram que uma das funções do Estado na economia é baratear o capital por meio de investimentos em obras de construção, manutenção de estradas, redes de água, energia, etc. Os autores afirmam que, no Brasil:

Os grandes projetos de apoio ao agronegócio, que lhe garante canais de irrigação e estradas desvios de rios, desvios de rios, como o projeto de transposição do São Francisco que, transvestidos de um interesse social, básico, objetiva atender, na verdade, aos interesses dos grandes capitais do setor agrícola (FOLADORI; MELAZI; KILPP, 2016, p. 235).

Nesse contexto, cabe apresentar as argumentações de Mesquita (2010), ao analisar o empenho e omissão do Estado Brasileiro para garantir o avanço do capital para a região amazônica na fase neoliberal:

O Estado Brasileiro que deveria realizar as mediações necessárias, entre o grande capital e a comunidade local, coibindo abuso, direcionando ações no sentido de assegurarem direitos e garantir lhes cidadania, por sua vez assume (ver PAC) um papel semelhante ao capital, impõe arbitrariamente, obras gigantes de infraestrutura, como ferrovias, oleoduto hidrovias, estradas e hidroelétricas e linhas de energia cujos impactos sociais e ambientais são potencializados nas populações circunvizinhas formadas por quilombolas, indígenas, ribeirinhos, pescadores, extrativistas, e também, por pequenos agricultores familiares (MESQUITA, 2011, p. 3-4).

Mesquita (2011) dialoga com Gramsci (2001), Santos (2011) e Foladori, Melazi e Kilpp (2016), quando aduz que houve uma significativa alteração na forma de intervenção

governamental no setor agrícola, durante o período militar e os anos noventa. Para o autor, nessa nova fase: “o Estado volta-se mais para ações de coordenação e governança junto às cadeias produtivas importantes do agronegócio internacional, a fim de torná-las mais competitivas” (MESQUITA, 2011, p. 42).

Acsehrad (2010) aprofunda o pensamento de Mesquita (2011), ao destacar que os efeitos da expansão do capital provocaram conflitos acirrados a partir dos anos 1990, devido ao contraste que existe entre o uso dos recursos naturais para o bem comum da humanidade e a exigência destes para promover o crescimento econômico. Para o autor há “um embate entre projetos, reunindo discursos, concepções, instituições e práticas diferentes” (ACSELRAD, 2010, p. 109).

Nesse rumo, Brandão (2008) destaca que a lógica do capitalismo é avançar para espaços antes relegados economicamente, com o apoio do aparato estatal. O autor depreende que na lógica da acumulação, o capital possui natureza tríplice: antagônico, progressivo e contraditório, movimenta-se geograficamente, de modo simultâneo, caracterizado enquanto ser cego, auto referido, em busca de autovalorização, e ainda, como ser perceptivo com aguda e refinada hipersensibilidade discriminadora, sendo capaz de distinguir os espaços de natureza material, simbólico, institucional, cultural, etc.

Segundo Brandão (2008), o capital busca tornar-se sujeito (senhor) de todos e transforma tudo em seu predicado, inclusive o território. Para o autor é imprescindível saber como o Estado atua nesse processo. No dizer do autor:

O movimento (“cego”) do “capital em geral” em busca do mais-valor e a coerção do processo concorrencial, de enfrentamento da “pluralidade dos capitais” e suas diversas frações (capital mercantil, bancário, industrial, etc.) e suas manifestações espaciais. Investigar a natureza especulativa monetária do capitalismo, marcado pela incerteza radical e pela instabilidade sistêmica inerente, em que o rentismo e a dominância financeira prevalecem. Elucidar como o Estado é constitutivo deste regime privado de economia empresarial, aquilatando o poder de decisão da Grande Empresa oligopólica, elementos fundamentais para uma teoria das decisões cruciais de aplicação de capital e da diferenciação de classes e suas hierarquias (BRANDÃO, 2008, p. 4).

Desse modo, é possível conceber que as formulações de Gramsci (2001), Harvey (2005), Santos (2011), Acsehrad (2010) e Brandão (2008) afiançam o pensamento de Mesquita (2011), no que concerne o empenho estatal utilizando-se de políticas e recursos públicos para atender as exigências do capital para avançar e ocupar novos espaços. Constata-se também, que o Estado garante o atendimento dos interesses da classe

dominante em detrimento das necessidades coletivas

Essa supremacia da classe dominante do capitalismo, utilizando-se do aparato estatal, fora anunciada e denunciada por Marx e Engels (1999):

A burguesia, desde o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, conquistou, finalmente, a soberania política exclusiva no Estado representativo moderno. O governo moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa (MARX; ENGELS, 1999, p. 10).

Contudo, é preciso levar em consideração, que mesmo o Estado e os capitalistas concentrando o poder e gerenciando os meios de produção no capitalismo, a classe trabalhadora quando se organiza e luta por mais direitos sociais, conseguem avanços e melhorias das condições de vida, mesmo que contrariando a lógica excludente e concentradora de renda do capitalismo.

2. O AVANÇO DO CAPITALISMO PARA O CAMPO NO BRASIL E NO MARANHÃO

O presente capítulo encontra-se dividido em duas seções. A primeira seção apresentará concepções teóricas a respeito da modernização da agricultura, e os incentivos públicos concedidos para o desenvolvimento desse setor, na lógica da produção capitalista, a qual possibilitou a expansão da produção dos monocultivos, como soja e eucalipto, especialmente, para a Amazônia e estados circunvizinhos, como é o caso do Maranhão. Na segunda seção, serão analisados dados da produção agropecuária do Brasil, Maranhão e Chapadinha, bem como, da expansão de soja e eucalipto nessas localidades, a partir da década noventa.

2.1 Modernização da agricultura, incentivos públicos e, após os anos de 1990, a expansão dos monocultivos

Com relação à modernização da agricultura, Almeida (1997) esclarece que durante as décadas de 1950 e 1960, nos Estados Unidos e Europa, o setor agrícola foi o alvo a ser atingindo por aquilo que era considerado como desenvolvimento. Nesse sentido, empresas, governos e agricultores buscavam modernizar a agricultura para conseguir maior produtividade e lucro. Ainda segundo o autor, economistas de várias correntes ideológicas, inclusive marxistas, defendiam que:

A agricultura tinha um papel funcional e secundário ao ‘setor’ industrial, ou seja, o de fornecer matérias-primas, força de trabalho barata e ser um mercado consumidor para os bens industriais. Por isso a industrialização tornou-se sinônimo de progresso e modernidade na sociedade industrial (ALMEIDA, 1997, p. 38).

Almeida (1997) defende que os planos governamentais, imbuídos dessa concepção desenvolvimentista, passam a intervir na produção dos agricultores, definindo suas competências e o sistema tecnológico a ser utilizado. Há um “enquadramento” dos agricultores no “modelo” idealizado pelos órgãos públicos da área de tecnologia. O autor afirma que: “nessa visão, o desenvolvimento é um processo considerado único, que leva do atrasado ao moderno, tendo, portanto, uma concepção linear. Este novo “modelo” moderno, “desenvolvimentista”, encampado pelos agricultores empresariais modernos, é o único possível e desejável” (ALMEIDA, 1997, p. 41).

Nessa perspectiva, Sorj (2008) avalia que as cooperativas foram um mecanismo utilizado pelo Estado para disciplinar e manipular o pequeno produtor, por meio do

direcionamento nos projetos para o uso do crédito e insumos modernos. Mendonça (2002) dialoga com Almeida (1997) e Sorj (2008) ao considerar que modernização agrícola:

[...] nada mais é do que a expressão da modernização capitalista em seu movimento constante em busca de auto expansão. Certamente, o novo conteúdo propiciado alterou de forma contundente a lógica da produção. No caso brasileiro a modernização capitalista da agricultura no campo resultou em bruscas mudanças, mediante a implementação de políticas públicas voltadas às necessidades de reprodução do capital, além de apresentar diferenciações significativas no tempo e no espaço (MENDONÇA, 2002, p.4).

Vale ressaltar ainda, as formulações de Brum (1988) a respeito das principais razões que impulsionaram a modernização da agricultura. O autor elenca quatro: elevar da produtividade do trabalho para aumentar o lucro; reduzir os custos unitários de produção e vencer a concorrência; superar os conflitos entre capital e o latifúndio, pois a modernização trouxe à tona a questão da renda da terra; introduzir os complexos agroindustriais no país.

Tendo compreensão dessas questões, Delgado (2001) destaca que após o golpe militar de 1964, o pensamento predominante no Brasil era saber como inserir a agricultura, de fato, no desenvolvimento econômico. Até o ano de 1964, o discurso prevalecente era o conservador, defendendo que a agricultura tinha cinco papéis socioeconômicos principais: “liberar mão-de-obra para a indústria; gerar oferta adequada de alimentos; suprir matérias-primas para indústrias; elevar as exportações agrícolas; transferir renda real para o setor urbano” (DELGADO, 2001, p. 161).

Porém, nesse novo momento, alguns pensadores da temática e os governantes da época defendiam que, para modernizar a agricultura, era necessário intervir no setor. Diante disso, Delgado (2001) explica que o planejamento econômico governamental, impôs à agricultura, naquele período, uma nova função: “o aprofundamento das relações técnicas da agricultura com a indústria e de ambos com o setor externo” (DELGADO, 2001, p. 164, grifo do autor). Com a terminologia dada pelo autor: “integração técnica-agricultura-indústria” efetivou-se, naqueles anos, uma introdução intensa de produtos industriais na agricultura, tais como: “fertilizantes, defensivos, corretivos do solo, sementes melhoradas e combustíveis líquidos, etc.; e máquinas industriais (tratores, colhedoras, implementos, equipamentos de injeção, entre outros)” (DELGADO, 2001, p. 164).

Esses investimentos na agricultura foram viabilizados pelos recursos do Sistema Nacional de Crédito Rural. Esse Sistema foi criado durante o governo de Castelo Branco, tendo como Ministro da Fazenda Delfim Netto. A intenção era alavancar a produção agropecuária, com a ajuda pesada de subsídios à política agrícola e comercial. Na concepção

do autor, o período (1965-1980), é a idade de ouro, pois ocorre um grande desenvolvimento da agricultura brasileira na lógica capitalista, com forte integração econômica dos setores da indústria com os setores externos, mediado financeiramente pelo setor público.

Sobre a real finalidade desses planos e investimentos governamentais é válido inserir os esclarecimentos de Madeira (2010):

(...) com o agravamento da crise capitalista mundial a partir do final da década de 1970, manifestado, entre outras coisas, através do aumento das taxas de juros de títulos públicos dos governos dos E.U.A. e da Inglaterra, houve um aumento dramático da dívida externa brasileira, e o governo passou a enfatizar mais a necessidade dos projetos vinculados ao Plano favorecerem a resolução deste novo problema. De acordo com Castro e Souza (1985, p. 55), na opinião do então Ministro da Fazenda, Delfin Neto, por exemplo, o Programa Grande Carajás deveria ser uma prioridade nacional, e a partir de suas exportações “a ele caberia equacionar o problema da dívida externa (MADEIRA, 2010, p. 5).

Nessa perspectiva, Martine (1991) destaca que essa prática induziu uma forte produtividade agrícola, denominada de modernização “compulsória” porque fora feita com grande esforço governamental, utilizando-se dos recursos públicos e privilegiando alguns produtos e produtores, enquanto marginalizava outros.

A distribuição social, setorial e espacial dos incentivos provocou uma divisão de trabalho crescente; grosso modo, maiores propriedades, em terras melhores, tiveram acesso a crédito, subsídios, pesquisa, tecnologia e assistência técnica, a fim de produzir para o mercado externo ou para a agroindústria (MARTINE, 1991, p. 10).

Baseado nesse contexto, cabe inserir os dados da produção das culturas brasileiras que atendiam, prioritariamente, os mercados externos levantados por Silva (2006). Como descritos pelo autor:

Em meados da década 1970, a produção de grãos atingia quase 46 milhões de toneladas e já refletia nitidamente o desempenho das culturas de exportação. O milho ainda era cultura mais expressiva e, com uma produção de 19 milhões de toneladas, respondia por 41% da produção total. A soja, por sua vez, já alcançava àquela época mais de 12 milhões de toneladas produzidas, o que representava 26% da produção de grãos. A produção de arroz situava-se em torno de nove milhões de toneladas, representando 19% da produção total. A produção de trigo era de dois milhões de toneladas e correspondia a 4,5% do total, desempenho semelhante ao do feijão, que teve 2,2 milhões de toneladas produzidas (SILVA, 2006, p. 64).

Sorj (2008, p. 64-65) destaca que: “o Brasil passou a se posicionar nos primeiros lugares entre os países exportadores de produtos agropecuários, sendo o primeiro entre os países capitalistas periféricos”. Todavia, não se pode pensar que o aumento das exportações do Brasil se deve aos preços baixos da terra e dos salários, mesmo que isso provoque certa

atração ao capital estrangeiro. Para o autor, o que de fato explica o sucesso brasileiro nas exportações mundial é a viabilização da infraestrutura e do complexo agroindustrial. Ele alega que houve um “esforço real por parte do capitalismo brasileiro de intervir e concorrer no mercado mundial (...) sob a liderança do capital estrangeiro” (SORJ, 2008, p. 64). E por trás disso, a soja produzida no Brasil concorre com a dos Estados Unidos, mas isso não é um fator preocupante para aquele país e seus empresários porque a produção brasileira “é controlada por empresas transnacionais geralmente de origem estadunidense” (SORJ, 2008, p. 65). Essa conjuntura foi noticiada na mídia local, em 1975, da seguinte forma:

E mesmo que a produção continue a crescer aceleradamente nos próximos anos - vencidos problemas de infraestrutura cada vez mais sérios - a ameaça à economia dos Estados Unidos fica minimizada pela participação ativa das multinacionais norte-americanas na industrialização, comercialização e fixação de preços - nos lucros enfim - da soja brasileira (JORNAL DO BRASIL, 1975 apud SORJ, 2008, p. 65).

Esse autor assevera que a modernização da agricultura ocorreu pela intervenção do Estado que culminou na consolidação de complexos agroindustriais, por meio de investimentos em infraestrutura, para favorecer determinadas classes de produtores e de produtos. Acrescente-se a isso, o fato de que a agricultura para expandir requer a inserção de novos espaços e aberturas de fronteiras, situação resolvida pelo investimento em grandes rodovias federais e legalização da ocupação e colonização da Amazônia.

Desse modo, o governo incentivou a migração de muitos nordestinos, despossuídos dos meios de produção, para terras agricultáveis nos estados do Maranhão e Mato Grosso, fato que interessava ao capital, que avançava para essas áreas. Segundo o autor, o Estado favorecia aqueles que detinham o poder econômico em detrimento dos despossuídos. Em Sorj (2008), encontram-se os seguintes esclarecimentos:

Sem dúvida, o Estado esteve presente em todos os processos de ocupação de fronteira, em forma de uma estrutura jurídica dada ou como "ausência" que permitia a imposição direta do latifúndio pelo uso da força ou do poder econômico. Sem dúvida, a "ausência" da ação imediata do aparelho institucional do Estado na Amazônia volta a apresentar-se na medida em que foi permitida a repetida violação da legislação e o uso direto da força por grileiros. Essa ausência, porém, passa a ser "sentida", uma vez que o Estado assumiu diretamente a responsabilidade pelo processo de colonização. Dessa forma, as contradições surgidas no processo de colonização passam a ser integradas diretamente ao nível dos aparelhos de Estado, que refletem de forma mediada, os confrontos sociais reais (SORJ, 2008, p. 95).

Sorj (2008) esclarece, por fim, que os incentivos públicos, concedidos para a modernização da agricultura e ocupação das terras da Amazônia, oportunizaram ao capital

estrangeiro ocupar várias extensões de terras brasileiras, com marginalização da elite local e maior exploração da força de trabalho dos camponeses migrantes e pauperizados. Segundo o autor, esse processo exigiu forte intervenção do Estado, que utilizou a política de subsídios ao crédito agrícola e investiu maciçamente em infraestrutura e serviços, além de pesquisa rural. Dessa forma, Sorj (2008) entende que a modernização agrícola foi mais uma política brasileira de privilégios, pois favoreceu “uma minoria do conjunto dos produtores rurais e mesmo que tenha muitas vezes sido feita à custa de grandes desperdícios de capital social, não desmerece o fato de que, do ponto de vista capitalista, tenha sido coberta de êxito” (SORJ, 2008, p. 95).

Em se tratando, mais especificamente, dos planos governamentais para a expansão das áreas de fronteira, Silva (2000 apud GUANZIROLI, 2009), esclarece que o Brasil, por meio do governo federal, abriu fronteiras utilizando programas especiais como o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), criado em 1975 e que vigorou entre 1975-79, era integrante do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) (1975-1979). O objetivo do POLOCENTRO era incorporar aproximadamente 3,7 milhões de hectares de Cerrados (entre lavouras, pecuária e reflorestamento) nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e nas regiões do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba, Alto e Médio São Francisco e Vão do Paracatu, todas nos estados de Minas Gerais. De acordo com o autor, o POLOCENTRO foi desativado em 1979, e para substituí-lo, foram criados o PRODECER I, II, e III no início dos anos 80.

O POLOCENTRO resulta de um acordo de cooperação estabelecido entre os governos brasileiro e japonês em 1976, pelo então Presidente Geisel com a Japan International Cooperation Agency (JICA). O objetivo inicial do PRODECER era o de incorporar ao processo produtivo uma área aproximada de 350.000 hectares de Cerrados em sete Estados brasileiros: Minas Gerais, Goiás, Bahia, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Tocantins e Maranhão.

Com relação ao estado do Maranhão a instalação de infraestrutura, com o propósito de viabilizar exportações, foi iniciada em meados dos anos 1970, por meio da implantação do Programa Grande Carajás, conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 1.813/1980. Este Decreto-Lei instituiu regime especial para incentivar empreendimentos que integrassem esse Programa. Os incentivos concedidos eram tributários e financeiros, visando desenvolver parte da região Amazônica e abrangendo parte dos estados do Pará, Goiás e Maranhão (BRASIL, 1980).

Os empreendimentos autorizados a receber incentivos, fiscais e financeiros, foram definidos pelo governo federal como aqueles que empreendessem: serviços de infraestrutura, como o projeto da Ferrovia Carajás, a instalação ou ampliação do sistema portuário e de outros investimentos que contribuíssem para a formação de corredores de exportação de Carajás; obras e instalações para a criação e utilização de hidrovias; outros projetos de transportes que influenciassem no desenvolvimento do Programa Grande Carajás; projetos que aproveitassem o potencial hidrelétrico das bacias hidrográficas; projetos de pesquisa, prospecção, extração, beneficiamento, elaboração primária ou industrialização de minerais e a agricultura, pecuária, pesca e agroindústria; como pesquisa reflorestamento, beneficiamento e industrialização de madeira; aproveitamento de fontes energéticas; e outras atividades econômicas que trouxessem o desenvolvimento para a região.

De acordo com Cota (1984), previu-se, só para a primeira década de implementação do Programa Grande Carajás (PGC), investimentos superiores a 60 bilhões de dólares para a Amazônia oriental. Pois para iniciar o Programa foi projetado um conjunto de obras composto de portos, aeroportos, rodovias, hidrovias, hidrelétricas, dentre várias outras obras, como Usina hidrelétrica de Tucuruí (PA), a Estrada de Ferro Carajás (PA/MA) e o Porto de Ponta da Madeira em São Luís/MA.

Em se tratando dos anos recentes, deliberações governamentais para a agricultura demonstram que o agronegócio no estado do Maranhão ainda tem muito a crescer. Em 2014, por meio de um acordo de cooperação técnica firmado entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e a Empresa Brasileira de Agropecuária (EMBRAPA), através do Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE).

Assim, a (EMBRAPA através do Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE) elaborou o Plano de desenvolvimento agropecuário do Matopiba para demarcação territorial nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia (MATOPIBA¹¹), visando separar as áreas para promover o crescimento da produção nesses estados. Para o estado do Maranhão, o plano contém estratégias para a elevação da produção da pecuária, arroz irrigado, extrativismo do bacuri, reflorestamento com eucalipto, bambu e sabiá, além de apontar as necessidades de investimento em infraestrutura como poços, poços jorrantes, eixo da Ferrovia Carajás – Itaqui e energia .

¹¹A expressão MATOPIBA resulta de um acrônimo criado com as iniciais dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Essa expressão designa uma realidade geográfica que recobre parcialmente os quatro estados mencionados, caracterizada pela expansão de uma fronteira agrícola baseada em tecnologias modernas de alta produtividade (EMBRAPA. 2015).

De acordo com a EMBRAPA/GITE, os planos de desenvolvimento para esses estados buscam orientar as políticas públicas e privadas para o desenvolvimento agrário e regional, por meio de inovações. Para a elaboração do plano a instituição leva em consideração os aspectos natural, agrário, agrícola, a infraestrutura, social, ambiental e econômico.

Nessa perspectiva, os técnicos dessas instituições asseguram que existem milhares de hectares ocupados por uma agricultura de baixa produtividade e pouca rentabilidade. Além disso, o documento visa dar informações, na região dos estados do Matopiba, acerca das unidades de conservação, terras indígenas, áreas quilombolas, projetos de regularização fundiária e assentamentos de reforma agrária. Uma vez que a delimitação geográfica com informações precisas é fundamental para orientar as políticas públicas e privadas na região. O documento contém informações sobre bacias hidrográficas e biomas. O objetivo dessa demarcação é apoiar, monitorar e avaliar as políticas públicas e privadas na região.

Conforme artigo. 1º do Decreto nº 8.447, de 6 de maio de 2015, o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba – PDA - Matopiba, “tem por finalidade promover e coordenar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico sustentável fundado nas atividades agrícolas e pecuárias que resultem na melhoria da qualidade de vida da população” (BRASIL, 2015, p.1).

Para o estado do Maranhão, a demarcação territorial englobou 23.982.346 hectares que corresponde a 33% da área do Estado, pertencentes a 135 municípios: No Tocantins a área incorporada ao plano de desenvolvimento foi de 27.772.052 hectares ou 38% da área total do Estado, abarcando 139 municípios. No Piauí, a área destinada foi de 8.204.588 hectares, que representa 11% do total do Estado, incluindo 33 municípios. E a Bahia destinou 13.214.499 hectares, 18% do total, abrangendo 30 municípios.

A delimitação territorial obtida e proposta para o MATOPIBA abrange 31 microrregiões geográficas do IBGE, reúne 337 municípios e uma área total de 73.173.485 ha. Ela engloba um universo com cerca de 324.326 mil estabelecimentos agrícolas. A repartição aproximada do MATOPIBA entre os quatro Estados é a seguinte: 33% no Maranhão (15 microrregiões, 135 municípios, 23.982.346 ha); 38% no Tocantins (8 microrregiões, 139 municípios e 27.772.052 ha); 11% no Piauí (4 microrregiões, 13 municípios e 8.204.588 ha) e 18% na Bahia (4 microrregiões, 30 municípios e 13.214.499 ha) (EMBRAPA, 2014, p. 14).

O plano do Matopiba não só aponta as desigualdades sociais existentes nos Estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, como também destaca a concentração fundiária e de renda, apresenta dados do Produto Interno Bruto (PIB) e PIB/ *per capita*, além de informações sobre os biomas dessas áreas, definindo estratégias para o desenvolvimento regional, porém

numa visão mais estreita tais métodos são contraditórios. O eucalipto, todos sabem, é uma planta exótica que exige muita água para crescer, realizar reflorestamento com essa silvicultura em estados do Nordeste e Norte, nos quais o índice pluviométrico já não é tão elevado, é mais uma forma de secar as escassas fontes de água já existentes. Além disso, o eucalipto não substituirá as árvores frutíferas que eram utilizadas por muitos camponeses e povos tradicionais como fontes de alimentos, como é o caso do babaçu.

Buainain, Garcia e Vieira Filho (2017) não só ratificam o crescimento da produção agropecuária nos municípios integrantes do plano de desenvolvimento do MATOPIBA, tal qual pensado pela EMBRAPA/GITE, como também o acirramento da desigualdade na região: “Cabe destacar que apenas dez municípios concentravam 40% do produto interno bruto (PIB) da região (tabela 2), reflexo da histórica concentração e da desigualdade que marcam a região e o próprio país” (BUAINAIN; GARCIA; VIEIRA FILHO, 2017, p. 16).

Outro aspecto que levanta desconfiança é a capacidade dos planos para promover o desenvolvimento real dos pequenos produtores e trabalhadores rurais desses municípios. Culturas como soja e eucalipto ocupam extensas áreas agricultáveis, exigem recursos naturais e são altamente mecanizadas, por isso dispensam mão de obra e concentram a terra. Pode-se asseverar que esses planos elevarão a produção e produtividade agropecuária dos Estados do Matopiba, mas não implicarão no desenvolvimento socioeconômico dos residentes dos mesmos. Nesse sentido, Buainain, Garcia e Vieira Filho (2017) destacam que o fomento da agropecuária nesses municípios provocará ainda mais disparidades socioeconômicas na região.

A economia e as estruturas vigentes no Matopiba ainda refletem pouco as transformações mais recentes, impulsionadas pela dinamização da agropecuária nas áreas de cerrado. É possível que a principal manifestação do novo impulso seja a maior concentração na geração de renda em alguns municípios e o consequente aumento da desigualdade no interior da região (BUAINAIN; GARCIA; VIEIRA FILHO, 2017, p. 18).

Numa visão mais estreita, é possível afirmar que os planos de desenvolvimento do Matopiba nada mais são do que a forma que o estado encontrou para apoiar a expansão do capital para a agricultura. E o capitalismo não leva em conta o desgaste do homem e da natureza, como bem alertou Marx (1996). A respeito da atuação do Estado para apoiar a expansão do capitalismo, Gramsci (2001) formula que o Estado cria o alicerce necessário para sustentar e revigorar o capitalismo. Harvey (2005, p. 82) assevera que “o Estado capitalista não pode ser outra coisa que instrumento de dominação de classe, pois se organiza para sustentar a relação básica entre capital e trabalho. Se fosse diferente o capitalismo não se

sustentaria por muito tempo.” E, Foladori, Melazi e Kilpp (2016) asseveram que uma das funções do Estado na economia é baratear o capital por meio de investimentos em obras de construção, manutenção de estradas, redes de água, energia, etc. Os autores afirmam que no Brasil:

Os grandes projetos de apoio ao agronegócio, que lhe garante canais de irrigação e estradas desvios de rios, desvios de rios, como o projeto de transposição do São Francisco que, transvestidos de um interesse social, básico, objetiva atender, na verdade, aos interesses dos grandes capitais do setor agrícola (FOLADORI; MELAZI; KILPP, 2016, p. 235).

Segundo Pitta e Vega (2017), uma das fortes maneiras utilizadas para legalizar a expansão da fronteira agrícola é o “discurso de que a região é ‘atrasada’, vem a pretensa solução para a região na forma de ‘progresso’ e ‘desenvolvimento’ que hoje está intimamente ligada à atuação do agronegócio” (PITTA; VEGA, 2017, p. 27). Para os autores, por trás da expansão dos espaços agrícolas e desenvolvimento do agronegócio na região do Matopiba, está a espoliação de camponeses e indígenas, por causa dos recursos naturais, como a água, que estavam disponíveis em seus territórios.

A expansão financeirizada da agroindústria da soja para a Bahia, Maranhão, Piauí e Tocantins conduziu à expropriação de indígenas e camponeses das mais variadas formas. As áreas altas e planas das chapadas eram as áreas prioritárias a serem ocupadas. Ali, as produções podiam acessar um regime pluviométrico adequado, além de serem justamente os locais de cabeceira / nascentes dos rios do Cerrado na região (PITTA; VEGA, 2017, p. 39)

Outra deliberação estatal foi a criação da Lei nº 10.316/2015, que instituiu o Macrozoneamento Ecológico-Econômico (MacroZEE) do Estado do Maranhão. De acordo com o artigo 3º da Lei, este documento objetiva:

Orientar a formulação e implementação de políticas, planos, programas e projetos, públicos e privados, de elevação da qualidade de vida da população levando em consideração as potencialidades, as vulnerabilidades, as restrições de uso e a necessidade de proteção dos recursos naturais, permitindo que se realize o pleno desenvolvimento econômico de forma sustentável (MARANHÃO, 2015).

Além do apoio estatal, por meio de investimentos em infraestrutura e mapeamento regional identificando as potencialidades do Estado, constantes do Macrozoneamento Ecológico-Econômico (MacroZEE), segundo um estudo realizado pela EMBRAPA (2014) para incentivar mais investimentos na região, todas as exportações de produto sem

beneficiamentos ou *in natura* feitas no Brasil têm isenção do Imposto de Circulação de Mercadorias (ICMS), conferido pela Lei Complementar 87/1995 (Lei Kandir).

Em contraposição à ideia de que todas essas iniciativas governamentais, no âmbito federal e estadual, para modernizar a agricultura e garantir expansão para regiões ainda não inseridas nessa lógica produtivista trazem desenvolvimento e progresso, Mesquita, Silva e Paula (2009) afirmam que o resultado, é na verdade, concentração e especulação fundiária. Conforme os autores:

Em resumo, num cenário de produção “arcaica” e de fronteira agrícola em expansão, o impacto da modernização da agricultura, no Maranhão, ao longo das décadas de 1970 e 1980, acabou fortalecendo os fatores conservadores da exploração agrícola, assentada no uso primitivo da terra e da força de trabalho, na baixa capitalização das unidades produtivas, uma vez que a política agrícola priorizou a grande empresa. O que se observa é uma “modernização” calcada na produção pecuária e na especulação fundiária que transforma a propriedade territorial em reserva de valor, com o aval de uma política de desenvolvimento regional que, por meio dos incentivos fiscais, produziu efeitos concentradores, excludentes e especulativos (MESQUITA; SILVA; PAULA, 2009, p. 7).

Outro aspecto relevante é o aumento do empobrecimento dos camponeses, devido à expansão da fronteira agrícola, segundo Mesquita (2011):

A expansão exponencial do agronegócio da soja, eucalipto, dendê e da pecuária sobre as áreas camponesas (...) precarizou ainda mais as condições de vida desta população rural, pois, contribuiu para a queda da produção de alimentos, acentuou a privatização dos recursos naturais, antes disponíveis a essa população (MESQUITA, 2011, p. 3).

A expansão dos plantios de soja ocorre na direção da Amazônia e se repete nas áreas de Cerrado, especialmente nos estados do Mato Grosso, do Tocantins e do Maranhão. Em Silva (2011), constam os dados referentes aos anos de 1996 e 2006, demonstrando que a soja requer maior extensão de áreas por ser uma oleaginosa muito solicitada pelo mercado externo. Por isso é uma cultura que concentra a produção em grandes estabelecimentos rurais, entre poucos afortunados produtores. Como resultado, tem-se o aumento dos grandes e redução dos pequenos estabelecimentos, “ao longo do período em foco (1996 a 2006), os grandes estabelecimentos passaram de 92% para 93,87%, enquanto os pequenos estabelecimentos reduzem de 3% para 0,37% sua representação no universo dos produtores” (SILVA, 2011, p. 5).

Convém salientar ainda que o agronegócio apresenta crescimento econômico por causa de sua expansão, como também os municípios para onde a oleaginosa migra, fato que

fica evidenciado nos dados do Produto Interno Bruto (PIB), mas os serviços públicos essenciais ofertados à população como educação continuam precários.

Diante das formulações de Cota (1984), Martine (1991), Almeida (1997), Brum (1988), Delgado (2001), Sorj (2008), Silva (2006) e Madeira (2010), depreende-se que a modernização da agricultura e expansão da fronteira agrícola para região da Amazônia e estado do Maranhão efetivou-se com grande vulto de investimentos, de recursos públicos em infraestrutura e crédito agrícola subsidiado. Esses fatores garantiram ao capital externo um novo cenário altamente propício para a produção de mercadorias primárias, exigidas pelas economias globais, devido as altas possibilidades de obter lucro e acumular capital. Nesse sentido, as principais vantagens foram: privilégios financeiros concedidos por meio de recursos públicos e aliada a exploração de mais-valia da força de trabalho pauperizada, migrante de outras regiões do Nordeste.

Além disso, conforme as pesquisas apresentadas por Sorj (2008), Mesquita, Silva e Paula (2009), Mesquita (2011) e Silva (2011), é possível compreender que a modernização da agricultura, a partir dos anos setenta na região amazônica e no Maranhão, implicou em maior concentração fundiária, miséria para os camponeses, elevação das áreas produtivas dos monocultivos, redução das áreas produtoras de alimentos para a população interna. Além disso, provocou crescimentos das cidades, mas sem melhorias das condições socioeconômicas da população que lá vive. Assim, as políticas públicas promoveram um desenvolvimento que modernizou alguns aspectos da agricultura, com privilégios para certo tipo de produtores e produtos, como bem pontuou Sorj (2008). Isso ficará evidente no próximo item que traz os dados sobre a produção agrícola, a partir dos anos de 1990.

2.2 A evolução da produção agropecuária no Brasil, Maranhão e Chapadinha/MA

Sabe-se que a agropecuária é o setor responsável pela produção de alimentos e matérias-primas em geral. A agricultura é formada pelo conjunto de cultivares, como grãos, cereais e hortaliças utilizadas diariamente por grande parte da população. E a pecuária, é responsável pela criação de animais, como: gado, suínos, aves, ovinos e caprinos, que também são usados para a mesma finalidade. No Brasil, a agricultura familiar produz de 70% dos alimentos consumidos pela população interna (MDA, 2017), por isso a agricultura familiar brasileira é imprescindível para garantir a soberania alimentar e a segurança nutricional.

Nessa seção, constarão os dados referentes à produção da agropecuária, ao longo de dois períodos: 1996- 2006 e 2006 - 2016, com o propósito de compreender a evolução da

produção de alimentos no Brasil, Maranhão e Chapadinha, município maranhense, no qual foi realizada a pesquisa de campo. Os dados coletados dizem respeito à produção de grãos, cereais, arroz, milho, feijão, leite, ovos e criação animais.

No gráfico 1 e tabelas 1 observam-se os dados que comparam a evolução percentual da quantidade de bovino, suíno, caprino, ovino e galináceos, no Brasil, Maranhão e Chapadinha, ao longo das décadas (1996 – 2006). Nesse período, verifica-se que no Brasil, ocorreu aumento em todos os rebanhos (cabeças), considerado: bovino 30,07% (47,5 milhões); suíno 20,45% (5,9 milhões); caprinos 39,87% (2,9 milhões); ovino 8,79% (1,2 milhões); galináceos 38,93% (283,4 milhões).

No Maranhão, quando se compara os anos 1996 e 2006, verifica-se que com exceção do rebanho de suíno que caiu 13,61% (262,8 mil), os demais aumentaram: bovino 68,03% (262,8 mil), caprinos 30,34% (94,4 mil), ovino 57,55% (84,3 mil) e de galináceos cresceu 0,46% (53,3 mil cabeças). No município de Chapadinha, somente o de bovino cresceu em 19,12% (3,2 mil cabeças), as reduções dos demais foram as seguintes: suíno 57,06% (39,4 mil), caprinos 8,6% (1,4 mil), ovino 48,47% (1,1 mil) e de galináceos 39,69% (60,5 mil cabeças).

Tabela 1 - Variação absoluta dos rebanhos efetivos no Brasil, no Maranhão e em Chapadinha, entre 1996-2006

Localidades	Bovino	Suíno	Caprino	Ovino	Galináceos
Brasil	47.597.704	5.971.642	2.964.995	1.293.667	283.429.194
Maranhão	2.677.516	-262.847	94.442	84.271	53.351
Chapadinha (MA)	3.207	-39.434	-1.486	-1.160	-60.555

Fonte: IBGE, 2017c. Adaptado.

Ao se observar os dados do gráfico 2 e tabela 2, comparando os rebanhos de 2006 com 2016, no Brasil, caprinos e galináceos reduziram em 5,97% (menos 620,9 mil) e para 33,69% (340,7 milhões), respectivamente. Os demais rebanhos aumentaram: bovinos em 5,99% (12,3 milhões de cabeças), suíno em 13,58% (4,7 milhões) e ovino em 15,07% (2,4 milhões).

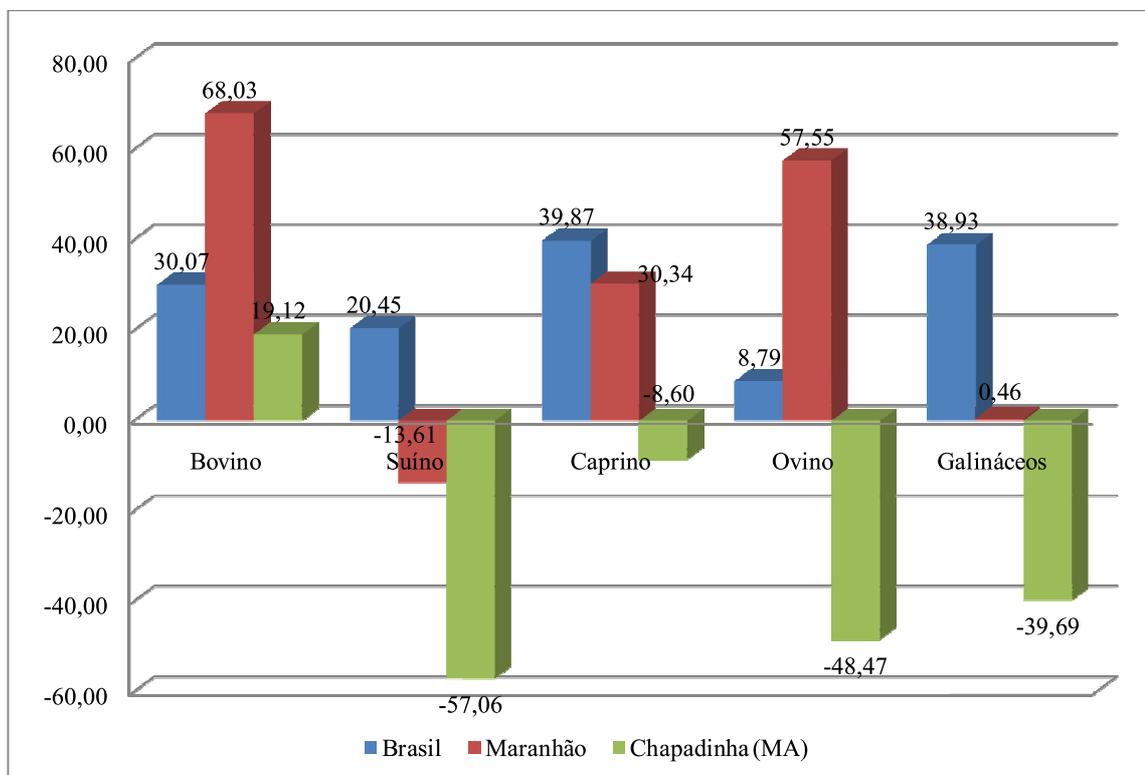
Tabela 2 - Variação absoluta dos rebanhos efetivos no Brasil, no Maranhão e em Chapadinha, entre 2006-2016

	Bovino	Suíno	Caprino	Ovino	Galináceos
Brasil	12.338.933	4.776.496	-620.916	2.414.640	340.775.328
Maranhão	1.040.600	-426.824	-31.423	47.503	-2.174.486
Chapadinha (MA)	-4.107	-17.900	-1.500	-383	-56.360

Fonte: IBGE, 2017c. Adaptado.

No Maranhão, comparando 2006 com 2016, três dos rebanhos considerados apresentaram redução: suíno de 25,58% (426,8 mil), caprino de 7,75% (31,4 mil) e de galináceos 18,79% (2,1 milhões). Enquanto que o rebanho de bovino aumentou em 15,74% (1,04 milhões) e de ovino em 20,59% (47,5 mil cabeças). Com relação à Chapadinha, observam-se quedas em todos os rebanhos considerados, no comparativo desses anos: bovino 20,56% (4,1 mil), suíno de 60,31% (17,9 mil), caprino 9,49% (1,5 mil), ovino 31,06% (menos 383 cabeças) e galináceos de 61,24% (ou 56,3 mil).

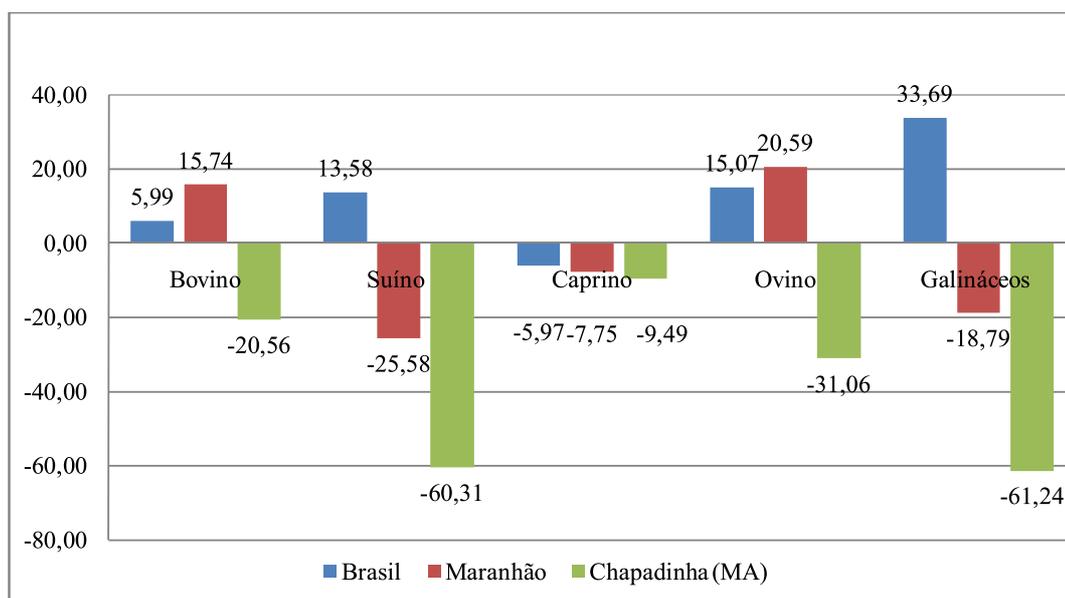
Gráfico 1 - Variação percentual da evolução dos rebanhos efetivos no Brasil, Maranhão e Chapadinha, 1996 – 2006



Fonte: IBGE, 2017c. Adaptado.

Logo, a partir dos dados coletados, constata-se uma tendência de queda na criação de animais que são utilizados como fonte alimentícia e nutricional pela maioria da população nas três esferas político-administrativas. Porém, essa situação apresenta maior gravidade no município de Chapadina, isso implica em insegurança alimentar e nutricional para a maior parte dos habitantes daquela municipalidade.

Gráfico 2– Variação percentual da evolução dos rebanhos efetivos no Brasil, Maranhão, Chapadina, 2006 - 2016



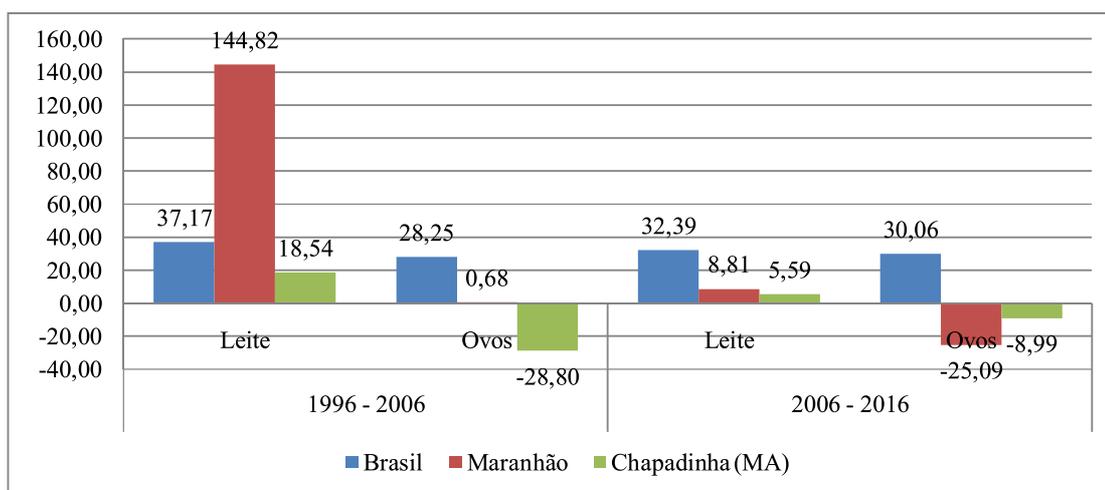
Fonte: IBGE, 2017c. Adaptado.

Outros dados coletados que ajudam a compreender a produção de alimentos são os que se referem à produção de leite e ovos. Essas duas fontes proteicas sofreram drástica redução, especialmente, na última década e no Maranhão. Assim, no estado do Maranhão enquanto em 2006 produziram 144,82% de mil litros de leite a mais do que 1996; em 2016 o acréscimo foi de apenas 8,81% em relação a 2006. No Brasil, o crescimento da produção de leite (mil litros) foi correlato, de 37,17% em 2006 comparado a 1996 e de 32,39% em 2016 confrontado com 2006. Em Chapadina, a produção de leite foi maior em 2006 do que em 1996 no percentual de 18,54%. Já em 2016 cresceu 5,59% na comparação com 2006.

No Brasil, em 2006, produziu-se 28,25% a mais do que em 1996, em 2016 o acréscimo na produção foi de 30,16% em relação a 2006. Por outro lado, a produção de ovos (mil dúzias) está comprometida pela redução cada vez mais acentuada tanto no Maranhão quanto em Chapadina. Os dados de 2006 quando confrontados com a produção de 1996,

mostram que houve um acréscimo de 0,68% no estado. Comparando 2006 e 2016, observa-se que houve uma redução de 25,09%. A produção de ovos, em Chapadinha, no ano de 2006, foi menor em (25,80%) do que 1996; e em 2016 foi menor em (8,99%) do que 2006. Conforme gráfico 3, a seguir.

Gráfico 3 – Variação percentual da produção de leite (mil litros) e ovos (mil dúzias), no Brasil, Maranhão e Chapadinha (1996-2006) e (2006 - 2016) %



Fonte: IBGE, 2017c. Adaptado.

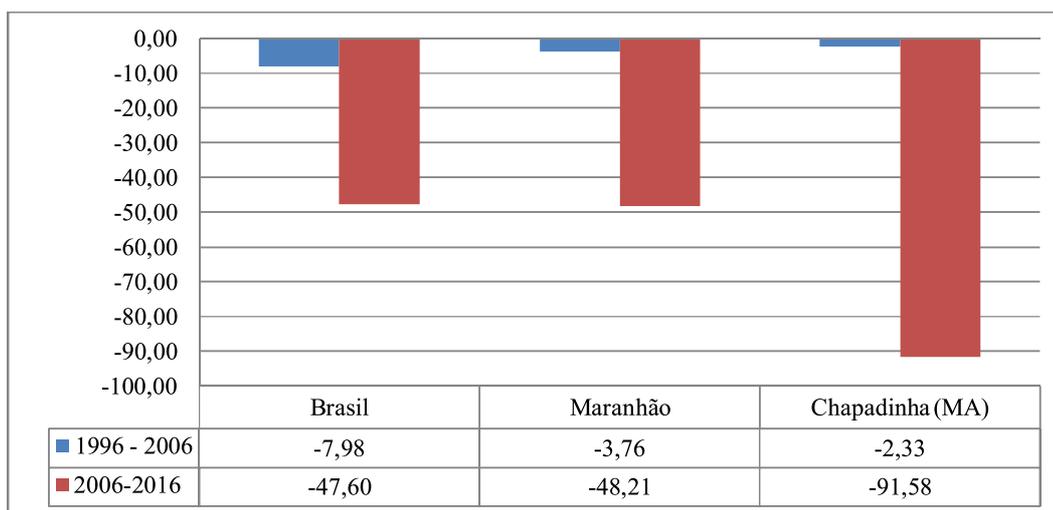
A amêndoa de babaçu é tradicionalmente na culinária brasileira no preparo de diferentes pratos e a palha tem outras utilidades domésticas, inclusive para cobrir casas. O Maranhão é um dos estados brasileiros que mais utiliza o babaçu. A atividade é realizada pelas camponesas, que são denominadas “quebradeiras de coco”. Como se observa no gráfico 4, a quantidade extraída dessa amêndoa está seriamente comprometida nos últimos anos.

No Brasil, a queda da extração em 2006 com relação a 1996, foi de 7,98%. Isso representa uma redução de menos 10.158 toneladas coletadas. Porém, em 2016, a redução foi de 55.760 toneladas ou (47,80%) na comparação com 2006. No Maranhão, a extração em 2006 foi 4.312 toneladas ou 3,76% a menos do que em 1996, enquanto que em 2016, a extração foi rebaixada em 53.227 (toneladas) ou (48,21%) em relação a 2006.

No município de Chapadinha, observa-se uma redução drástica, enquanto em 1996 e 2006 coletaram 4.500 e 4.395 toneladas respectivamente, em 2016, foram extraídas apenas 370 toneladas, o que corresponde a uma redução de 91,58 %. Tendo em vista a importância cultural e nutricional dessa amêndoa para a população, constata-se que sua coleta no Brasil, no Estado e no Município está severamente afetada, especialmente nos últimos anos. É

possível depreender que se essa tendência persistir, em poucos anos, desaparecerão por completo as quebradeiras de coco do município de Chapadinha.

Gráfico 4 – Variação percentual da extração do coco de babaçu no Brasil, Maranhão e Chapadinha (1996- 2006) e (2006 - 2016).



Fonte: IBGE, 2017e. Adaptado.

Nas tabelas 3 e 4, encontram-se a variação de área (hectares) plantada com arroz, feijão, mandioca e milho, no Brasil, Maranhão e Chapadinha/MA, nos anos 1996 – 2006 e 2006 – 2016. Verifica-se que a área de cultivo de arroz, no Brasil, em 2006, foi menor do que em 1996, no percentual de 7,98%, isto é, menos 261,2 mil hectares (ha). No Maranhão houve acréscimo de 23,84% (97,7 mil ha) e em Chapadinha a elevação foi de 61,93% (2,9 mil ha). Quando se compara a área de cultivo do cereal nos anos 2006 e 2016, constatam-se quedas em todas as unidades da federação: Brasil (33,40% ou 1 milhão de ha), no Maranhão (66,81% ou 339 mil ha) e em Chapadinha (76,92%, 6 mil ha). Assim, identifica-se uma retração considerável na área da rizicultura que é uma das principais fontes alimentícias em todas as localidades do país.

Com relação ao cultivo de feijão, a tendência de redução é a mesma, especialmente, nos últimos anos. O ano de 2006 comparado a 1996, tanto no Maranhão quanto em Chapadinha a área do feijoeiro apresentou elevações de 35,3% (mais 22,3 mil ha) e de 72,41% (525 ha), respectivamente, já no Brasil, houve retração de 5,69% (256,2 mil ha). De outro modo, ao se averiguar os dados de 2016 confrontando-os com 2006, percebe-se que nas três localidades houve quedas expressivas: de 30,56% (menos 1,2 milhões de ha), no Brasil, de 16,13% (13,8 mil ha), no Maranhão e de 27,20% (340 ha), em Chapadinha.

Tabela 3 - Variação percentual da área das lavouras temporárias no Brasil, no Maranhão e em Chapadinha nos períodos de 1996-2006 e 2006-2016

Localidades	Arroz		Feijão		Mandioca		Milho	
	1996-2006	2006-2016	1996-2006	2006-2016	1996-2006	2006-2016	1996-2006	2006-2016
Brasil	-7,98	-33,40	-5,69	-30,56	24,17	-27,08	3,93	23,41
Maranhão	23,84	-66,81	35,30	-16,13	98,70	-25,90	27,12	-8,84
Chapadinha (MA)	61,93	-76,92	72,41	-27,20	195,5	-70,00	46,48	-76,00

Fonte: IBGE, 2017d. Adaptado.

Quanto à mandioca, que é outra cultura alimentícia popular, em 2006, possuía uma área plantada maior do que em 1996, nos três locais pesquisados: no Brasil o acréscimo foi de 24,17% (mais 384,3 mil ha), no Maranhão de 98,70% (105,3 mil ha) e em Chapadinha de 195,5% (3,9 mil ha). Por outro lado, ao se examinarem os dados de 2016 e compará-los com os de 2006, constatam-se quedas nos plantios em todas as unidades federadas no Brasil, a queda foi de 27,08% (534,6 mil ha), no Maranhão a retração foi de 25,9% (54,9 mil ha) e em Chapadinha de 70% (4,2 mil ha).

Em se tratando da lavoura do milho, que é um alimento rico em amido, consumido de diversas formas e utilizado no preparo de várias iguarias como bolos, pamonhas, mingaus, fubás, além de servir como ração para os animais, a área plantada reduziu também no Maranhão e em Chapadinha na comparação dos dois últimos anos. Quando se compara a área dos cultivos em 2006 com a de 1996, verifica-se que apresentaram crescimento nos três locais considerados 3,93%; (mais 491 mil ha) 27,12% (78,2 mil ha) e de 46,48% (1,4 mil ha), respectivamente. Por outro lado, ao se observar a área de 2016 e compará-la com a de 2006, constata-se que com exceção do Brasil, que apresentou elevação na área de 23,41% (3 milhões de hectares); no Maranhão e Chapadinha a retração foi de 8,84% (32,4 mil ha) e de 76% (3,4 mil ha), nessa ordem.

Desse modo, verifica-se uma queda considerável nas áreas que produzem lavouras e que são fontes essenciais de alimentos para a população das três esferas consideradas. Contudo, a situação da produção de alimentos está mais agravada no estado do Maranhão e no município de Chapadinha, especialmente, quando se compara os dados das áreas entre 2006 e 2016.

Tabela 4 - Variação absoluta da área das lavouras temporárias no Brasil, no Maranhão e em Chapadinha nos períodos de 1996-2006 e 2006-2016

1996 – 2006					
Localidade	Arroz	Feijão	Mandioca	Milho	Soja
Brasil	- 261.205	-256.216	384.335	491.787	11.726.510
Maranhão	97.699	22.337	105.353	78.203	319.632
Chapadinha (MA)	2.983	525	3.970	1.428	-
2006 – 2016					
	Arroz	Feijão	Mandioca	Milho	Soja
Brasil	-1.005.526	- 1.296.673	-534.665	3.042.102	11.227.199
Maranhão	- 339.039	-13.804	- 54.938	-32.404	400.370
Chapadinha (MA)	- 6.000	- 340	- 4.200	-420	2.320

Fonte: IBGE, 2017d. Adaptado.

Na tabela 5 é possível verificar a evolução da soja, que se elevou nos três locais considerados, no Brasil, Maranhão e em Chapadinha. Informa-se que os registros dos dados oficiais disponíveis referentes ao cultivo de soja em Chapadinha iniciaram em 2003. No Brasil entre 1996 e 2016 a incorporação da área pela soja, em termos absolutos, supera 23,9 milhões de hectares. Em 2006 plantou-se mais 113,23% (11,7 milhões ha) do que em 1996 e em 2016 mais 50,84% (11,2 milhões ha) do que em 2006.

No Maranhão, enquanto em 1996 os plantios de soja ocupavam 63,6 mil ha, em 2016 ocuparam 783,6 mil ha, houve uma incorporação maior que 720 mil hectares, isso representa um acréscimo de 1.131%. Em Chapadinha, em 2006, a área ocupada com a oleaginosa era de 1.380 hectares e em 2016 este valor superou o dobro, chegando a 3.7 mil ha. Isso equivale a um acréscimo de 168,12% (2,3 mil ha) para a monocultura.

Tabela 5 - Evolução da área, variação absoluta e percentual da área de lavouras de soja, no Brasil, Maranhão e Chapadinha 1996 – 2006 e 2006 – 2016.

Localidade	Evolução da área (hectares)			Variação absoluta (hectares)		Variação percentual	
	1996	2006	2016	1996-2006	2006-2016	1996-2006	2006-2016
Brasil	10.356.156	22.082.666	33.309.865	11.726.510	11.227.199	113,23%	50,84%
Maranhão	63.652	383.284	783.654	319.632	400.370	502,16%	104,46%
Chapadinha (MA)	-	1.380	3.700		2.320		168,12%

Fonte: IBGE, 2017d. Adaptado.

Em relação à silvicultura do eucalipto, também vem ganhando cada vez mais espaço no Brasil, Maranhão e no município de Chapadinha. Desse modo, apresentam-se, na tabela 6, os dados referentes às áreas cultivadas em hectares entre 2006 e 2016 do Brasil, Maranhão e de Chapadinha.

Tabela 6 – Variação da área, em termos absoluto (hectares) e percentual, ocupadas com plantio de eucalipto, no Brasil, Maranhão e Chapadinha, 2006 – 2016.

Localidade	Evolução da área (hectares)		Variação absoluta (ha)	Variação percentual
	2006	2016	2006-2016	2006-2016
Brasil	3.549.147	7.543.707	3.994.560	112,55%
Maranhão	93.285	261.605	168.320	180,44%
Chapadinha		1.809	1.809	

Fonte: IBGE, 2017e. ABRAF, 2007. Adaptado.

Os plantios de eucalipto aumentaram no Brasil em quase 3,9 milhões de hectares (ha), ou seja, em 2016, a área ocupada foi 112,55% maior do que no ano de 2006. No Maranhão, o acréscimo, na década, foi de 168,3 mil ha, o que representa 184,44%. Já em relação ao município de Chapadinha, os dados do IBGE (2017e) apresentam uma ocupação de 1.809 hectares por essa silvicultura, nos anos de 2014, 2015 e 2016, sem alteração. Ou seja, conforme dados oficiais, entre 2014 e 2016, não houve incorporação de mais área para essa monocultura. Registra-se que o eucalipto é transformado em pellets e pasta de celulose, para ser utilizado pelas indústrias para fabricação de papel, além de ser aproveitado sob a forma de carvão pelas indústrias de mineração.

Com relação aos dados da área ocupada com a cultura de eucalipto no município de Chapadinha, vale ressaltar que o IBGE (2017e), emite a seguinte nota após o download da tabela 5930: “Os dados do último ano divulgado são RESULTADOS PRELIMINARES e podem sofrer alterações até a próxima divulgação”.

Em suma, na tabela 7, é possível verificar, que a área ocupada pelas culturas temporárias de arroz, feijão e mandioca, que são largamente utilizadas na alimentação diária dos brasileiros foi consideravelmente reduzida, quando comparados os dados de 2006 e 2016. No Brasil os plantios de arroz, feijão e mandioca perderam 2,8 milhões de hectares, no Maranhão 407,7 mil ha e em Chapadinha 10,5 mil ha. Por outro lado, as culturas da soja e do eucalipto ganharam espaço. A oleaginosa e a silvicultura conseguiram ocupar 41,9 milhões de hectares no Brasil, mais de um milhão no Maranhão e 5,5 mil ha em Chapadinha.

Dessa forma, indubitavelmente, essas monoculturas estão retirando as áreas das culturas que produzem alimentos para a população interna, avançando para espaços novos, ou mesmo apropriando-se daqueles já ocupados por camponeses, pequenos agricultores, indígenas, quilombolas que produziam alimentos como arroz, feijão, mandioca, farinha, frutas, verduras e azeite de babaçu, não só para o próprio consumo, mas para atender outras

pessoas ocupadas em outras atividades fora da agropecuária, mas dependentes dessa produção para sobreviverem.

Tabela 7 - Variação absoluta da área ocupada com plantio de arroz, feijão, mandioca, soja e eucalipto (hectares), no Brasil, Maranhão e Chapadinha, 2006 –2016

Localidades	2006	2016	2006 - 2016
	Área total arroz, feijão e mandioca	Área total arroz, feijão e mandioca	Variação absoluta arroz, feijão e mandioca
Brasil	9.228.062	6.391.198	-2.836.864
Maranhão	805.148	397.367	-407.781
Chapadinha	15.050	4.510	-10.540

Fontes: IBGE, 2017d; IBÁ, 2014, ABRAF, 2007. Adaptado.

Some-se a isso, o fato de que o impacto de sua produção era menos lesivo ao meio ambiente, pois suas técnicas de cultivos não agrediam tão fortemente os rios, riachos, mangues e florestas. A produção de monocultivos precisa de espaço em grande escala, formando deserto, sem mata, pássaros, pessoas, enfim, sem diversidade. A terra passa a ser vista como mercadoria, para uso essencialmente comercial. A terra, no capitalismo, é um fator de produção e por isso precisa assegurar produtividade, e competitividade para concorrer com os mercados externos. Não é mais um setor de produção de alimentos para garantir a sobrevivência humana, é um negócio. É o agronegócio.

Cabe acrescentar que o Maranhão ocupou a primeira colocação na lista dos estados que mais desmataram o Cerrado, no monitoramento realizado pelo Ministério do Meio Ambiente entre 2009-2010. E Chapadinha, nesse monitoramento, ocupou a décima quinta posição, entre os vinte municípios citados no documento. Acrescenta-se que a expansão dos monocultivos de soja e eucalipto está mais expressiva nos últimos anos. Então, a atualização desses dados pelos órgãos estatais responsáveis pela questão ambiental é premente.

Os dados da aquisição dos insumos agrícolas utilizados para intensificar o rendimento da produção como fertilizantes, adubos, além dos agrotóxicos para combater pragas que são prejudiciais às colheitas, vêm aumentando consideravelmente nos últimos anos. De acordo com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA, 2017), a quantidade de fertilizantes, em toneladas, entregue ao consumidor final, no Brasil, em 2014, foi 32,44% a mais do que em 2007. No Maranhão, no comparativo desses anos, foi maior em 85,68%. Além disso, a comercialização de agrotóxicos e afins no Brasil, no comparativo 2000-2014, apresentou uma ampliação espantosa, para não dizer desastrosa. Em

2014, no Brasil, o aumento das vendas desses produtos foi 113,03% maior do que em 2000, enquanto que no Maranhão a elevação foi de 849,1% para os mesmos anos.

Outros dados relevantes para compreender esse contexto são publicados no site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, sobre a exportação do complexo de soja do Brasil e Maranhão. Conforme tabela 8, observa-se que entre 2010 e 2017, os valores obtidos pelo Brasil com as vendas ao exterior dos produtos desse complexo variaram entre US\$ 17 e US\$ 31 bilhões de dólares, a exportação variou entre 44 e 83 milhões de toneladas, respectivamente. Já para o Maranhão, o valor comercializado ficou entre US\$ 412 e US\$ 718,9 milhões de dólares.

Tabela 8 - Exportação do complexo de soja do Brasil e Maranhão, valor e peso, 2010-2016

Anos	Brasil				Maranhão			
	Valor (US\$)	Var % anual	Toneladas	Var. anual peso %	Valor (US\$)	Var. anual (US\$) %	Toneladas	Var. anual peso %
2010	17.107.048.096		44.296.851		412.071.069		1.041.762	
2011	24.139.420.261	41,11	49.069.750	11	597.817.413	45	1.241.826	19
2012	26.114.126.794	8,18	48.956.012	0	784.349.490	31	1.347.228	8
2013	30.961.266.082	18,56	57.488.759	17	705.082.140	-10	1.319.377	-2
2014	31.403.497.459	1,43	60.710.405	6	757.893.567	7	1.513.020	15
2015	27.957.061.577	-10,97	70.819.288	17	705.102.390	-7	1.815.115	20
2016	25.418.637.896	-9,08	67.275.556	-5	381.360.534	-46	1.011.648	-44

Fonte: MAPA, 2017. Adaptado.

Observa-se na mesma tabela 8, que a entrada de divisas nas contas da União apresenta variações consideráveis, entre os anos, para mais ou para menos. Verificam-se quedas na entrada de dólares mesmo quando ocorreu acréscimo da quantidade dos produtos exportados, como se constata nos dados de 2015. Naquele ano, foram exportados pelo Brasil, 10 milhões de toneladas a mais do que em 2014, contudo entraram nas contas brasileiras US\$ 3,4 bilhões de dólares a menos do que no ano anterior. No Maranhão, observa-se o mesmo fato. Também em 2015, exportou-se 302 mil toneladas de soja e derivados a mais do que em 2014, todavia a entrada de dólares foi US\$ 52,7 milhões a menos do que o ano que passou. Cabe ressaltar que, para o município de Chapadinha essas informações não estão disponíveis.

Na tabela 9, constam os dados das entradas de divisas para o Brasil e Maranhão oriundo da venda de celulose ao exterior, entre 2014 e 2017. Com relação à celulose os dados encontrados, no site do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, iniciam a partir de 2014. Observam-se também oscilações nos valores obtidos com a venda dessa mercadoria

para o exterior, para mais e para menos, mesmo que o envio ao exterior da quantidade do produto seja sempre crescente do Brasil e do Maranhão.

Tabela 9 - Exportação de celulose do Brasil e Maranhão, valor e quantidade em toneladas, 2014-2016

Anos	Brasil				Maranhão			
	Valor (US\$)	Var % anual	Toneladas	Var anual peso %	Valor (US\$)	Var anual (US\$) %	Toneladas	Var anual peso %
2014	5.292.488.871		11.029.621		455.882.490		915.718	
2015	5.590.119.679	5,62	11.965.696	8,49	722.277.078	58,43	1.359.378	48,45
2016	5.572.544.698	-0,31	13.521.280	13,00	581.356.798	-19,51	1.383.088	1,74

Fonte: MAPA, 2017. Adaptado.

Esse fato é evidenciado, no ano de 2016, quando o Brasil exportou 1,5 milhões de toneladas de celulose a mais do que em 2015 e recebeu US\$ 17,5 milhões a menos. No Maranhão a situação se repetiu, o estado exportou 23,7 mil toneladas a mais do que em 2016 e recebeu US\$ 140,9 milhões a menos do que em 2015.

Esses eventos apresentados são explicados por serem a soja e o eucalipto commodities (mercadorias) agrícolas, com preços estipulados na bolsa de valores. Então, constata-se que há uma crescente incorporação das terras brasileiras para a produção dessas monoculturas, além da implementação de diversas políticas agrícolas, investimentos em ampla infraestrutura e concessão de vantagens para os produtores desses produtos, como isenção e perdão de dívidas tributárias, embora não haja autonomia por parte do Brasil para taxar o valor dos custos econômicos, sociais e ambientais que a produção impõe.

Isso mostra a fragilidade e a dependência econômica do Brasil e do estado do Maranhão do setor agropecuário e dos mercados externos. Os mesmos permanecem dependentes das exportações do setor primário, como na época da colonização, isso também é explicado pela lógica de sustentação do capitalismo. Alguns lugares precisam manter-se na condição de ofertadores de matérias-primas, para que outros industrializem os produtos e obtenham maiores ganhos. Nos primeiros se enquadram o Brasil.

Por outro lado, é preciso considerar que a forma como os governantes estão conduzindo esse setor, nas duas unidades federativas Brasil e Maranhão, com a opção de expulsar os camponeses e pequenos produtores rurais traz inúmeras misérias. Os dólares recebidos jamais compensarão tantos prejuízos humanos e ambientais. Essa produção rural que exige grandes espaços, padronização e mecanização excessiva, como é o caso das monoculturas da soja e eucalipto, é fonte de crescimento da produção e ganhos, mas apenas,

para um pequeno grupo de ruralistas e latifundiários. O fenômeno econômico do crescimento da produção esconde o que há de mais importante, que é o acirramento da desigualdade, a insegurança de moradia e da alimentação para muitos moradores do campo. Pois, para grande parte da população, esse fenômeno é fonte de penúrias, além de causar severos desgastes ambientais (exaustão do solo, desaparecimento das fontes de água, uso extensivo de agrotóxicos, entre outros).

Verifica-se também que enquanto a produção de alimentos para consumo dos brasileiros cai, a população aumenta. Com base nos dados do IBGE (2017a) referentes à estimativa da população e o Censo Demográfico (2017), a população brasileira cresceu 21,32%, entre 2000 e 2016, no estado do Maranhão aumentou em 22,92% e em Chapadinha elevou-se em 27,76%. Assim, verifica-se que há uma contradição na lógica da sobrevivência humana, pois enquanto a população cresce a produção de alimentos, seja de origem vegetal ou animal, decresce.

Além do crescimento populacional geral, é importante avaliar a ocupação dos espaços rurais no decorrer desses anos. De acordo com os dados do IBGE (2017a), disponíveis na tabela 10, houve uma evasão da população do campo brasileiro, de aproximadamente 10%, entre 1991 e 2010. No Maranhão, constata-se que a migração do rural para o urbano, no mesmo período, foi de 23,07% e em Chapadinha de 21,64%. Nesse sentido, observa-se que a cada ano o espaço rural fica mais deserto. Em 2010, no Brasil, apenas 15,64% da população vivia no campo, no Maranhão, 36,92% e em Chapadinha apenas 27,9%, e já se passaram sete anos.

Uma das razões que explica essa situação é a expansão das monoculturas que utilizam maquinários modernos e dispensam mão de obra, como é o caso da soja e do eucalipto. Outra explicação cabível, é a omissão do Estado, por ser uma instituição criada pela classe burguesa, está a serviço do capital e não é capaz de assegurar as condições de vida digna para os pequenos produtores e camponeses. Ao contrário, o Estado implementa vantagens para o desenvolvimento da agricultura exportadora, em detrimento da produção familiar. As consequências de tudo isso são o inchaço das cidades, amontoados de pessoas, doenças e misérias nas periferias urbanas, violência, prostituição e fome, em todos os estados e cidades brasileiras.

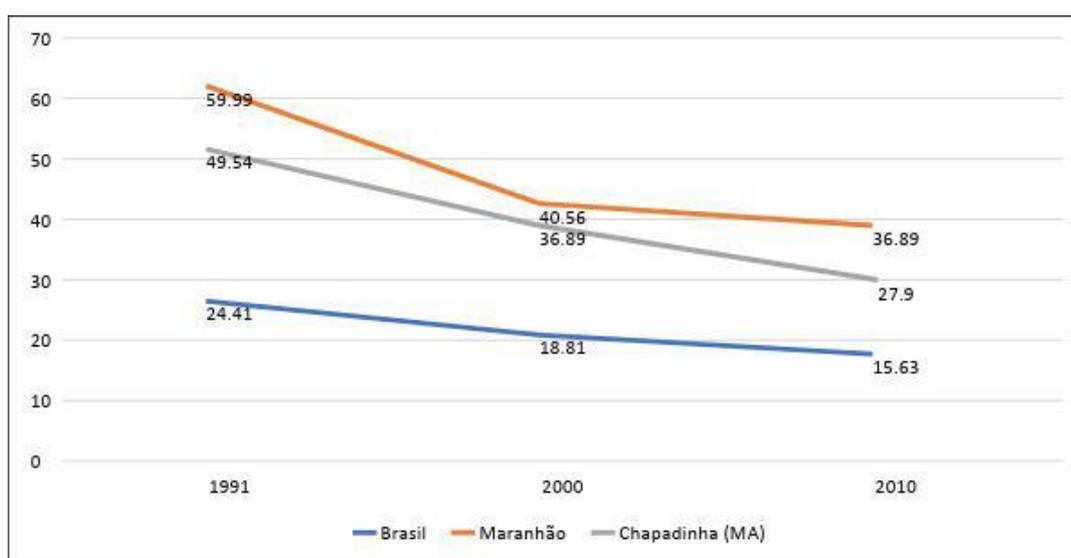
Tabela 10 - Evolução percentual da população residente, urbano e rural, 1991, 2000 e 2001

Locais	Situação do domicílio	Anos			Variação % população 1991 - 2010
		1991	2000	2010	
Brasil	Urbana	75,59	81,25	84,36	(8,77)
	Rural	24,41	18,75	15,64	(8,77)
Maranhão	Urbana	40,01	59,53	63,08	(23,07)
	Rural	59,99	40,47	36,92	(23,07)
Chapadinha (MA)	Urbana	50,46	60,71	72,1	(21,64)
	Rural	49,54	39,29	27,9	(21,64)

Fonte: IBGE, 2017a. Adaptado.

No gráfico 5, é possível ver o esvaziamento da ocupação do espaço rural do Brasil, Maranhão e Chapadinha entre 1991 e 2010. Os camponeses, pequenos agricultores e famílias descem rumo às cidades na esperança de sobreviver. Assim, em 1991, residiam no espaço rural 24,41% de brasileiros, em 2000 caiu para 18,81% e em 2010 restaram 15,63%, uma migração de aproximadamente 10% ao longo do período. No Maranhão, em 1991, estavam na zona rural 59,99% da população do estado, em 2000 caiu para 40,56% e, em 2010, sobraram 36,89%. Assim, a saída total de moradores do campo foi de 23,1% entre 1991 e 2010. Com relação a Chapadinha, em 1991, habitavam no espaço rural 49,54% da população do município, em 2000 passou para 36,89% e em 2010 residiam 27,9%, a mudança para o espaço urbano, foi de 21,64% no período considerado.

Gráfico 5 - Variação percentual da população rural do Brasil, Maranhão e Chapadinha, 1991, 2000 e 2010

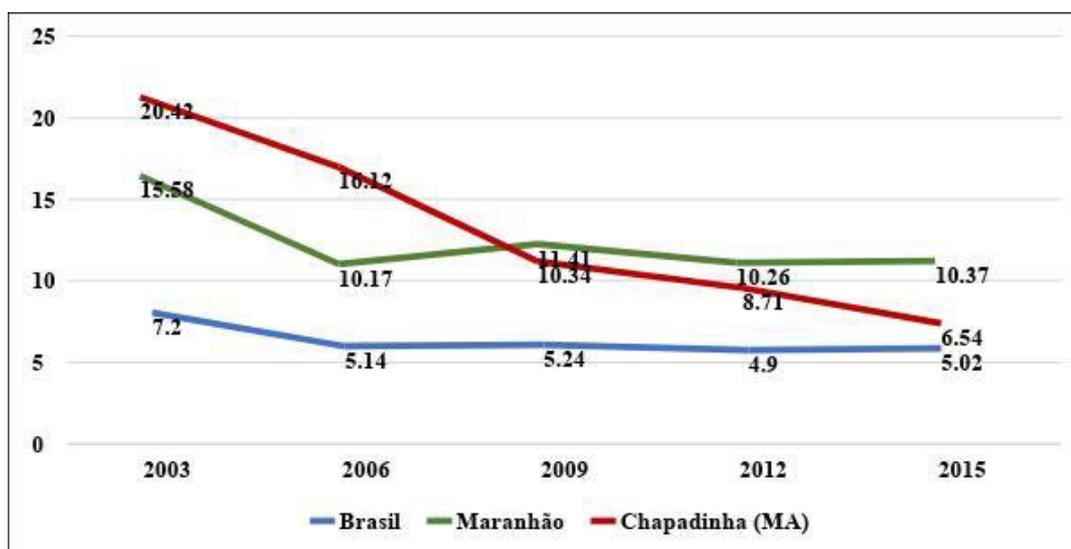


Fonte: IBGE, 2017a. Adaptado.

Segundo David, Grosa e Rito (2011), uma das variáveis econômicas mais utilizadas para saber o resultado da produção econômica em determinada localidade, num período fixo, (um ano ou no trimestre) é o Produto Interno Bruto (PIB). Esses autores esclarecem que o “PIB pretende refletir exaustivamente o resultado da atividade econômica. (...) independentemente da organização formal, informal ou mesmo ilegal dessa atividade, o PIB deve abranger todos os resultados obtidos” (DAVID, GROSA; RITO, 2011, p. 2).

Vale esclarecer que o valor do PIB inclui todo o resultado das atividades econômicas, inclusive soma o resultado de atividades ilegais como venda de madeiras em áreas de preservação, ou valores comercializados por negócios com aves exóticas e animais em extinção. Ou seja, qualquer tipo de resultado econômico inclusive de prostituição ou comércio ilegal de drogas. De certa forma, esse fato explica as crescentes taxas do setor de serviço. Os dados, deste setor, não considerados neste trabalho, pois não explicam o objeto do mesmo. Assim, ver-se-á os dados da produção agropecuária.

Gráfico 6 – Variação percentual da participação da atividade agropecuária Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, Maranhão e Chapadina, 2003, 2006, 2009, 2012, 2015.



Fonte: IBGE, 2017f. Adaptado.

No gráfico 6, é possível observar a participação da atividade da agropecuária no PIB, a preços correntes, do Brasil, Maranhão e Chapadina referentes aos anos de 2003, 2006, 2009, 2012 e 2015. De acordo com os dados oficiais, na economia brasileira em 2003 foi de 7,2% (R\$ 1,7 bilhões), em 2006 caiu para 5,14% (R\$ 2,4 bilhões), em 2009, manteve, aproximadamente, a mesma taxa de participação 5,24% (R\$ 3,3 bilhões), em 2012 desceu

para 4,9% (R\$ 4,8 bilhões) e em 2015, alcançou 5,02% (R\$ 5,9 bilhões). Observa-se que, em termos monetários, o valor aumenta, mas em percentual cai, pois os outros setores da economia, especialmente, o setor de serviços apresenta maior dinamismo.

No Maranhão, a participação da atividade agropecuária na produção total apresenta oscilação para mais ou para menos. Em 2003, essa atividade econômica participava com 15,58%, que corresponde a R\$ 19,5 milhões, em 2006 baixou para 10,17%, (R\$ 29,7 milhões), em 2009 subiu para 11,41% (R\$ 40,9 milhões), no ano de 2012 reduziu para 10,26% que equivale a R\$ 60,4 milhões, e por último 2015 fechou com idêntica participação produtiva 10,26% (R\$ 78,4 milhões).

Em se tratando do município de Chapadinha, verifica-se que a taxa de participação da agropecuária no PIB, a preços correntes, em 2003 foi de 20,42%, correspondendo a R\$ 149 mil, enquanto que em 2006 diminuiu para 16,12% (R\$ 195,5 milhões), em 2009 reduziu para 10,34%, com equivalência de R\$ 305,1 milhões, em 2012 baixou para 8,71% que representou R\$ 411,7 milhões na economia chapadinhense e em 2015 desceu para 6,54%, e o valor foi de R\$ 554,9 milhões.

Observa-se que a participação do setor agropecuário na economia é expressiva, especialmente, no Maranhão e em Chapadinha, mesmo com tendência de queda em relação à participação dos demais setores. Sabe-se que o crescimento econômico da produção não leva em conta os desgastes ambientais dos recursos naturais, nem os impactos sociais. O PIB não representa desenvolvimento social, pois mensura os valores da produção de mercadoria sem considerar as desigualdades por trás da distribuição da produção, do trabalho efetivo e renda dos trabalhadores responsáveis pela produção, nem o destino ou efeitos negativo ou positivo da produção.

Os dados do IBGE (2017d) mostram que vem ocorrendo uma redução da produção de várias fontes de alimentos de origem vegetal como arroz, mandioca, milho e feijão e queda nos diversos rebanhos (bovino, suínos, ovinos, galináceos), utilizados como fonte de proteína indispensável para a saúde e sobrevivência humana. A produção de lavouras para garantir a alimentação está sendo substituída por lavouras de monoculturas como soja e eucalipto implicando em diversos impactos socioeconômicos e desgastes ambientais. Assim, as abordagens de Mesquita (2011), de Silva (2011), Buainain, Garcia e Vieira Filho (2017) e Pitta e Vega (2017), quanto à expulsão do camponês, insegurança alimentar, maiores disparidades internas nas regiões monocultoras encontram-se ratificadas.

3. IMPACTOS DA EXPANSÃO DOS MONOCULTIVOS NO CAMPO: as particularidades do município de Chapadinha

A presente pesquisa procura investigar os impactos do avanço do agronegócio sobre a agricultura familiar no município de Chapadinha, a partir dos anos de 1990. Sabe-se que o setor agropecuário desempenha um relevante papel para o desenvolvimento social e econômico das localidades por ser o provedor de alimentos que garantem a nutrição e segurança alimentar para as pessoas, além de ser o setor que dispõe da terra, por isso é capaz de gerar trabalho e moradia para inúmeras pessoas, nele há espaço para produzir e viver.

No Brasil, a utilização social e justa da terra seria capaz de reduzir inúmeros problemas sociais como pressão urbana, ampliação da oferta de alimentos, trabalho, dignidade humana, além de melhorar a situação de vida para toda a população. A terra, utilizada desse modo, possibilitaria ao setor agropecuário o exercício social de sua função.

Buscou-se conhecer e analisar a evolução dos principais indicadores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Chapadinha, relativos aos anos de 1990, 2000 e 2010, pois sabe-se que o setor agropecuário impacta fortemente os indicadores sociais de uma localidade, como a renda, já que é capaz de aumentar ou reduzir os salários dos demais setores, conforme a capacidade de gerar empregos e absorver mão de obra e saúde, com a produção e oferta de alimentos, quanto maior a oferta, menor o preço, o que aumenta a capacidade da população de adquirir alimentos, visto que a nutrição influencia diretamente a saúde de um indivíduo.

Cabe ressaltar, por fim, a relevância de considerar o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) nessa pesquisa, uma vez que pelo tipo de desenvolvimento observado no município de Chapadinha, pode-se dizer que na agricultura está ocorrendo um desenvolvimento que vem de fora, já preordenado com condições e demandas externas predefinidas, sem levar em conta as especificidades e necessidades locais. Desse modo, como os setores econômicos são interdependentes e interligados, a forma de condução da agropecuária implica diretamente nos setores de indústria e serviço, ou seja, os problemas do campo afetam a área urbana, conseqüentemente, as implicações positivas ou negativas afetarão o município como um todo.

Nesse sentido, esclarece-se que o presente capítulo será organizado em duas seções. Na primeira, serão apresentados e analisados os principais indicadores socioeconômicos do Brasil, Maranhão e Chapadinha, enquanto que, na segunda seção, serão demonstrados e

analisados os resultados da pesquisa de campo, realizada com dezesseis entrevistados do município de Chapadinha.

3.1 Os principais indicadores socioeconômicos do Brasil, Maranhão e Chapadinha (1991, 2000 e 2010)

As políticas econômicas de um país devem aliar-se às políticas sociais para promover a melhoria das condições de vida das pessoas de determinada localidade. Com o objetivo de mensurar o desenvolvimento econômico e a qualidade de vida dos países, foi criado, por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).¹²

No cálculo desse índice são consideradas três dimensões socioeconômicas, quais sejam: educação, saúde e renda. O índice da educação demonstra o acesso ao conhecimento, que é mensurado a partir dos dados referentes aos anos que os indivíduos estudaram. O índice da saúde é mensurado a partir de um conjunto de informações, como expectativa de vida, mortalidade infantil e longevidade. O índice da renda é medido a partir do valor da renda interna bruta de cada localidade e dividido pela quantidade de pessoas que lá habitam, não reflete, portanto, a realidade do acesso à renda pelas pessoas, em países como o Brasil, que adota o modo de produção capitalista, não há uma divisão igualitária de renda entre as pessoas.

Para mensurar o desenvolvimento de cada município, no Brasil, foi criado o IDHM,¹³ seguindo as formulações, orientações e variáveis consideradas no Programa das Nações Unidas para calcular o no IDH dos países. Assim, o método brasileiro foi elaborado pelo

¹² O conceito de desenvolvimento humano, bem como sua medida, o Índice de Desenvolvimento Humano, IDH, foram apresentados em 1990, no primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, idealizado pelo economista paquistanês Mahbubul Haq e com a colaboração e inspiração no pensamento do economista Amartya Sen. A popularização da abordagem de desenvolvimento humano se deu com a criação e adoção do IDH como medida do grau de desenvolvimento humano de um país, em alternativa ao Produto Interno Bruto, hegemônico à época como medida de desenvolvimento. O IDH reúne três dos requisitos mais importantes para a expansão das liberdades das pessoas: a oportunidade de se levar uma vida longa e saudável – saúde –, ter acesso ao conhecimento – educação – e poder desfrutar de um padrão de vida digno – renda.

¹³ “Em 2013, o PNUD Brasil, o IPEA e a Fundação João Pinheiro assumiram o desafio de adaptar a metodologia do IDH global para calcular o IDH Municipal (IDHM) dos 5.565 municípios brasileiros a partir de dados do Censo Demográfico de 2010. Também recalculou-se o IDHM, a partir da metodologia adotada, para os anos de 1991 e 2000, por meio de uma minuciosa compatibilização das áreas municipais entre 1991, 2000 e 2010 (...). (...) embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios brasileiros. (...) O IDHM é um número que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de um município” (PNUD; IPEA; FJP, 2013 p. 27).

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pela Fundação João Pinheiro (FJP) a partir da adaptação da metodologia utilizada para computar o IDH global. Para o PNUD, IPEA e FJP (2013) a importância dos indicadores desenvolvimento humano é centrar-se nas pessoas. Desse modo, difere do PIB (Produto Interno Bruto), enquanto este considera os dados da produção e quantifica o crescimento econômico, aquele avalia os dados das pessoas e mensura o desenvolvimento de determinada localidade.

A pesquisa, que resulta no relatório do IDH Brasil, realizada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), tem como objetivo contribuir para a apresentação de índices que possibilitem identificar a pobreza e a desigualdade, fortalecer a democracia, promover o crescimento econômico e sustentável e consequentemente atingir o desenvolvimento humano. Esse também é o objetivo do IDHM.¹⁴

Segundo informações constantes no Atlas de desenvolvimento humano do Brasil, realizado por PNUD, IPEA e FJP (2013) a classificação do desenvolvimento dos países e municípios é feita com base em cinco faixas: muito baixo (0 a 0,499), baixo (0,500 a 0,599), médio (0,600 a 0,699), alto (0,700 a 0,799) e muito alto desenvolvimento humano (0,800 a 1), conforme quadro 1.

Quadro 1 - Faixas de desenvolvimento humano	
Muito alto	0,800 - 1,000
Alto	0,700 - 0,799
Médio	0,600 - 0,699
Baixo	0,500 - 0,599
Muito baixo	0 - 0,499

Fonte: PNUD, IPEA e FJP (2013). Adaptado.

¹⁴“Embora inspirado pelo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – global, o IDHM possui ajustes para melhor se adequar à realidade brasileira, adaptando-se às bases de dados do Censo e às características inatas aos municípios. $IDHM = \sqrt[3]{IDHM_{longevidade} \times IDHM_{educação} \times IDHM_{renda}}$. **Vida longa e saudável** - É medida pela expectativa de vida ao nascer, calculada por método indireto, a partir dos dados dos Censos Demográficos do IBGE. Esse indicador mostra o número médio de anos que uma pessoa nascida em determinado município viveria a partir do nascimento, mantidos os padrões de mortalidade. **Acesso a conhecimento** - É medido por meio de dois indicadores. A escolaridade da população adulta é medida pelo percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade com ensino fundamental completo e tem peso 1. O fluxo escolar da população jovem é medido pela média aritmética do percentual de crianças de 5 a 6 anos frequentando a escola, do percentual de jovens de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental, do percentual de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo e do percentual de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo; e tem peso 2. A medida acompanha a população em idade escolar em quatro momentos importantes da sua formação. Isso facilitará aos gestores identificar se as crianças e jovens estão nas séries adequadas nas idades certas. A média geométrica desses dois componentes resulta no IDHM Educação. Os dados são dos Censos Demográficos do IBGE. **Padrão de vida**- É medido pela renda municipal per capita, ou seja, a renda média dos residentes de determinado município. É a soma da renda de todos os residentes, dividida pelo número de pessoas que moram no município – inclusive crianças e pessoas sem registro de renda. Os dados são dos Censos Demográficos do IBGE” (PNUD; IPEA; FJP, 2013, p. 29, grifo nosso).

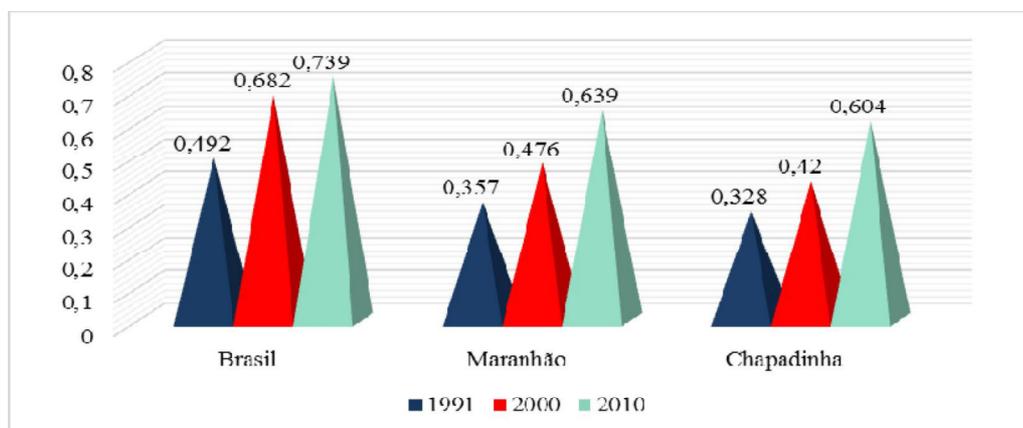
Embora o valor mensurado para o índice e essa classificação apresente inúmeras limitações de comprovação quanto ao real desenvolvimento socioeconômico das pessoas e localidades, é um índice de grande relevância no contexto socioeconômico para a formulação de programas e medidas governamentais. O índice, mesmo com limitações, procura evidenciar as disparidades de renda, educação e saúde dos indivíduos, intrínsecas ao processo de desenvolvimento no capitalismo.

Nesse sentido, verifica-se que os índices dos estados e municípios das regiões do Sul e Sudeste, por exemplo, possibilitam que o IDH Brasil apresente um resultado elevado e sua classificação fica na faixa de “alto desenvolvimento”. Porém, a maior parte dos estados e municípios das regiões Norte e Nordeste apresenta condições socioeconômicas com grande precariedade e seus índices são classificados como “muito baixo” desenvolvimento. Todavia, mesmo com essas limitações, é um índice amplamente utilizado para analisar a qualidade de vida humana na atualidade.

Tendo consciência dessa complexidade, observa-se no gráfico 7, que o IDH do Brasil e IDHM do Maranhão e, em particular, Chapadinha, em 1991, enquadravam-se na faixa “muito baixo” de desenvolvimento, entre (0 – 499). Os índices calculados respectivos foram: 0,492; 0,357 e 0,328. Assim, o Brasil conseguiu pular para a faixa de desenvolvimento “médio”, com índice equivalente a 0,682. O estado do Maranhão e o município de Chapadinha, mesmo com o crescimento percentual citado, permaneceram na faixa “muito baixo”, com índices de: 0,476 e 0,420, na ordem. Após uma década (2000 – 2010), o novo cálculo do índice apresentou sensíveis melhoras para as três esferas, o Brasil subiu para 0,739, entrou na classificação de “alto” desenvolvimento, que varia entre (0,700 e 0,799), enquanto o Maranhão atingiu o índice de 0,639 e Chapadinha de 0,604, desta forma os dois entes federados alcançaram as faixas de “médio” desenvolvimento.

Em termos percentuais, o crescimento entre 1991 e 2000 foi de 38,62% para o Brasil; 33,33% para o Maranhão e 28,05% para Chapadinha. Entre 2000-2010, as elevações foram de 8,36%; 34,24% e 43,81%, respectivamente. A partir desses dados, é possível depreender que houve melhorias sociais e econômicas relevantes para os indivíduos dessas localidades. As outras variáveis como educação, longevidade e renda, que compuseram esses índices gerais de desenvolvimento serão analisadas a seguir.

Gráfico 7 – Evolução IDH Brasil e IDHM do Maranhão e Chapadinha, 1991-2000-2010

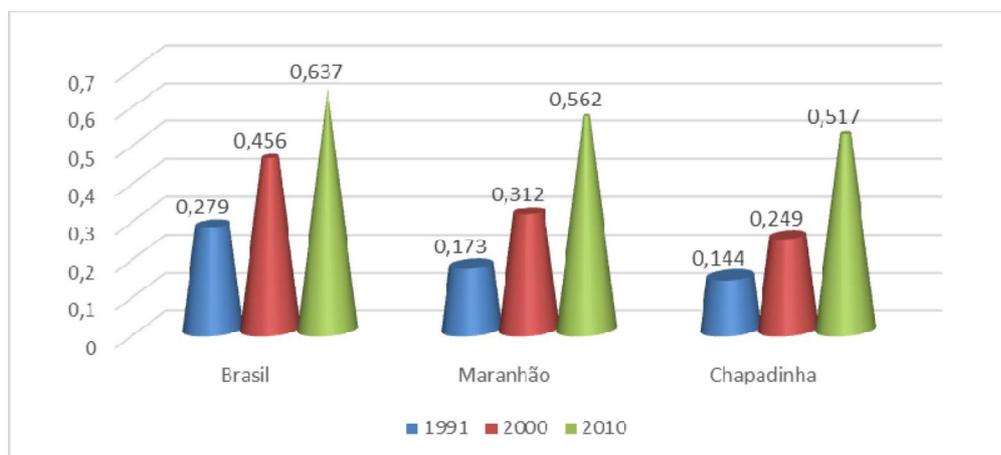


Fonte PNUD; IPEA; FJP (2013). Adaptado.

No gráfico 8, constatam os dados do IDH Educação do Brasil e IDHM¹⁵ Educação do Maranhão e Chapadinha, e ainda as taxas de crescimento para os anos 1991, 2000 e 2010. Extrai-se dessa observação que o desafio para aumentar os índices em termos de escolarização, era excessivo, para os três entes da federação. Os IDH's e IDHM educação, em 1991, calculados foram de 0,279 para o Brasil; 0,173 para o Maranhão, e 0,144 para Chapadinha. No ano 2000, os índices subiram para 0,456, 0,312 e 0,249, na sequência. Entre 2000 e 2010, observam-se elevações consideráveis nos índices educacionais, do Brasil passou para 0,637, do Maranhão para 0,562 e de Chapadinha para 0,517. Assim, o Brasil adentrou a faixa “médio” desenvolvimento educacional, o estado do Maranhão e Chapadinha saíram da faixa “muito baixo” para a de “baixo” desenvolvimento na educação.

¹⁵“No IDHM, essa dimensão é medida pela escolaridade da população adulta e pelo fluxo escolar da população jovem. (...) O IDHM Educação é uma composição de indicadores de escolaridade da população adulta e de fluxo escolar da população jovem. (...) A escolaridade da população adulta reflete o funcionamento do sistema educacional em períodos passados e considera que a população adulta brasileira, dado o contexto histórico nacional, deveria ter completado, ao menos, o ensino fundamental em sua passagem pelo sistema educacional. O fluxo escolar da população jovem acompanha a população em idade escolar em quatro momentos importantes da sua formação – entrada no sistema educacional, finalização do primeiro ciclo do ensino fundamental e conclusão do ensino fundamental e do ensino médio. Esta composição envia uma mensagem importante: de que as crianças, ao menos a partir dos 5 anos de idade, precisam já estar na escola; que as crianças de 12 anos precisam estar nos anos finais do ensino fundamental; que os jovens de 16 anos precisam ter concluído o ensino fundamental; e que os jovens de 19 anos precisam ter concluído o ensino médio. A expansão dessas faixas etárias no cálculo do indicador se dá por questões amostrais e estatísticas” (IPEA; PNUD; FJP, 2013, p. 93).

Gráfico 8 - Evolução do IDH e IDHM educacional, Brasil, Maranhão e Chapadinha, 1991, 2000 e 2010



Fonte: PNUD; IPEA; FJP (2013). Adaptado.

Agora, verificar-se-á que em termos percentuais, os acréscimos ao acesso à educação aumentaram, consideravelmente, nas três esferas públicas, ao longo dos períodos 1991 – 2000 e 2000 – 2010. Entre 1991 e 2000, no Brasil, o aumento do acesso ao ensino foi de 63,44%, no Maranhão de 80,35% e em Chapadinha de 72,92%. O acréscimo entre 2000 e 2010, no Brasil foi de 39,69%, no Maranhão de 80,13%, e em Chapadinha de 107,62%.

Dessa forma, a partir dos dados apresentados a seguir, observa-se que os acessos à escolarização no Brasil Maranhão e Chapadinha encontravam-se seriamente comprometidos no início dos anos de 1990. O índice apresentou significativas melhorias, em termos percentuais, mas na classificação metodológica, o acesso e a permanência nas diversas instituições de ensino, tanto no Estado, quanto no Município, ainda constituem um forte entrave para o desenvolvimento humano. Isso sem mencionar que esse índice não qualifica o aprendizado, apenas quantifica.

No gráfico 9, encontram-se os dados referentes à evolução do índice de longevidade.¹⁶ Este índice tem por objetivo demonstrar os anos de duração média de vida das pessoas em determinada localidade. O tempo de vida é diretamente impactado pelo acesso a saúde e demais bens e serviços que se possibilitam melhoria da qualidade de vida populacional como

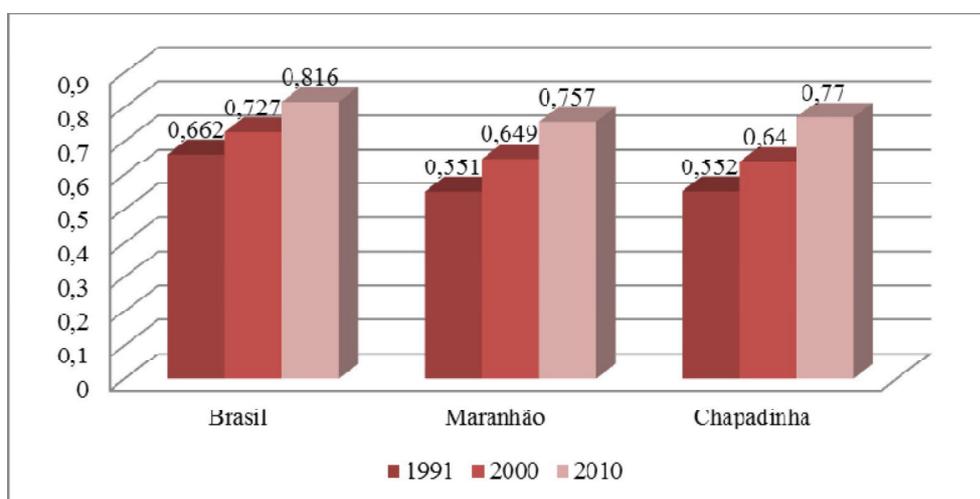
¹⁶“O IDHM Longevidade considera a esperança de vida ao nascer, ou seja, o número médio de anos que as pessoas dos municípios viveriam a partir do nascimento, mantidos os padrões de mortalidade observados em cada período. (...) A esperança de vida ao nascer pode ser considerada como indicador de longevidade, pois sintetiza, em um único número, o nível e a estrutura de mortalidade de uma população. (...) A esperança de vida ao nascer sintetiza as condições sociais, de saúde e de salubridade do município ao considerar as taxas de mortalidade das diferentes faixas etárias daquela localidade. Todas as causas de morte são contempladas para chegar ao indicador, tanto doenças quanto causas externas, tais como violência e acidentes” (IPEA; PNUD; FPJ, 2013, p. 91).

saneamento básico, coleta de lixo, serviços de saúde de prevenção de doenças, entre outros. O Brasil, em 1991, contabilizou o índice de 0,662 e foi classificado como “médio” desenvolvimento humano em longevidade. Porém, o Maranhão e Chapadinha foram classificados como “baixo” desenvolvimento com IDHM de 0,551 e 0,552, respectivamente.

Após dez anos, em 2000, o Brasil obteve o resultado de 0,727, e pulou para a classificação “alto” desenvolvimento, enquanto o Maranhão e Chapadinha alcançaram os valores de 0,649 e 0,640, ou seja, “médio” desenvolvimento. Assim, os três entes federados subiram na classificação do IDH e IDHM’s longevidade nas seguintes taxas de acréscimos: 9,82%; 17,79% e 15,94%, nessa ordem.

Em 2010, o desenvolvimento em longevidade ganhou mais expressividade. Para o Brasil, a mensuração indicou o índice em 0,816, foi classificado como “muito alto”. O estado do Maranhão subiu para 0,757 e o município de Chapadinha para 0,770, ambos classificados com um desenvolvimento “alto”. Os acréscimos em termos percentuais foram de 12,24; 16,64 e 20,31, na sequência.

Gráfico 9 - Evolução do IDH e IDHM de longevidade, 1991, 2000 e 2010



Fonte: PNUD; IPEA; FJP, 2013. Adaptado.

A esperança de vida ao nascer¹⁷ é um índice que calcula o tempo de duração de vida dos indivíduos e que está diretamente relacionado com as condições de acesso a melhores rendimentos, serviços de saúde, conhecimento e formação educacional, além de acesso às

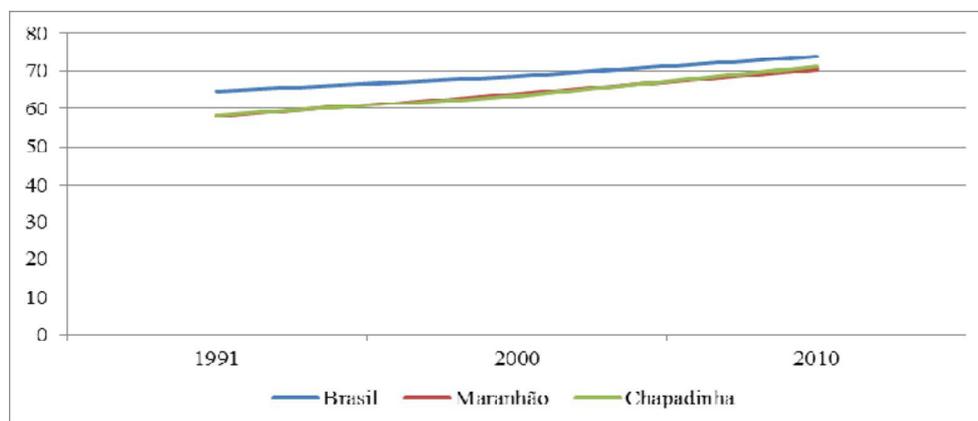
¹⁷“A expectativa de vida ao nascer indica o número médio de anos que as pessoas viveriam a partir do nascimento, mantidos os padrões verificados no ano de referência. O indicador sintetiza o nível de mortalidade e os riscos de morte que podem atingir a população dos municípios e reflete com bastante aproximação as condições socioeconômicas da população” (IPEA; PNUD; FJP, 2013, p.47).

atividades de esporte e lazer. Por outro lado, viver em localidade com elevados índices de criminalidade e violência que implicam em insegurança e doenças mentais, além de proximidade e contato com lixo e poluição, certamente reduz a qualidade de vida das pessoas e pode contribuir para a diminuição dos anos de existência das pessoas, caso sejam mantidas inalteradas essas condições e o local de moradia da pessoa durante toda a vida.

Assim, de acordo com o gráfico 10, no Brasil a esperança de vida ao nascer, em 1991 era de 64,7 anos, ao longo de dez anos, o indivíduo ganhou 3,9 anos de esperança de vida ao nascer, alcançando, em 2000, uma média de 68,6 anos. Entre 2000 e 2010, o acréscimo foi de mais 5,3 anos, passando para uma média geral 73,9 anos, a elevação foi de 7,73%, o Brasil passou para a faixa de desenvolvimento “muito alto” na longevidade.

Com relação aos maranhenses, em vinte anos, de 1991 a 2010, conquistaram mais 12,36 anos de esperança de viver, enquanto em 1991, a esperança de viver era de 58,04 anos, em 2010, subiu para 70,4. O indivíduo que nasce em Chapadinha, aumentou 13 anos na esperança de viver, saindo de 58,13, em 1991, para 71,21 em 2010. A taxa de crescimento no Estado e Município, nos últimos vinte anos, foi de mais de 20% e foi classificada no IDHM como “alto” desenvolvimento em termos de longevidade.

Gráfico 10 – Esperança de vida ao nascer, 1991, 2000 e 2010



Fonte: PNUD; IPEA; FJP, 2013. Adaptado.

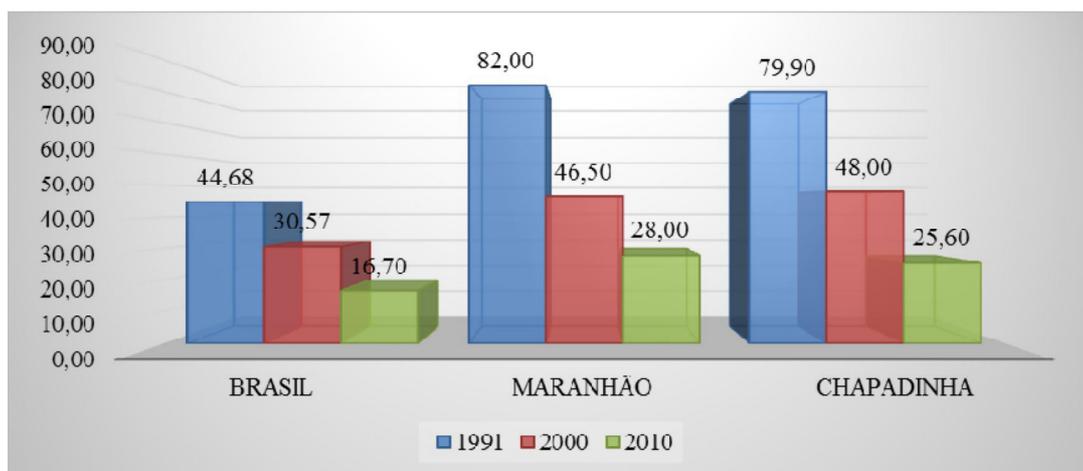
De acordo com o PNUD, o índice de mortalidade infantil¹⁸ corresponde ao número de crianças que morrem antes de completarem um ano de idade, a cada mil que nascem vivas.

¹⁸“Dois blocos de indicadores do Atlas Brasil 2013 podem ser utilizados como proxy para a avaliação das condições de saúde. O primeiro bloco, composto de indicadores de longevidade e mortalidade, inclui a taxa de mortalidade infantil, as probabilidades de morte até 5, 40 e 60 anos de idade e a esperança de vida ao nascer. O segundo bloco é composto pela taxa de fecundidade total. A taxa de mortalidade infantil é um dos indicadores mais significativos pois traduz o impacto das condições socioeconômicas da área geográfica de referência do recém-nascido. Quanto mais desenvolvida for uma região, mais a mortalidade infantil se relaciona a causas

Esse índice está diretamente relacionado a dois problemas socioeconômicos: renda familiar que afeta diretamente a quantidade e a qualidade da alimentação, como também às condições médicas, ou seja, o acesso aos serviços de saúde e às condições sanitárias básicas, como pavimentação das ruas e calçadas, serviços de água e esgoto, água limpa e tratada e serviços de coleta de lixo, entre outros que influenciam em boas ou más condições de moradia.

No gráfico 11, observa-se que tanto no Brasil, quanto no Maranhão e Chapadinha, a mortalidade infantil apresentou consideráveis reduções. Enquanto em 1991, morriam 44,68 , a cada mil crianças, no Brasil, antes de completarem um ano de idade, 82/mil, no Maranhão e 79,9/mil, em Chapadinha, em 2000, essa quantidade caiu para 30,57/mil no Brasil; para 46,5/mil, no Maranhão e para 48/mil, em Chapadinha. Em 2010, no Brasil a quantidade de crianças que vinham a óbito antes do primeiro aniversário caiu para 16,7/mil, no Maranhão passou para 28/mil e em Chapadinha diminuiu para 25,6/mil.

Gráfico 11 - Evolução da mortalidade infantil, Brasil, Maranhão e Chapadinha, 1991, 2000 e 2010



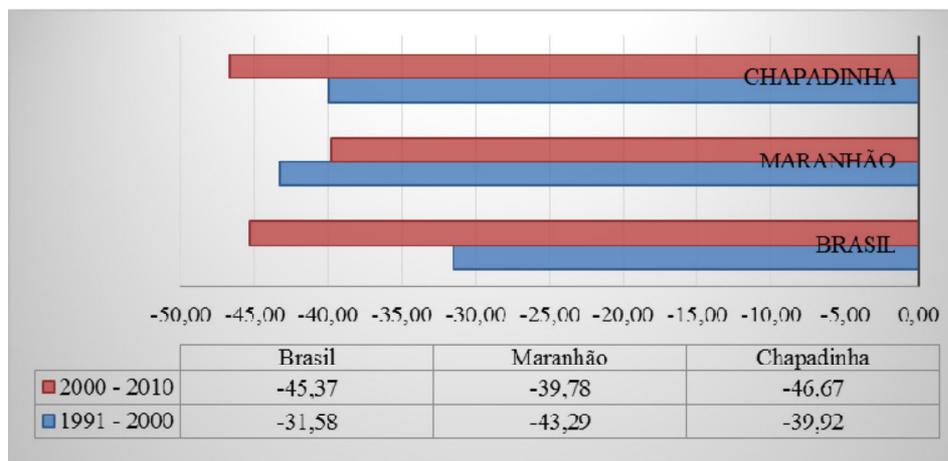
Fonte: PNUD; IPEA; FJP, 2013. Adaptado.

No gráfico 12, é possível perceber o recuo da taxa de mortalidade infantil, entre 1991-2000 e 2000 -2010. Nos períodos, respectivamente, as reduções foram de (31,58%) e de (45,37%) no Brasil; de (43,29%) e (39,78%) no Maranhão e de (39,92%) e (46,67%) para Chapadinha. Essas quedas demonstram que houve elevação no desenvolvimento das condições de vida dos recém-nascidos nos três entes federados. Todavia, quando se compara a taxa de mortalidade infantil com as taxas da Suécia, onde o índice é de 3/mil nascimentos ou

endógenas, determinadas pelos riscos de mortalidade neonatal (primeiros 28 dias de vida). Nas regiões menos desenvolvidas, além das causas endógenas, acrescentam-se, de forma determinante, as causas exógenas, entre elas a desnutrição e as doenças infecciosas e respiratórias. As probabilidades de morte espelham privações em distintas etapas da vida, em que diferentes causas atuam negativamente” (IPEA; PNUD; FJP, 2013, p. 91).

do Canadá que é de 4,63/mil, observa-se que o país, o estado e o município têm muito trabalho a fazer para promover o desenvolvimento social e econômico da população.

Gráfico 12 - Mortalidade infantil, taxas de queda, 1991 - 2000 e 2000 - 2010



Fonte: PNUD; IPEA; FJP, 2013. Adaptado.

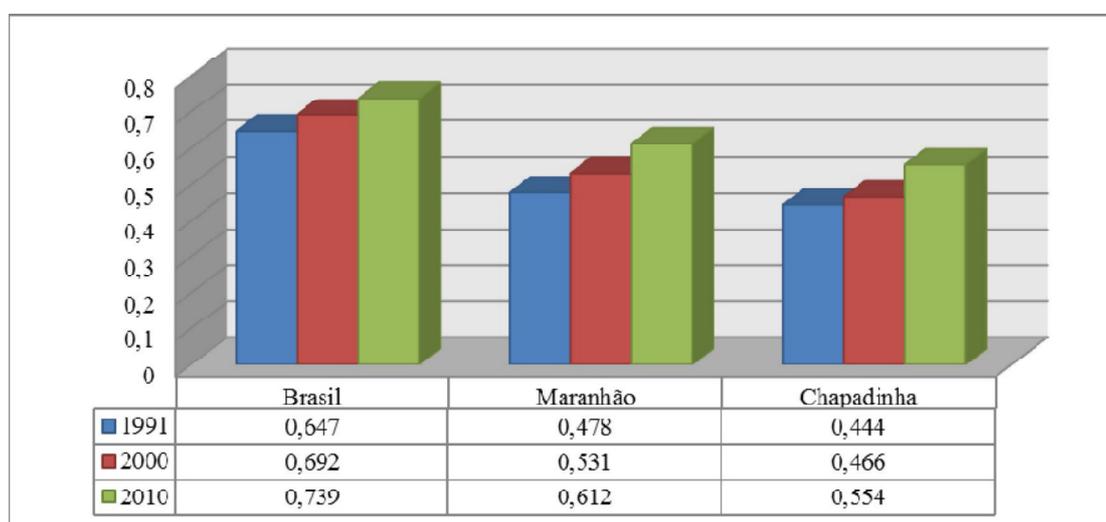
No que diz respeito, ao IDH e IDHM Renda, as instituições que formularam o método estabeleceram coeficientes que variam entre 0 e 1, quanto mais próximo de 1, maior a possibilidade de o indivíduo ter condições de garantir suas necessidades básicas. Conforme os pressupostos destacados no Atlas de Índice de Desenvolvimento Humano Municipal sobre IDH e IDHM Renda, “capacidade dos habitantes de garantir um padrão de vida capaz de assegurar suas necessidades básicas” (PNUD; IPEA; FJP, 2013, p. 93). E ainda, foi criado o IDH e IDHM Renda *per capita*, que representa a renda total dividida pelo total de habitantes de determinada localidade. Sobre esse índice, as instituições fazem uma ressalva, “a renda *per capita* não considera a desigualdade de renda entre os habitantes da área de referência” (PNUD; IPEA; FJP, 2013, p. 93).

Nos gráficos 13 e 14, encontram-se os dados referentes à renda *per capita* nos três entes federativos considerados. Para o Brasil, em 1991, valor calculado foi de R\$ 447,56 passando para R\$ 592,46 em 2000 e elevando-se para R\$ 793,87 em 2010. No Maranhão, em 1991, a renda por pessoa calculada foi de R\$ 156,47 passando para R\$ 218,27 no ano de 2000 e para R\$ 360,34, em 2010. Em Chapadinho, em 1991, a renda *per capita* foi mensurada em R\$ 127,05 indo para R\$ 145,19 em 2000 e alcançando o valor de R\$ 251,78 em 2010. Os índices mensurados que expressam esses valores são: Para o Brasil 0,647 (1991), 0,692 (2000) e 0,739 (2010) a classificação nos dois primeiros anos foi de “médio” desenvolvimento e, em 2010, classificou-se como “alto” desenvolvimento.

Em se tratando do Maranhão, o índice calculado em 1991 foi de 0,478, considerado como um desenvolvimento “muito baixo”. Em 2000, o índice passou para 0,531, e atingiu a categoria de “baixo” desenvolvimento, em 2010 passou para 0,621, sendo classificado como “médio” desenvolvimento, para essa variável.

O município de Chapadinha, IDHM Renda apresenta maior dificuldade para elavação. Em 1991, o índice calculado para o IDHM Renda foi de 0,444 (“muito baixo”), no ano 2000, o indice subiu para 0,466 mantendo-se a classificação de “muito baixo” desenvolvimento. Já, em 2010, o Município alcançou o índice de 0,554, subindo para a classificação de “baixo” desenvolvimento.

Gráfico 13 - Evolução do IDH e IDHM Renda



Fonte: PNUD; IPEA; FJP, 2013. Adaptado.

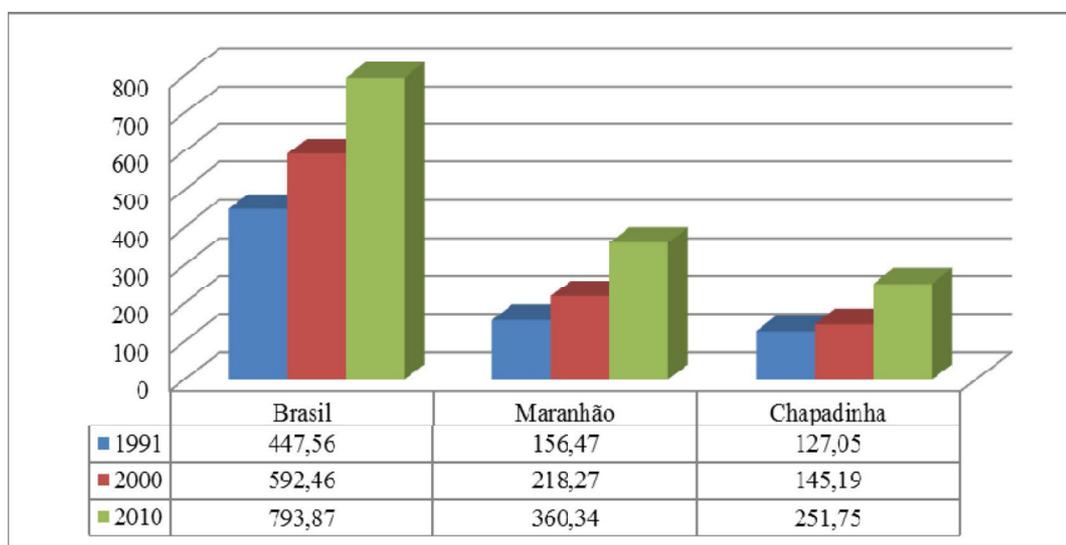
Em termos percentuais, os acréscimos dos índices do IDH e IDHM Renda¹⁹ ocorreram da seguinte forma: para o Brasil, entre 1991 e 2000 de 6,69% e 2000 e 2010 de 6,79%. Para o

¹⁹“O que compõe o IDHM Renda O IDHM Renda considera a renda municipal per capita, ou seja, a renda média mensal dos indivíduos residentes em determinado município, expressa em reais de 1º de agosto de 2010. O que mede o indicador? A renda per capita mede a capacidade média de aquisição de bens e serviços por parte dos habitantes do município. Por que este indicador? Esse é um indicador da capacidade dos habitantes do município de garantir um padrão de vida capaz de assegurar suas necessidades básicas, como água, alimento e moradia. Limitações A grande limitação desse indicador é não considerar a desigualdade de renda entre os habitantes do município. Assim, um município pode apresentar uma elevada renda per capita, mas, ao mesmo tempo, pode ter uma grande parcela de sua população vivendo na pobreza. Comparação e ajustes a partir do IDH Global O Produto Interno Bruto (PIB) é o valor agregado na produção de todos os bens e serviços ao longo de um ano dentro de determinada fronteira. O PIB per capita é a divisão desse valor pela população do país e foi o indicador usado pelo PNUD, mundialmente, para o cálculo do IDH dos países até 2010. Em 2010, esse indicador foi substituído pela RNB (Renda Nacional Bruta) per capita. Na avaliação da renda dos habitantes de um município, o uso do PIB per capita torna-se inadequado, pois nem toda a renda gerada pela produção dentro da área do município é apropriada pela população residente (e vice-versa). Por outro lado, não

Maranhão, entre 1991 e 2000, elevou-se em 11,09%, entre 2000 e 2010, em 15,25%; já para Chapadinha, entre 1991 e 2000 o crescimento foi 4,95%, ao passo que no período entre 2000 e 2010 de 18,88%. Em termos monetários, a variação percentual foi mais representativa. Contudo trata-se de valores numéricos que não levam em conta a inflação e a perda do poder aquisitivo da moeda ao longo do período. Assim, entre 1991-2000, foi calculado de acordo com a renda bruta obtida pela produção nacional, que houve um acréscimo na renda de indivíduo (per capita) do Brasil de 32,38%, no Maranhão de 39,5% e em Chapadinha de 14,28%.

Com relação ao período 2000-2010 os acréscimos foram de 34%, 65,09% e 73,39% para cada esfera governamental, na ordem. E, entre período total considerado 1991 – 2010, as variações percentuais foram de 77,38; 130,29 e 98,15. Porém, como o valor da renda inicial (1991), especialmente no Estado (R\$ 156,47) e no Município (R\$127,09) eram muito baixos, mesmo que os percentais de acréscimos 130,29% e 98,15% respectivamente fossem expressivos, os valores finais (2010), para o Maranhão (R\$ 360,34) e para Chapadinha (R\$ 251,75) permaneceram muito aquém da capacidade de atendimento das necessidades básicas individuais, quando se leva em conta o poder aquisitivo da moeda e o custo de vida.

Gráfico 14 - Evolução do IDH e IDHM Renda per capita, Brasil, Maranhão e Chapadinha, 1991, 2000 e 2010



Fonte: PNUD; IPEA; FJP, 2013. Adaptado.

É importante ressaltar que o índice geral do IDHM é calculado com base na seguinte fórmula aritmética, conforme informado em PNUD, IPEA e FJP (2013).

há estatísticas municipais para a RNB per capita. A alternativa adotada é o cálculo da renda municipal per capita, auferida a partir do Censo Demográfico” (IPEA; PNUD; FJP, 2013, p. 95).

$$\sqrt[3]{\text{IDHM longevidade} \times \text{IDHM educação} \times \text{IDHM renda}} \quad (1)$$

As três variáveis consideradas: educação, longevidade e renda, têm o mesmo peso, ou seja, influenciam igualmente o resultado geral do índice. Observa-se que a educação e longevidade apresentaram melhorias consideráveis, por outro lado a renda foi o índice com menor variação, especialmente, no município de Chapadinha. Isso pode ser explicado pelo fato da educação e longevidade serem variáveis diretamente influenciadas por políticas públicas e programas sociais, enquanto que a renda é variável dependente do capital, ou seja, mais influenciada pela esfera privada do que pública.

Nos últimos vinte anos foram criadas diversas políticas públicas com a finalidade de promover o desenvolvimento social brasileiro. Embora ainda existam profundas carências, os programas sociais criados e implementados no Brasil e em suas regiões promoveram mudanças quantitativas e qualitativas importantes para a população, cabe citar o Programa Bolsa Família criado em 2003, o qual beneficiou, “aproximadamente, 14 milhões de famílias em todos os municípios brasileiros” (BRASIL, 2015, p. 3).

O público-alvo do Programa, conforme Brasil (2015, p. 5) são “as famílias extremamente pobres (com renda mensal de até R\$ 77,00 por pessoa) e pobres (com renda mensal de R\$ 77,01 a R\$ 154,00 por pessoa)”. Ao entrarem no programa, as famílias devem comprovar cuidados com a saúde e educação dos filhos, precisando comprovar que as crianças até sete anos estão regulamente vacinadas conforme calendário e que as gestantes fazem pré-natal vacinal em dia e receber o acompanhamento do crescimento e do desenvolvimento gestacional. Já com relação à educação, comprova que as crianças e os adolescentes entre 6 (seis) e 15 (quinze) anos estão matriculados e que frequentam assiduamente a escola, (85% de presença) e que os jovens com idades entre 16 (dezesesseis) e 17 (dezessete anos) compareceram a 75% das aulas.

Outro importante programa social, para melhoria das condições socioeconômicas dos habitantes brasileiros, foi o Programa Fome Zero²⁰ sob a coordenação do Ministério de

²⁰“O escopo do programa, porém, visava a combinar políticas locais (restaurantes populares, cozinhas comunitárias, sacolões, Bancos de Alimentos, etc.); políticas específicas (cartão alimentação, ampliação do Programa de Alimentação do Trabalhador, estoques de segurança, ampliação da merenda escolar, etc.); e políticas estruturais (reforma agrária, incentivo à agricultura familiar, microcrédito, etc.). Em 2003, o Fome Zero priorizou cinco esferas: 1) Municípios do semiárido nordestino e do Vale do Jequitinhonha (MG), em estado de calamidade pública; 2) Acampamentos e assentamentos rurais; 3) Aldeias indígenas em estado de subnutrição; 4) População que vivia nos e dos lixões; 5) Comunidades quilombolas. Cada família beneficiária recebeu um cartão alimentação, preferencialmente entregue à mulher, que lhe dava direito de retirar, todo mês,

Desenvolvimento Social, iniciado em 2003, não se tratando de programa assistencialista, nem de ações emergenciais para combater a fome: “tratava-se de uma política de inserção social para a qual, mais importante do que distribuir alimentos, seria gerar renda, trabalho, resgatar a autoestima e a cidadania” (BETTO, 2010, p. 134).

O conjunto de programas sociais contribuiu para que o IDH Brasil e IDHM Maranhão e Chapadinha apresentassem acréscimos numéricos que se traduzem numa melhoria de acesso ao conhecimento e expectativa de vida da população. Todavia, os indicadores socioeconômicos do Maranhão e de Chapadinha poderiam apresentar resultados mais elevados se tivessem a pujante contribuição do setor agropecuário.

A partir das informações da pesquisa de campo realizada em Chapadinha, descritas na próxima seção, observar-se-á com mais detalhes, que esse setor econômico está gravemente comprometido devido à expansão dos monocultivos de soja e eucalipto em detrimento da agricultura familiar. Observa-se que a pequena agricultura não constitui uma área relevante para os governantes, embora a mesma seja uma forma de desconcentrar a terra, que é um meio de produção e capaz de aumentar os postos de trabalho, a produção e oferta de alimentos, com forte influência nos preços dos alimentos.

Cabe ressaltar que o desenvolvimento humano depende do acesso aos meios de produzir, da educação de qualidade e da saúde preventiva, em qualquer modo de produção. Assim, é preciso que todos os três setores econômicos e o Estado cumpram seus papéis para que seja possível avançar nas melhorias das condições socioeconômicas do país.

Para finalizar, é importante esclarecer que existe o indicador Felicidade Interna Bruta (FIB) utilizado para medir a felicidade das pessoas. Helvécia (2012) elucida que esse indicador foi criado no Butão, e passou a ser utilizado recentemente pela Organização das Nações Unidas, trata-se de uma forma complementar para aferir o desenvolvimento de uma nação. O questionário utilizado foi dividido em nove categorias¹⁰, e possui o objetivo de computar o bem-estar das pessoas, bem-estar psicológico, acesso à cultura, proteção do meio ambiente, governança, saúde, educação e vitalidade da comunidade.

R\$ 50 na Caixa Econômica Federal. Com este recurso, podia-se adquirir todo tipo de alimentos, excetuando bebidas alcoólicas, refrigerantes e fumo” (BETTO, p. 134, 2010).

3.2 A expansão dos monocultivos de soja e eucalipto em Chapadinha/MA e os impactos socioeconômicos na agricultura familiar

Após a análise dos dados gerais, nessa seção, serão expostos dados, falas e fotos coletados nas entrevistas com os moradores rurais de Chapadinha/MA. Torna-se importante frisar, que o propósito da pesquisa de campo era apreender, a partir das perguntas e observações feitas nos locais visitados, um pouco mais sobre a realidade socioeconômica dos trabalhadores entrevistados e, por meio desses dados, analisar os impactos diretos causados pelo avanço dos monocultivos de soja e eucalipto sobre a agricultura familiar. Acrescenta-se que se trata de uma pesquisa qualitativa, assim, a intenção era aprofundar o olhar sobre aquela realidade e discorrer sobre o contexto encontrado, sem a intenção de comprovar quantitativamente nenhum fato.

Cabe esclarecer ainda, que o questionário foi dividido em três tópicos: identificação do entrevistado, informações gerais sobre o povoado e impactos diretos causados pelo avanço dos monocultivos. Realizaram-se entrevistas com moradores de oito povoados: Bonfim, com aplicação de 4 (quatro) questionários; Conceição de 2 (dois), Estrela 1 (um), Leite 1 (um), Oiteiro 2 (dois), Remédio 3 (três), Santa Rita 2 (dois) e São Gonçalo 1 (um), totalizando dezesseis entrevistas. Dos entrevistados, 56,25% eram mulheres e 43,75% homens, com idade variando entre 27 e 77 anos.

Do total de entrevistados, 31,25% declararam-se analfabetos, 50% disseram que cursaram o ensino fundamental incompleto, 6,25% declarou ter concluído o ensino fundamental e 12,5% informaram que concluíram o ensino médio. Todos os entrevistados informaram que têm filhos, numa quantidade variando entre um e doze. Desse modo, 56,3% responderam que tem entre um e três; 25% entre quatro e seis; 12,5% entre sete e nove e 6,25% ou um dos entrevistados afirmou ter doze filhos. No que diz respeito ao tempo de moradia no povoado, os que vivem há menos tempo, equivalem a 25% dos entrevistados, que estão lá entre três e sete anos. O maior percentual é dos que vivem há mais de trinta anos, 31,25% ou cinco dos entrevistados, a menor quantidade de tempo de moradia é dos que vivem entre oito e quinze anos, que representou 18,75% da amostra. Destes, apenas quatro estão na condição de proprietários, sendo três conquista de herança e uma aquisição com recursos próprios. Conforme tabela 11.

Tabela 11 - Caracterização dos entrevistados

Escolaridade (% e nº)				Nº de filhos (% e nº)				Tempo de Moradia no povoado em anos. (% e nº)				
Analfabetos	Ensino fundamental incompleto	Ensino fund. Completo	2º grau comp.	Até 3	4 ≥ 6	7 ≥ 9	12	3 ≥ 7	8 ≥ 15	16 ≥ 30	31 ≥ 55	
31,25 %	50%	6,25 %	12,50 %	56,30 %	25%	12,50 %	6,25 %	25%	18,75%	25%	31,25%	
5	8	1	2	9	4	2	1	4	3	4	5	

Fonte: Autoria própria, 2018.

Na tabela 12, a seguir, estão expressos os dados quanto ao aferimento de renda e organização social dos entrevistados, observou-se que para sobrevivência há uma forte dependência de programas sociais, aposentadoria, venda da mão de obra e até recorrência a empréstimos bancários. Desta forma, do total dos entrevistados dez ou 62,5% informaram que recebem recursos do Programa Bolsa Família, com valores variando entre R\$ 84,00 (oitenta e quatro reais e R\$ 400,00 (quatrocentos reais), tais valores variam conforme o número e idades dos mesmos, destes, 50% recebem acima de R\$ 200,00 (duzentos reais). Já 37,6% informaram não receber recursos do Programa.

Por outro lado, 43,75% (sete dos entrevistados) disseram ser aposentados ou pensionistas. E 56,25% responderam que parte dos membros da família trabalha para fazendeiros e/ou sojicultores em troca de diárias, neste caso como tratorista, cozinheira ou catando raízes e juntando pedras para limpar as áreas, antes de novos plantios. Alguns fazem essas atividades naqueles povoados e outros até vão para municípios vizinhos, quando há oferta de trabalho. Com relação ao valor das diárias, declararam que variam entre R\$ 30,00 (trinta reais) e R\$ 40,00 (trinta reais).

Com o propósito de conhecer melhor a situação financeira dos entrevistados, questionou-se sobre a contratação de empréstimos. Da amostra, cinco famílias ou 31,25% declararam que tinham recorrido a empréstimos bancários. As contratações foram feitas de três fontes diferentes: PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar); *Crediamigo* (Programa de Microcrédito Produtivo) ou no caso dos aposentados e pensionistas há empréstimos consignados na folha de pagamento.

Procurou-se saber se há algum tipo de organização produtiva, em todos os povoados a resposta foi a mesma, não existe qualquer tipo de cooperativa ou associação para organizá-los e fortalecê-los em atividade rural. Quanto à filiação sindical, 50% dos entrevistados declararam ser filiados ao sindicato de trabalhadores rurais de Chapadinha. Esclareceram que

a razão da filiação sindical é conquistar a aposentadoria no futuro, ou porque já conseguiram tal benefício, devido à expedição dos documentos pelo Sindicado que comprovam o tempo e a atividade de produtor rural.

Tabela 12 - Renda e organização social

Beneficiários do P. Bolsa Família, unidade R\$ (%, nº)					Outras fontes de rendas (%, nº)			Organização social (%, nº)	
	≤ 100	100 ≥ 200	200 ≥ 300	300 ≥ 400	Aposen- tado ou pensionis- ta	Membros da família que trabalham como diaristas	Empré- s- timos	Associa- ção Sindical	Coopera- tivas
37,5%	6,25%	6,25%	25%	25%	43,75%	56,25%	31,25%	50%	0%
6	1	1	4	4	7	9	6	8	0

Fonte: Autoria própria, 2018.

Cabe registrar que em alguns locais a atividade de catar raízes e pedras nos campos de soja é paga por área limpa, medida com um aparelho de GPS em hectares. Alguns entrevistados disseram que, muitas vezes, não conseguem auferir R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) por dia de trabalho, visto que depende do tamanho da área limpa. A fotografia 1, a seguir ilustra este fato, um campo de soja localizado entre os municípios de Chapadinha e Afonso Cunha, próximo do Povoado Estrela. No campo, um casal catava raízes e pedras para limpar a área e possibilitar o trabalho dos tratores e demais equipamentos agrícolas. O valor a ser pago pelo trabalho realizado, não fora antecipadamente informado pelo contratante. De acordo com a conversa com os trabalhadores esses receberiam um valor ao final do dia, conforme medição da área que fora limpa, através do aparelho de GPS.

Fotografia 1 - Campo de soja localizado entre os municípios de Chapadinha e Afonso Cunha.



Fonte: Autoria própria, 2017.

Os moradores, que ainda residem naqueles povoados rurais, procuram de várias formas encontrarem atividades fora do setor agropecuário, já que dentro do mesmo as

atividades minguaram com a chegada das monoculturas. Para conseguir renda extra, no Povoado Bonfim, uma das entrevistadas, aposentada, respondeu que, juntamente com um filho, cata lixo em um aterro sanitário próximo a sua casa. Levam três meses para encher uma caçamba com lixos recicláveis, e vendem pelo valor médio de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais). Esse valor é dividido entre ela e o filho.

Fotografia 2 - Aterro sanitário. Povoado Bonfim



Fonte: Autoria própria, 2017.

No que diz respeito às principais atividades produtivas desenvolvidas nos povoados, observou-se que a maioria dos entrevistados tem pouca liberdade para produzir, pois são moradores e não proprietários das terras, não dispendo de espaços para lavouras. Questionados sobre como fazem para plantar, explicaram que conseguem áreas para duas linhas de arroz, feijão e mandioca, no povoado onde vivem ou em outros mais distantes. Além disso, informaram que quando é disponibilizada área para lavouras, precisam pagar renda sobre a colheita recebida, geralmente, uma ou duas sacas por linha, especialmente do arroz. Porém, mesmo diante desses entraves, a maioria dos entrevistados insiste em plantar suas roças para poder dispor desses alimentos que ajudam na sobrevivência de suas famílias durante alguns meses do ano. De acordo com as informações coletadas não sobram excedentes para comercialização e o que colhem atende às necessidades, no máximo, entre quatro e cinco meses do ano. A mandioca é cultivada, por algumas famílias, durante a maior parte do ano. Essas informações estão disponíveis na tabela 13, abaixo.

Observa-se que 87,5% dos entrevistados (14) declararam cultivar arroz, feijão e milho e 100% plantam mandioca, nos espaços cedidos nas terras onde habitam ou são proprietários. Sobre horta no quintal, canteiros, que são pequenos espaços ocupados com cebolinha e coentro, 68,75% (11) declararam manter durante todo o ano.

Com relação às árvores frutíferas, 43,75% (7) dos entrevistados têm ao redor da casa algumas das seguintes árvores frutíferas: mangueiras, jaqueiras, abacateiros, melanceiras, juazeiros, coqueiros, caramboleiras, muricizeiros, goiabeiras, cajueiros, bananeiras, laranjeiras, ateiras. Além disso, 31,25% (5) das mulheres entrevistadas declararam apanhar coco babaçu para fabricação do azeite e carvão. Com relação ao azeite, 12,5% (2) produzem excedente para venda.

Tabela 13 - Entrevistados que trabalham com lavouras (nº e %)

Arroz	14	87,5%
Feijão	14	87,5%
Mandioca	16	100%
Milho	14	87,5%
Canteiro	11	68,75%
Frutas	7	43,75%
Extração de babaçu	5	31,25%

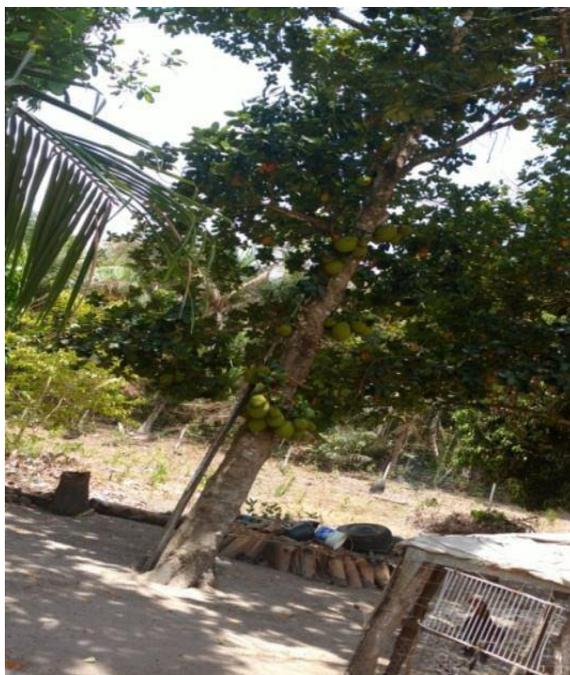
Fonte: Autoria própria, 2018.

Fotografia 3 - Canteiro de cebolinha, povoado Santa Rita



Fonte: Autoria própria, 2017.

Fotografia 4 - Árvores frutíferas: jaqueira e coqueiro. Logo abaixo de criação de galinhas presas.
Povoado Leite.



Fonte: Autoria própria, 2017.

Fotografia 5 - Quintal, coqueiros do Povoado Leite



Fonte: Autoria própria, 2017.

Fotografia 6 - Quebra de coco babaçu para fabricar azeite e Carvão. Povoado Bonfim.



Fonte: Aatoria própria, 2017.

Conforme se vê na tabela 14, os moradores dos povoados criam cada vez menos animais, a criação que ainda se sustenta, razoavelmente, é a de galinhas para consumo das famílias, 68,75% (11) criam essas aves presas em chiqueiros. Enquanto que a criação de porcos, ainda é feita por apenas 37,5%, ou seja, seis famílias. Somente uma família declarou criar caprinos, já o gado 12,5% ou duas famílias. Todos dizem que ficou impossível manter a criação de animais nos povoados, com a expansão do cultivo de soja, tendo em vista que os animais só podem ser criados presos, para não adentrarem os espaços ocupados com a soja que é plantada sem cercas, no aberto.

Tabela 14 - Entrevistados que declararam criar de animais, (nº e %)

Galináceos	11	68,75%
Porco	6	37,5%
Caprinos	1	6,25%
Bovino	2	12,5%

Fonte: Aatoria própria, 2018.

Fotografia 7 - Criação de porcos presos, Povoado Oiteiro



Fonte: Autorial própria, 2017.

Fotografia 8 - Cavalos amarrados. Povoado Conceição



Fonte: Autorial própria, 2017.

Fotografia 9 - Criação de galinhas presas, Povoado Bonfim.



Fonte: Autorial própria, 2017.

As questões mais complicadas de serem respondidas foram as que tratam dos impactos do avanço dos monocultivos nos povoados, pois percebia-se certa cautela, por parte dos entrevistados, para respondê-las. Por isso, visando preservar as suas identidades, serão citadas as letras iniciais dos nomes e o povoado, assegurando-lhes o sigilo sobre as informações prestadas.

Perguntou-se, primeiramente, se a relação entre o entrevistado e sua família com os produtores de soja e/ou eucaliptos era conflituosa ou pacífica, nesse sentido 100% dos entrevistados disseram ser pacífica. Mas, os argumentos utilizados, para que essa paz fosse mantida, demonstram desconfortos e resignações. Exemplos claros disso são apresentados nos seguintes trechos: “Pobre não vai com rico” (DMS, 17/11/2017). “gaúcho não gosta de ninguém, só vão lá os contratados, não dão carona, nem conversa, nem oportunidade” (ASC, 17/11/2017). “Tenho dificuldades, mas não vou falar com eles. A vinda dos gaúchos ‘pra’ cá foi uma ‘acabação’ de gente, de roça, de água, de animal, de tudo. Eu queria ir embora, mas não tem ‘pra’ onde”. (J. 17/11/17). “Se um pobre for enfrentar um rico, vai ganhar o que, cadeia, morte?” (JVS, 17/11/2017). Essa situação fica bem ilustrada pela entrevista concedida por “J”, que fez muitos comentários e deu várias informações sobre os impactos ambientais e a pequena agricultura causados pelos avanços dos monocultivos, mas não quis dar o nome completo, nem assinar a entrevista.

Tais fatos denotam que existe uma paz coercitiva nos povoados visitados. Há um silêncio insatisfeito, imposto, já que aqueles lavradores não podem enfrentar os grandes produtores. Esses trabalhadores rurais encontram-se desorganizados produtiva e socialmente, desagregados de movimentos sociais, desamparados pelo poder do Estado, isolados, sem podem manter qualquer tipo de resistência.

Com relação à proposta para venda da propriedade onde reside atualmente, um dos entrevistados, do Povoado Remédio, informou que seu irmão recebera três propostas para venda a fim de que sua propriedade fosse usada na expansão do cultivo da soja, mas que a oferta fora recusada, a propriedade possui 1,2 mil hectares. Outro entrevistado, que é morador do povoado Santa Rita, informou que o proprietário das terras onde vive, estava com negócio encaminhado com a empresa Suzano Papel e Celulose, mas devido à medição da área, feita com o aparelho de GPS da Suzano, ter apresentado uma diferença de 240 hectares, o dono recusou a proposta de venda. E, ainda um entrevistado, do povoado Oiteiro, informou que o dono da propriedade recebera também proposta de venda para expansão da soja, mas que até o momento recusara.

Outros entrevistados disseram que muitas terras foram vendidas e nestas moravam muitas famílias que foram embora, recebendo pequenas indenizações, como cinco hectares em algum outro local ou uma casa precária em Chapadinha. Uma das entrevistadas informou que ela e mais quinze famílias receberam indenizações e foram morar em Chapadinha, quando o “gaúcho” comprou as terras. Disse que as casas eram tão ruins que a dela caiu uma parte, logo depois de ter se mudado. Ela voltou a ser moradora no povoado Bonfim. Sua fala expressa a alegria de regressar ao meio rural: “Graças a Deus apareceu um filho de Deus que deixou nós voltar pra cá, agora posso fazer minha rocinha de novo” (JVS, 17/11/17), referindo-se ao proprietário da terra na qual está morando com sua família.

Em se tratando da pressão sofrida pelos moradores rurais, causadas do avanço dos plantios da soja e do eucalipto, 85 % dos habitantes declararam que se sentem pressionados; enquanto 17%, ou seja, três dos entrevistados, responderam que não, ou que são indiferentes a esse processo. As razões declaradas são várias, as mais citadas são as mudanças no meio ambiente como esvaziamento das fontes de águas dos brejos, riachos ou lagoa, citada por 38,46%; outros 15,38% disseram que o desmatamento e a morte dos peixes lhes causam preocupação. E 23,08% dos moradores informaram que se sentem pressionados por diversas razões: impossibilidade de criar animais, os poços artesianos que estão secando com maior frequência, a exigência de mudar de local imposta a si mesmo, a algum vizinho ou familiar, com a venda das propriedades. E para 7,69% dos entrevistados a pressão dos monocultivos é sentida pela venda das propriedades e migração; fumaça advinda das queimadas; elevação das temperaturas; queda da quantidade e tamanho das roças, ou ainda pelos babaquais que estão morrendo, na tabela 15, verificam-se estes dados.

Com relação aos poços artesianos a informação é de que estão secando entre três e quatro vezes no ano, os entrevistados que informaram essa situação localizam-se próximos aos plantios de eucalipto. Isso impõe-lhes a necessidade de incorrer em gastos, com recursos próprios, para aprofundar os poços e atingir um novo nível de água, situação que se repetiu nos últimos quatro anos.

Também foram expostas preocupações com doenças respiratórias causadas pela fumaça, mortes de bacurizeiros e outras árvores de frutas como cajueiros e laranjeiras. Acreditam que isso pode ser explicado pela frequência de aplicação do veneno na soja ou no eucalipto que, por meio do vento, atinge essas árvores.

Tabela 15 - Avanço dos monocultivos e a pressão sobre o pequeno lavrador, (nº e %).

Esvaziamento dos brejos, riachos ou lagoas	Impossibilidade de criar animais; poços artesanais que secam; mudança de local de moradia	Desmatamento; morte dos peixes	Venda das propriedades e migração; fumaça e queimadas; elevação das temperaturas; queda das roças; babaçuais que morrem.
38,46%	23,08%	15,38%	7,69%
5	3	2	1

Fonte: Autoria própria, 2018.

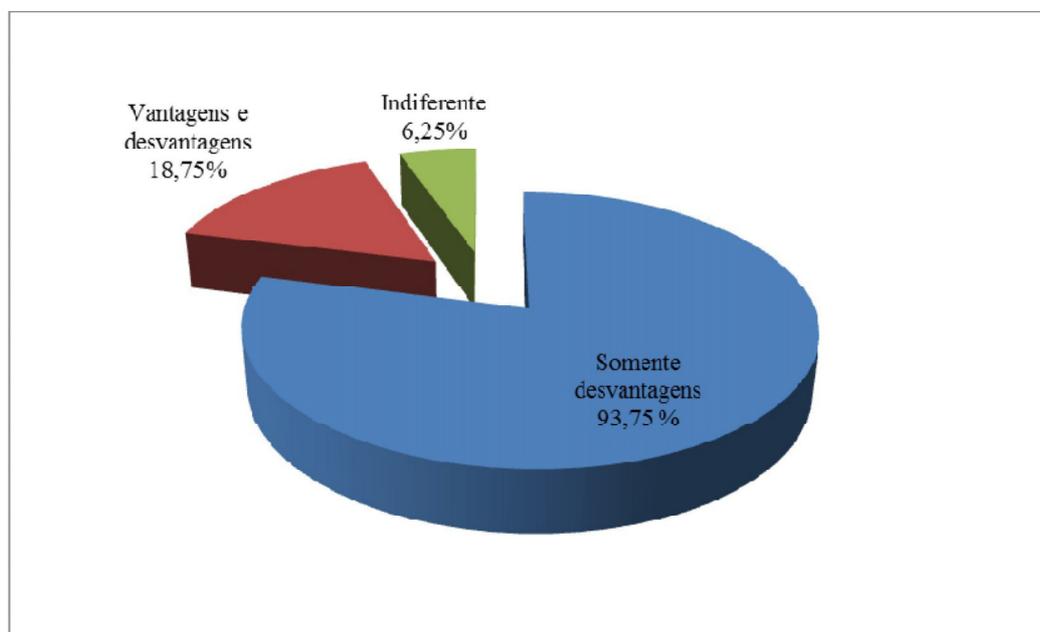
Sobre a utilização de agrotóxico ou veneno nos campos de soja e eucaliptos, 50% dos entrevistados declararam que se sentem prejudicados devido à contaminação das águas, especialmente, após as chuvas, pois as águas escorrem para seus quintais, muitas vezes entram nas cacimbas e poços e eles bebem dessa água, com receio, pois sabem que está contaminada pelo veneno. Outros afirmaram que árvores frutíferas estão morrendo com muita frequência como cajueiros e laranjeiras, suas folhas ficam escuras e algumas morrem. O entrevistado FCBC, do povoado Remédio em 16/11 disse que já se intoxicou com o veneno aplicado na soja, por isso precisou ir tratar da saúde em Fortaleza/CE. O entrevistado RCS, morador do povoado Conceição, afirmou que a aplicação do veneno, em alguns períodos, é feita com aviões até duas vezes por semana. Desta forma, o mesmo declara: “nem cobras têm mais”.

Os outros 50%, ou seja, oito do total da amostra, disseram não se sentirem incomodados com o uso de agrotóxicos. Dentre esses, alguns disseram que às vezes sentem o cheiro no ar, mas não se preocupam, outros disseram que não se sentem atingidos de nenhuma forma.

Também foi questionada a prática de arrendamento ou aluguel de terras para cultivo de soja e/ou eucalipto. Todos os entrevistados informaram que não existe prática de arrendamento ou aluguel de terras para plantios de soja ou eucalipto, o que ocorre é a venda direta das propriedades.

Na pergunta sobre vantagens e desvantagens que esses plantios de soja e eucalipto trouxeram para os povoados, quinze dos entrevistados que corresponde a 93,75% do total apontaram somente desvantagens, enquanto 18,75% dos entrevistados apontaram vantagens e desvantagens e apenas um dos entrevistados, 6,25%, disse que é indiferente ao processo de avanço dos monocultivos, conforme gráfico 15.

Gráfico 15 – Entrevistados apontam vantagens, desvantagens ou são indiferentes ao avanço dos monocultivos



Fonte: Autorial própria, 2018.

Na tabela 16, foram condensadas as informações e dados referentes às vantagens e desvantagens apontadas pelos entrevistados com o advento dos plantios de soja e eucalipto para as localidades. Quanto às desvantagens 53,33% ou oito entrevistados disseram que as águas de córregos, riachos, lagoas e açudes começaram a secar mais rápido; 46,67% (7 entrevistados) informaram que a proibição para criar animais é uma perda para eles; o desmatamento é outro dano apontado por 40% (6 entrevistados); redução dos animais de caça por 20% (3 entrevistados). Outras três desvantagens foram citadas por 13,33% (2 entrevistados); queda nos cultivos de roças, produção em geral de lavouras, redução do coco babaçu para extração de azeite e baixa na oferta de trabalho. Já a morte dos bacuris, migração rural, queimadas, utilização de veneno, foram desvantagens apontadas, por entrevistados individuais, o que representa 6,67%, ou seja, um entrevistado.

Com relação às vantagens, três entrevistados disseram que são as seguintes: abertura de estradas, apontada por 20%; oferta de trabalho, defendida por apenas um deles, ou seja, 6,67% e doação de roça de feijão no momento da colheita, mencionada por 13,33%, ou seja, três entrevistados. Sobre este fato, esclareceram que em um dos campos de soja, próximo aos Povoados Conceição e Santa Rita, ao término da colheita da soja, o dirigente da área planta feijão e quando está no momento de colher avisa aos moradores que podem entrar no espaço

para colher. Toda a produção é doada. Alguns dos entrevistados disseram que vem gente de vários lugares e pode levar o que conseguir colher.

Tabela 16 - Principais vantagens e desvantagens do avanço do agronegócio, indicadas pelos entrevistados, (nº e %).

Principais desvantagens	% e número de entrevistados	Vantagens	% e número de entrevistados
1. Águas que secam	53,33% 8	1. Abertura de estrada	20% 3
2. Impossibilidade de criar animais	46,67% 7	3. Oferta de trabalho	6,67% 1
4. Desmatamento	40% 6	2. Doação de roça de feijão.	13,33% 2
5. Escassez dos animais de caça por causa dos desmatamentos	20% 3		
6. Escassez de oferta de trabalho rural;	13,33%		
7. Redução dos babaçuais para coletar coco;	2		
8. Queda da produção de lavouras em geral.			
8. Migração do campo;	6,67%, um entrevistado		
9. Queimadas e fumaça;			
10. Aplicação de veneno			
11. Morte de bacuris			

Fonte: Aatoria própria, 2018.

Para deixar mais claro, transcreve-se os trechos de algumas falas dos entrevistados sobre as desvantagens do avanço das monoculturas sobre a agricultura de subsistência. No povoado Bonfim, a entrevista declara que antes dos campos de soja: “Podia caçar, não pode mais. Não pode mais criar animais, se for para os campos de soja eles, matam. Só piorou, não tem mais trabalho” (FV, 17/11/2017). No povoado São Gonçalo, um entrevistado fala: “acabou os animais, já vi muitos jumentos mortos de encher uma caçamba, macho e fêmea e gado se sair não volta”, (SPN, 17/11/2017). Outra opinião do Povoado Bonfim, “desmatou, acabou com as chuvas, para os pobres não têm nada bom, estamos quase morrendo de fome. Secou foi tudo” (JVS, 17/11/2017). No povoado Leite, outro ratifica: “existe uma determinação do Gaúcho para não criar gado, se for ‘prá’ lá não volta mais” (AAO, 16/11/2017). E ainda no Povoado Remédio: “Só vejo ‘desvantage’, não pode criar mais gado, porco, bode porque se entrar lá não volta” (FB 16/11/2017). Os impactos são sentidos em todos os povoados, no povoado Conceição foi dito que: “O tempo está diferente, tem veneno, não tem emprego e a água se acabando” (RCS, 17/11/2017). No Oiteiro, ouviu-se que: “Antes tinha tatu, paca, porco espinho logo aí na frente, agora só deserto” (DMS, 17/11/2017). No

povoado Bonfim, a declaração da entrevistada é de que não pode mais catar coco, está proibido entrar nas terras que pertencem ao Gaúcho: “Não tenho mais autorização para catar coco, eu vou, mas, é escondido. Muitos moradores foram embora, mesmo sem condição. E não vou mais dizer nada, porque já falei foi demais” (J. 17/11/2017).

Desse modo, ao passar pelo interior de Chapadinha, sem um olhar mais atento, é possível que veja desenvolvimento e produção. Pode-se dizer que possivelmente existe uma possibilidade de maiores ganhos financeiros, para um pequeno grupo que se arrisca expandindo os cultivos dos monocultivos de soja e eucalipto nas áreas de cerrado no município. Contudo, por meio de um olhar mais atento, apreende-se uma realidade grotesca e contraditória, de um lado há uma expansão de cultivos com uso de tecnologia moderna e que se instala, aparentemente, com grande facilidade. Do outro, trabalhadores rurais que ali desenvolviam sua produção e se sentem ameaçados socioeconomicamente, assistem apáticos e inseguros àquilo que, para eles, não representa progresso, tampouco desenvolvimento, mas invasão ou ocupação de um espaço que estava ocupado por pessoas, animais, produção, rios, riachos, lagoas, pássaros e uma diversidade de animais que precisam desaparecer para dar lugar ao novo que chega e se instala, sem diálogo, se apodera do espaço. As fotos a seguir, ilustram essa realidade.

Fotografia 10 – Campo de eucalipto que atravessa os Povoado Santa Rita, Oiteiro e Conceição



Fonte: Autoria própria, 2017.

Fotografia 11 – Preparação do campo de soja no Povoado Bonfim



Fonte: Autorial própria, 2017.

Fotografia 12 – propriedade do “Gaúcho” Povoado Bonfim



Fonte: Autorial própria, 2017.

Fotografia 13 – Armazém cheio de produtos químicos. Povoado Bonfim.



Fonte: Autorial própria, 2017.

Fotografia 14 – Casas ocupadas pelos gerentes de propriedades de soja. Povoado Bonfim.



Fonte: Autoria própria, 2017.

Fotografia 15– Placas doadas pela empresa Suzano Papel e Celulose.



Fonte: Autoria própria, 2017.

Ao olhar de forma mais atenta, observar-se-á além dos impactos sociais, os ambientais. As fotos a seguir expõem algumas das consequências da expansão dos monocultivos para o meio ambiente daquela localidade.

Fotografia 16– Correntão utilizado para limpar campos, provocando a derrubada de árvores como babaços, bacuris, e causando a morte e a fuga de muitos animais. Povoado Leite.



Fonte: Aatoria própria, 2017.

Fotografia 17 – Queimada e fumaça, preparação dos campos de soja. Povoado Leite.



Fonte: Aatoria própria, 2017.

Fotografia 18–Poço artesiano secou três vezes em 2017. Povoado Santa Rita, eucalipto



Fonte: Aatoria própria, 2017.

Fotografia 19– Lagoa que antes permanecia com água o ano inteiro. Povoado Conceição



Fonte: Aatoria própria, 2017.

Fotografia 20– Cajueiro seco, próximo Plantios de eucalipto. Povoado Santa Rita



Fonte: Aatoria própria, 2017.

Fotografia 21– Açude seco. Povoado Oiteiro



Fonte: Aatoria própria, 2017.

Fotografia 22 – Estrada que corta os campos de soja e chega até os plantios de eucalipto atravessa vários povoados como Bonfim, Oiteiro, Conceição e outros.



F

Fonte: Autoria própria, 2017.

Perguntou-se ainda se os moradores participam de algum programa social patrocinado pelas empresas produtoras de soja e ou eucalipto, todos responderam que não. E para finalizar, foi questionado se expansão do eucalipto e soja foi ou é interessante para o povoado de alguma forma. Nessa questão, 87% dos entrevistados declararam que de nenhuma forma foi interessante, ao invés disso, trouxe diversos prejuízos para as pessoas e produção local. Enquanto que 13%, que corresponde a dois entrevistados, disseram que foi bom, porque trouxe empregos, que ajuda a sobreviver e melhorou as estradas, sendo um deles, a esposa de um tratorista.

A título de ilustração, cito mais um trecho de uma declaração feita do entrevistado FV, 27 anos, povoado Bonfim, em 17/11/2017: “foi muito ruim, a gente só vive porque Deus é bom. Apenas um entrevistado disse que em nada alterou.

Para além das entrevistas foi possível ver resistências, como no povoado Santa Rita, para substituir os pés de cajueiros que morreram, havia duzentas mudas para plantar novamente. Como mostra a fotografia 23, a seguir.

Fotografia 23– Viveiro de mudas de cajueiro. Povoado Santa Rita para substituir outros que morreram. Propriedade localizada ao lado do campo de eucalipto.



Fonte: A autoria própria, 2017.

Da realidade apreendida na visita ao campo, em oito povoados no município de Chapadinha e a partir das declarações dos entrevistados, foi possível perceber uma grande facilidade para o capital deslocar-se e instalar-se no campo daquela municipalidade. Observa-se notória fragilidade dos moradores para resistir ao avanço da agricultura monocultora, tendo em vista que não estão organizados em associações ou qualquer outro movimento social. Não existe defesa do território, nem dos seus modos de produção e vidas.

Todos os entrevistados assistem inquietos, mas calados, àquela invasão da soja e do eucalipto, que inviabiliza as pequenas produções de lavouras e impossibilita a criação de animais. Como resultado, a sobrevivência naqueles povoados está cada vez mais prejudicada e ameaçada.

Além disso, os moradores percebem e apontam os impactos negativos causados ao meio ambiente. Desolados, informam que as águas dos brejos, poços e lagoas secam em poucos meses, logo após o término do período das chuvas. Além disso, os poços artesianos trazem-lhes notícias sobre a baixa dos lençóis freáticos e lhes impõem custos financeiros para que possam conseguir alcançar mais profundamente a água novamente. Situação reiterada por vários entrevistados nos Povoados Santa Rita, Oiteiro, Conceição e Bonfim, que estão atravessados ou localizam-se muito próximos dos campos de eucalipto. Já no Povoado Remédio que fica mais distante dos plantios de eucalipto o brejo ainda tinha água, conforme se vê nas fotografias abaixo.

Fotografia 24– Brejo, povoado Remédio.



Fonte: Aatoria própria, 2017.

Fotografia 25 – Lagoa, povoado Remédio.



Fonte: Aatoria própria, 2017.

Desse modo, a partir das informações coletadas, na pesquisa de campo, seja nas respostas do questionário, fotos e falas evidencia-se que a expansão dos monocultivos de soja e eucalipto em Chapadinha, causa impactos negativos consideráveis à pequena agricultura familiar, seja para produzir alimento ou criar animais. Constatou-se uma soma de prejuízos sociais, econômicos e ambientais para os moradores e ecossistema dos povoados. Dentre os impactos sociais observados está a insegurança dos moradores rurais para permanecer nos locais onde vivem, já que cada vez mais tem menos espaços para plantar roças e criar animais, muitos são obrigados a migrarem forçadamente para outros locais, quase não há oferta de trabalho, tornam-se fortemente dependentes financeiramente dos programas sociais e

aposentadoria, ou são obrigados a rumarem em busca de uma oferta de trabalho em outras localidades ou mesmo espaço para fazer suas roças. Os monocultivos avançam e açambarcam os espaços para a produção de larga escala, transformando a vida dos trabalhadores e moradores rurais num misto de miséria e tormento.

Somam-se a isso os diversos impactos ambientais como a redução das águas, que possivelmente, são explicados pelo avanço do eucalipto, redução das águas dos açudes, riachos e brejos, e poços artesianos nos povoados mais próximos dessa monocultura. Além das queimadas, fumaça e desmatamentos, que reduziram as árvores de babaçu e os animais de caça, e os peixes, que antes eram encontrados com grande facilidade, e também a elevação da temperatura e calor. E ainda, a presença intensiva, em alguns meses do ano, de agrotóxicos e contato dos moradores com o veneno, pelo ar ou pela água. Os resultados dessa proximidade para a saúde ainda não podem ser identificados.

Os dados oficiais disponíveis mostram que a área ocupada com os plantios de soja, em Chapadinha, em 2016, foi de 3.700 hectares e de eucalipto de 1.809 hectares. Esses dados não representam um número tão elevado em termos de ocupação de terra, mas os efeitos nocivos aos pequenos produtores e à produção familiar encontram-se devidamente fundamentados.

Desse modo, os monocultivos avançam com a aquisição das terras. A preparação da área e plantios é administrada por gerentes que vêm de outras regiões, utilizando mecanização e tecnologia, a demanda por trabalhadores é quase nula. E naqueles povoados, as relações socioeconômicas entre os grandes produtores e os pequenos produtores ou moradores que lá já viviam é praticamente inexistente.

Porém, os moradores dos povoados enfrentam dificuldades não só para sobrevivência física e pela dificuldade de produzir alimentos e obter água como também a sofrem pela solidão, sentem falta dos que já migraram para outros espaços. Como corolário do contexto, constata-se um completo descaso por parte do Estado em relação àqueles moradores (trabalhadores) rurais e a falta de organização social para enfrentar o problema instalado, o que facilita a dominação espacial pela monocultura exportadora. Situação que pode ser agravada pelo completo desarranjo social e produtivo. Alerta-se que aqueles trabalhadores rurais encontram-se impossibilitados de enfrentar essa nova realidade que domina e modifica seus modos de viver e suas vidas.

CONCLUSÃO

A lógica da produção capitalista avança para a agricultura brasileira com maior aceleração e maior intensidade a partir do início dos anos 1990. O avanço do capitalismo para o setor agropecuário impõe-lhe, cada vez mais, a perda do seu papel socioeconômico de produtor de gêneros alimentícios, pois, o que passa a interessar, primordialmente aos donos da terra é a produção de mercadorias agrícolas, como soja e eucalipto, para serem comercializadas no mercado externo. As condições financeiras e de infraestrutura internas, criadas especialmente pelo Estado, favorecem a produção agrícola para exportação enquanto a agricultura familiar que produz alimentos e gera empregos para a população interna perde visibilidade e importância nas políticas agrícolas.

A rígida estrutura fundiária brasileira, com a existência de muitos latifúndios, também é fator que possibilita a expansão do capital para a agricultura, por meio das grandes empresas, articuladas aos circuitos internacionais de reprodução do capital. No Brasil, de fato, nunca houve uma verdadeira reforma agrária e distribuição das terras para aqueles que sempre trabalharam no espaço rural, sem acesso à terra que é o meio de produção. Em contramão, várias políticas públicas foram implementadas a partir de meados de 1960, para modernizar a agricultura brasileira e aumentar a produtividade rural. Nesse cenário, os latifúndios interessados foram favorecidos com a modernização, pois, entre outros, o objetivo era produzir em larga escala e competir com o mercado externo. Após os anos de 1990, nova modernização agrícola combinada à arcaica estrutura fundiária brasileira beneficia fortemente aos interesses globais na nova divisão internacional do trabalho.

A desorganização social de grande parte dos trabalhadores rurais, ao longo dos anos após a abolição da escravidão, dificulta a realização de uma efetiva reestrutura agrária, não só pelo direito ao acesso da terra, mas também pela criação de políticas públicas capazes de desenvolver a agricultura familiar e o campesino. O Brasil possui vasta extensão territorial, mas não o utiliza apropriadamente para atender as necessidades dos brasileiros.

Para que se alcance um desenvolvimento socioeconômico dos brasileiros, torna-se imprescindível o fortalecimento das condições de vida no campo, a criação de escolas e universidades rurais, cooperativas agrícolas, associações sócioeducativas para o desenvolvimento dos jovens e sócioprodutivas para as mulheres. E, ainda, políticas agrícolas que favoreçam a pequena produção e infraestrutura para que os pequenos produtores comercializem o excedente nas cidades vizinhas, além da garantia de serviços de médico e odontológico.

Porém, após os anos de 1990, a produção de *commodities* impôs maior concentração fundiária e exclusão social no Brasil, mesmo com a organização dos movimentos sociais, e maior luta dos trabalhadores rurais pela distribuição da terra e fortalecimento da agricultura familiar, as estratégias comerciais e políticas dos grandes proprietários rurais aliada aos interesses estatais sobrepõem às necessidades sociais de trabalho, produção de alimentos e segurança alimentar da população.

A política de reforma agrária teve avanços, nas últimas décadas, com o objetivo de reduzir a pressão social dos movimentos dos trabalhadores rurais. Foi disponibilizada uma parte das terras para desapropriação e beneficiamento de algumas famílias na zona rural, mas com o atendimento mínimo das demandas de produção e moradia nos assentamentos. O Maranhão é o, estado brasileiro, que possui o maior número de assentamentos rurais, mas não há um movimento social suficientemente forte para lutar por mais recursos ou acompanhar a aplicação daqueles que são disponibilizados. Isso debilita a capacidade de pressionar os órgãos governamentais por reais melhorias sociais, estruturais e produtivas nos assentamentos.

O Maranhão possui vasta extensão territorial e de diversidade de recursos naturais, todavia, com o advento da globalização econômica e com a nova divisão internacional do trabalho, este Estado encampou políticas que favorecem primordialmente a burguesia nacional e internacional dentro da lógica da expansão capitalista. O agronegócio, os negócios com os produtos agrícolas, foram fortalecidos e os camponeses sofrem com a expansão dos monocultivos para espaços antes ocupados com a agricultura familiar ou atividades extrativistas, como é o caso de Chapadinha.

Tendo em vista a conjuntura econômica global que a partir dos anos de 1990, fez uma nova divisão internacional do trabalho, baseada na teoria econômica clássica ricardiana das vantagens comparativas, as especificidades brasileiras com relação à estrutura agrária e mão de obra de baixa remuneração e excluída da propriedade dos meios de produção, e ainda, levando-se em consideração, a importância social do setor agropecuário para garantir a produção de alimentos indispensável à existência humana, procurou-se compreender os impactos socioeconômicos da agricultura familiar devido ao avanço do capitalismo na agricultura, após os anos de 1990, no município de Chapadinha. O agronegócio expandiu-se no Maranhão para diversas regiões, por meio da exploração de várias *commodities* agrícola como soja e eucalipto. A monocultura da soja começou no sul do estado, no início dos anos de 1990, no município de Balsas e depois se expandiu para outros municípios, atingindo em

2003, Chapadinha, já o eucalipto iniciou em Açailândia e Imperatriz, no início dos anos de 1980 e em 2014, constam os primeiros dados oficiais.

O município de Chapadinha encontra-se localizado em região de Cerrado, as monoculturas de soja e eucalipto avançaram para Chapadinha por meio da aquisição de terras de antigos proprietários que ainda utilizavam e exploravam o trabalhador rural como parceiro produtivo, na figura do antigo morador rural. Esses trabalhadores nunca tiveram acesso à propriedade da terra, foram sempre dependentes das terras de outrem para morar e produzir.

As áreas de Cerrado de Chapadinha para onde se expandiram essas monoculturas, atingem os povoados Bonfim, Remédio, Conceição, Oiteiro e Santa Rita, São Gonçalo, Leite e Estrela ou próximas deles. Nessas localidades não existem assentamentos rurais e as terras foram vendidas para os empresários do agronegócio, que são inclusive de outras regiões do país, por isso, totalmente despreocupados de como viverão os trabalhadores rurais que moravam nas terras agora adquiridas.

Desse modo, o avanço do capitalismo para a agricultura daquele município, por meio da venda das terras, vem causando sérios impactos socioeconômicos para os camponeses e trabalhadores rurais, especialmente, para aqueles que lá estavam na condição de moradores rurais, pois dependiam das propriedades, que foram vendidas para a exploração dos monocultivos, para morar e trabalhar. Esses trabalhadores, geralmente, moravam com o mesmo proprietário rural, há vários anos, sem plano alternativo de sobrevivência.

Com o estudo realizado em campo, confirma-se que a ocupação da terra na agricultura modifica-se de acordo com conjuntura econômica. Se o período for favorável à exploração de monoculturas, as melhores terras serão concentradas e utilizadas para a agricultura exportadora com a redução das áreas da agricultura familiar e lavouras de subsistência, eliminação dos pequenos produtores rurais e camponeses.

Sabe-se que as monoculturas são atividades produtivas que exigem elevado grau de mecanização e tecnologia, por se tratar de um modelo especializado em uma única cultura, utiliza pouca mão de obra, que é treinada para manusear máquinas de elevado valor monetário, como pequenos aviões, plantadeiras, colheitadeiras, além de técnicos capacitados para a produção de larga escala como agrônomos, engenheiros florestais ou técnicos especializados na venda para o exterior com fluência em línguas estrangeiras. São arranjos produtivos que migram com um padrão de produção preestabelecido.

Assim, quanto mais o capitalismo avança para a agricultura, mais especializada se torna essa atividade e com maior especialização deve ser empregada a mão de obra. A especialização dispensa, quase que completamente, o trabalho desses antigos moradores. As

poucas oportunidades de emprego que surgem são, geralmente, temporárias e se limitam às tarefas de recolhimento de pedras e pedaços de raízes durante o preparo das áreas de plantio e as atividades para tratoristas e cozinheiras. Dessa forma, os trabalhadores rurais, sem estudo e cursos técnicos, quase não conseguem mais trabalho e espaços para viver e garantir a própria subsistência. Migram desorientados para outros locais sem terem onde e nem em quem se segurar. São expulsos e expropriados de suas formas de viver do ambiente onde nasceram, cresceram e acreditavam que lá morreriam.

Dessa forma, o capitalismo expande-se sobre a agricultura modificando as condições de trabalho e o acesso ao mesmo, com isso, altera a principal função do setor agropecuário, de provedor de alimentos e espaço de moradia. Quando a lógica capitalista se apodera da agricultura, o setor passa a contabilizar produção, resultados e lucros como a própria indústria, sem levar em conta as necessidades humanas, a produção de mercadorias sobrepõe o imperativo da sobrevivência.

Além da lógica intrínseca de dominação e usurpação, próprios do avanço do capitalismo, no Brasil, a exemplo do estado do Maranhão, ainda há o aparato estatal que fomenta o desenvolvimento e sustenta o progresso, não do homem, mas do capital. O Estado atua tanto de forma transparente e pública, como por intermédio de políticas públicas que garantem investimentos em infraestrutura, disponibilização de recursos financeiros, para empréstimos com taxas de juros privilegiadas, legislação para amparar a expansão da agricultura como o projeto de demarcação das melhores terras agricultáveis dos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia (MATOPIBA) e o Macrozoneamento Ecológico-Econômico (MacroZEE) do Maranhão, que visa orientar a formulação de políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura como também atua de forma indireta ao criar poucas políticas públicas para favorecer os pequenos produtores e trabalhadores rurais, camponeses, quilombolas, indígenas etc., e muitas vezes as que existem não são implementadas como planejadas.

Dessa forma a agricultura familiar e trabalhadores rurais permanecem à margem da assistência estatal e a mercê da expropriação capitalista dos modos de produzir e viver. Conforme se discutiu anteriormente, a expansão do capitalismo para o setor agrícola é perpassada por contradições, pois acentua as desigualdades e conta com a presença privilegiada do Estado para promover o capital e seus proprietários.

Por causa do cenário favorável ao agronegócio, observou-se que a área para produção arroz, feijão e mandioca está cada vez menor, nos três locais considerados Brasil, Maranhão e Chapadinha, como também, houve redução na criação de animais como galinhas, porcos,

gado, caprino, utilizados na alimentação, fato explicado em Chapadinha pelas condições desfavoráveis e espaços reduzidos já que os animais não podem ficar soltos para que não avancem sobre os campos dos monocultivos. E, conseqüentemente, apresenta forte queda à produção de leite e ovos, especialmente, após os anos 2000. Os dados oficiais mostram que a agricultura familiar, do Brasil, do Maranhão e, especialmente, no município de Chapadinha está seriamente comprometida por causa do avanço das monoculturas como soja e eucalipto.

Os povos denominados minorias por não possuírem recursos produtivos, como os camponeses e trabalhadores rurais, e portanto, enfraquecidos politicamente, dispõem de fraco ou quase nenhum apoio estatal. O que lhes resta são união e agrupamento em movimentos sociais para que juntos consigam, pelo menos, o poder de ameaçar o sistema produtivo. Sozinhos ou em pequenos grupos, tornam-se invisíveis. Permanecem desprotegidos durante séculos e situação e condição social é praticamente a mesma, durante gerações. Sem organização social, sentem-se acudados, perambulam entre um local e outro, sem lugar fixo, sem identificação social e produtiva, em busca de sobrevivência.

Essa é a realidade da maioria das pessoas que habitam os povoados visitados do município de Chapadinha e contribuíram com suas informações para a presente pesquisa. Ficou evidenciado, que o capital avança naquele espaço rural sem obstáculos, uma vez que os pequenos produtores estão completamente desarticulados social e produtivamente.

Dessa forma, ratifica-se a discussão teórica de que nos últimos anos, ocorreu um expressivo crescimento econômico da produção, conforme a demanda global, porém, deixa-se a alerta de que o crescimento não se traduz em desenvolvimento para a maioria dos trabalhadores. Mesmo que os indicadores sociais do Brasil (IDH) e do Maranhão e Chapadinha (IDHM) apresentem melhorias das condições de saúde e educação, como se verificou no Capítulo três, as condições do trabalhador rural, sem-terra, é de penúria.

No Brasil, é difícil desconcentrar terra e renda (meios de produção) no modo de produção capitalista, assim como impulsionar um verdadeiro desenvolvimento para a classe trabalhadora, pois, é marcado por contradições e favorecimentos econômicos e políticas para os detentores dos meios de produção. Em algumas fases do desenvolvimento, dependendo do contexto econômico, essa situação torna-se mais evidente, como se observa no neoliberalismo.

Por outro lado, é preciso considerar a capacidade de resistência, luta e enfrentamento por parte da classe trabalhadora que não detém os meios de produção, mas trabalha, constrói e produz a maioria do que se vê em todos os locais desse país, seja no campo ou cidade. Porém, para avanços socioeconômicos e maiores ganhos é preciso mobilização acirrada e constante

dos trabalhadores rurais e dos movimentos sociais para lutarem pela desconcentração fundiária e de toda a riqueza material. Sem isso, a tendência, segundo a lógica do capitalismo, é uma maior concentração dos meios produtivos nas mãos de um pequeno grupo e expropriação da maioria da população, restando-lhes apenas a mão de obra e a busca constante por trabalho. Nesse momento, é fundamental a organização social e reivindicações sem trégua, por melhoria das condições de trabalho e moradia no espaço rural.

Além de concentração, a destruição dos recursos naturais é outra tendência implícita na expansão do capital para o espaço rural. Na pesquisa de campo, como a apresentada no capítulo 3, identificou-se em Chapadinha, que por causa dos acréscimos da área dos plantios das monoculturas de soja e eucalipto, ocorrem vários desequilíbrios ambientais. Desmatamentos, queimadas e contaminação, por venenos químicos, dos solos e águas, e morte de árvores frutíferas como laranjeiras e cajueiros, e para onde as plantações de eucalipto avançam a disponibilidade de água dos brejos, açudes e poços artesianos diminuem ou secam.

Como intervenção possível para amenizar os desequilíbrios e contradições causados pelo avanço das monoculturas de soja e eucalipto sobre a agricultura familiar em Chapadinha, indica-se a necessidade de barrar a incorporação de mais área pelos monocultivos e a retomada, urgentemente, da política de reforma agrária e fortalecimento da agricultura familiar. É preciso uma forte organização dos movimentos sociais de trabalhadores rurais para afrontar a perversa estrutura fundiária em todos os estados do Brasil. Liberar espaços rurais para aqueles que ali desejam trabalhar, produzir, viver. Promover a agricultura familiar e camponesa de forma sustentável é imprescindível para garantir a segurança alimentar e nutricional de todos os brasileiros. Afinal, é impossível crescer, estudar, trabalhar, pensar, desenvolver-se e sobreviver com fome, sem trabalho, sem lugar para viver.

Para que isso aconteça, torna-se imprescindível que haja, além das pesquisas acadêmicas, uma reorganização e fortalecimento dos movimentos sociais rurais, com o apoio e socialização dos pesquisadores e das pesquisas produzidas pela academia com os militantes dos movimentos sociais. Pois, munidos de argumentos e comprovações, podem dialogar e enfrentar os governos locais e federais. Esta seria uma das formas de frear o avanço do capital para o espaço rural e promover um provável desenvolvimento entre os homens, ainda que no modo de produção capitalista.

Diferente do agronegócio que desconsidera toda a diversidade de fauna, flora e gentes, já que produzir mercadorias é o seu intento, a pequena agricultura utiliza os recursos naturais com ponderação e admite todos os trabalhadores rurais, sem discriminação (extrativistas do

babaçu, pequenos produtores familiares, indígenas, quilombolas, etc.). Além disso, onde o capital é menor, a legislação ambiental atua com maior rigor, porém nos locais para onde as *commodities* agrícolas se expandem há uma maior frouxidão legal ambiental inadequadas para a sustentabilidade dos ecossistemas.

O espaço rural pode e deve ser habitado por pessoas tanto quanto as cidades. A migração forçada e a desterritorialização de camponeses, para transformar o campo em indústria agrícola com plantações e técnicas produtivas padronizadas, com uso de altas tecnologias, não desenvolverão o país, pois, diferente da ideologia predominante, crescimento econômico e desenvolvimento não são sinônimos. Esta pesquisa mostrou vários impactos negativos causados pelo avanço do agronegócio na agricultura familiar no município de Chapadinha, seja no aspecto da redução área para produção de alimentos e moradia da população rural, seja a diminuição da geração de trabalho e ou desgastes ambientais, enquanto há um crescimento na produção.

Evidenciam-se assim as contradições próprias do avanço do capitalismo para o campo, pois, o Brasil é considerado o “celeiro agrícola do mundo” e os dados oficiais mostram uma forte expansão da área para os plantios das culturas exportadoras como soja e eucalipto, especialmente após os anos 1990. Por outro lado, há uma retração na área para a produção de alimentos essenciais a sobrevivência humana e redução das vagas de trabalho rural e espaço para moradia. Mas, para alcançar o verdadeiro desenvolvimento, as terras brasileiras, para além de serem utilizadas para produzir riqueza material para alguns, deveriam, em primeiro lugar, atender a demanda por alimento, trabalho e moradia dos seus residentes.

REFERÊNCIAS

ABRAF. Anuário Estatístico da ABRAF, 2007, ano base. 2006. Disponível em <http://www.ipef.br/estatisticas/relatorios/anuario-ABRAF-2007.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2017.

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10469/12204>>. Acesso em 29 jul. 2017.

ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (org.). **Reconstruindo a agricultura**: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997. p. 33-55. Disponível em: <<http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/lecampo-dp/files/2016/01/Desenvolvimento-Rural-Sustentavel-jalcione.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2017.

ARAUJO, N.B.; WEDEKIN, I.; PINAZZA, L. **Complexo agroindustrial**: o "agribusiness brasileiro". São Paulo: s.n, 1990.

BETTO, F. Fome zero ganhos e perdas. In: ARANHA, A. V. (org.). **Fome Zero**: uma história brasileira. Brasília, DF: Ministério do desenvolvimento social e combate à fome, Assessoria Fome Zero, v. 1, 2010. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Fome%20Zero%20Vol1.pdf>>. Acesso em: 5 fev. 2017.

BRANDÃO, C. Desenvolvimento, Territórios e Escalas Espaciais: levar na devida conta as contribuições da economia política e da geografia crítica para construir a abordagem interdisciplinar. In: RIBEIRO, M. T. C.; MILANI, C. R. S. (orgs.). **Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea**: o território como categoria de diálogo interdisciplinar. Salvador: Editora da UFBA, 2008. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper42.pdf>>. Acesso em: 9 out. 2017.

BRASIL. DECRETO-LEI Nº 1.813, de 24 de novembro de 1980. Institui regime especial de incentivos para os empreendimentos integrantes do Programa Grande Carajás e dá outras providências. **Lex**: Diário Oficial da União de 25 de novembro de 1980. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1813.htm>. Acesso em: 5 nov. 2017.

BRASIL. Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Lex**: Diário Oficial da União, 25 de julho de 2006. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm>. Acesso em: 9 out. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Bolsa Família**: transferência de Renda e Apoio à Família no Acesso à Saúde, à Educação e à Assistência Social. 2015. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Cartilhas/Cartilha_PBF_2015.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2017.

BRUM, A. J. **Modernização da agricultura**: trigo e soja. Petrópolis: Vozes, 1988.

BUAINAIN, A. M.; GARCIA, J. R.; VIEIRA FILHO, J. E. R. **DINÂMICA DA ECONOMIA E DA AGROPECUÁRIA NO MATOPIBA**. IPEA, TEXTO PARA DISCUSSÃO 2283, 2017. Disponível em: <repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7574/1/TD_2283.PDF>. Acesso em: 5 mar. 2017.

CHAYANOV, A. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

COTA, R. G. **Carajás**: a invasão desarmada. Petrópolis: Vozes, 1984.

DELGADO, G. C. Especialização primária como limite ao desenvolvimento. **Desenvolvimento em debate**, v. 1, n. 2, p. 111-125, 2010. Disponível em: <http://desenvolvimentoemdebate.ie.ufrj.br/pdf/dd_guilherme.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2018.

DELGADO, G. C. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estud. av.**, v. 15, n. 43, São Paulo, Sept./Dec. 2001. Disponível em <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300013>. Acesso em: 6 fev. 2018.

DI PIETRO, M. S. Z. **Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2004.

EMBRAPA. Matopiba delimitação, caracterização, desafios e oportunidades para o desenvolvimento. 2014. Disponível em: <https://www.embrapa.br/gite/publicacoes/NT1_DelimitacaoMatopiba.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2018.

FERNANDES, B. M. **A OCUPAÇÃO COMO FORMA DE ACESSO À TERRA**. In: Anais do XXIII Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos. Washington DC, 6 a 8 de setembro de 2001. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/fernandes_ocupacao.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2017.

FOLADORI, G.; MELAZZI, G.; KILPP, P. **A economia da sociedade capitalista e suas crises recorrentes**. São Paulo: Outras expressões, 2016.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2, 2 ed., 2001.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. São Paulo: Círculo do Livro, 1982.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HELVÉCIA, H. **A ONU quer felicidade interna bruta para todos**. 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2012/06/1101678-onu-quer-felicidade-interna-bruta-para-todos.shtml>>. Acesso em: 7 mar. 2018.

IBA. **Anuário 2014**. 2014. Disponível em: <www.ipef.br/estatisticas/relatorios/anuario-iba_2014.pdf>. Acesso em 8 set. 2017.

IBAMA. **Consolidação de dados fornecidos pelas empresas registrantes de produtos técnicos, agrotóxicos e afins, conforme art. 41 do Decreto nº 4.074/2002**. 2014. Disponível em <http://ibama.gov.br/phocadownload/qualidadeambiental/relatorios/2014/grafico_historico_comercializacao_2000_2014.pdf>. Acesso em: 5 set. 2017

IBGE. **Censo Demográfico**. 2017 a. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/202>>. Acesso em: 15 set. 2017.

IBGE. **Estimativa de População**. 2017 b. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6579>>. Acesso em: 20 set. 2017.

IBGE. **Pesquisa Pecuária Municipal**. 2017 c. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3939>>. Acesso em: 8 set. 2018.

IBGE. **Produção Agrícola Municipal**. 2017 d. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/1612>>. Acesso em 21 set. 2017.

IBGE. **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura**. 2017 e. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/289>>. Acesso em: 8 set. 2017.

IBGE. **Produto Interno Bruto**. 2017 f. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5938>>. Acesso em: 8 set. 2017.

IBGE. **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura**. 2017 g. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5930>>. Acesso em: 8 set. 2017.

KAUTSKI, K. **A questão agrária**. 3 ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LAMARCHE, H. (coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional**. v. 1. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

LENIN, V. I. **Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América**: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

LENIN, V.I. **El desarrollo del capitalismo en Rusia**. Obras completas. Akal Editor. 2ª ed, v. 3 1908. Disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/lenin/obras/oc/akal/lenin-oc-tomo-03.pdf> Acesso em: 22 dez. 2017

MADEIRA, W. V. Capitalismo Tardio e as veias abertas da Amazônia Brasileira. In: Anais do IV Encuentro Internacional Economía Política y Derechos Humanos. 2010. Disponível em: <www.madres.org/documentos/doc20100924140800.pdf>. Acesso em 5 fev. 2018.

MAPA. **Estatísticas do comércio exterior do agronegócio brasileiro**. 2017. Disponível em: <<http://indicadores.agricultura.gov.br/index.htm>>. Acesso em 10 out. 2017.

MARANHÃO. Lei Nº 10.316 de 17 de setembro de 2015. Institui o Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão e dá outras providências. **Lex**: Diário Oficial

do Estado do Maranhão, 19 set. 2015. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=303590>>. Acesso em: 3 fev. 2018.

MARTINE, G. A trajetória da modernização agrícola: A quem beneficia? **Lua Nova**, n. 23, São Paulo, 1991.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARX, K. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Coordenação e revisão de Paul Singer. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. Petrópolis: Vozes, 1999.

MEGIDO, J.L. T.; XAVIER, C. **Marketing & Agribusiness**. São Paulo: Atlas, 1998.

MEIRELLES, H. L. **Direito administrativo brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2004.

MENDONÇA, M. L. A crise permanente do agronegócio. In: STEFANO, Daniela; MENDONÇA, M.L (orgs.). **DIREITOS HUMANOS NO BRASIL 2015**: Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. Disponível em: <<https://www.social.org.br/Relatorio2015.pdf>>. Acesso em: 6 fev. 2018.

MENDONÇA, M. R. A reestruturação do capital e a modernização da agricultura no sudeste de Goiás. **Pegada**, Presidente Prudente, v. 3, n. 1, 2002. Disponível em: <revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/download/802/82>. Acesso em: 1 fev. 2018.

MESQUITA, B. A. Conflitos Territoriais na Amazônia na “Era do Capital” (2010). V ENCONTRO ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE FLORINÓPILIS 2010. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT16-680-706-20100903145733.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2018.

MESQUITA, B. A. **O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL DA AGRICULTURA**: a dinâmica do agronegócio e da agricultura familiar. São Luís: EDUFMA, 2011.

MESQUITA, B. A.; SILVA, J. R. S.; PAULA, R. Z. A. **Fatores Propulsores da Expansão Recente da Agricultura Capitalista no Maranhão**. In: Anais da IV Jornada Internacional de Políticas Públicas. 2009. Disponível em <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/8_agricultura/fatores-propulsores-da-expansao-recente-da-agricultura-capitalista-no-maranhao.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2018.

PITTA, F. T.; VEGA, G. C. **IMPACTOS DA EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO NO MATOPIBA: COMUNIDADES E MEIO AMBIENTE**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2017 Disponível em: <<https://www.tratamentodeagua.com.br/wp-content/uploads/2017/09/expansao-agronegocio-matopiba.pdf>>. Acesso em: 2 mar. 2017.

PNUD; IPEA; FJP. **Atlas de desenvolvimento humano do Brasil de 2013**. 2013. Disponível em: <www.atlasbrasil.org.br/2013/data/rawData/idhm-do-brasil.pdf>. Acesso em: 5 mai. 2015.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 9 ed., 1944.

PRADO JR. C. A. **História econômica do Brasil**. 18.ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

PRADO JR., C. A. **Questão Agrária**. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

SILVA, H. O. Agricultura Familiar: Diversidade E Adaptabilidade. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 12, p. 161-167 1999. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=23801212>>. Acesso em: 2 fev. 2018.

SILVA, J. G. **O que é questão agraria**. 4 ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.

SILVA, J. R. S. Produção de commodities, desmatamento e insegurança alimentar na Amazônia brasileira. **Revista Geográfica de América Central Número Especial**, Costa Rica, p. 1-15, 2011.

SILVA, J. R. S. **Segurança alimentar, produção agrícola familiar e assentamentos de reforma agrária no Maranhão**. 2006. 217 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Centro de Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2006.

SORJ, B. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

WANDERLEY, M. N. B. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade**. 2014. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2014/06/Texto-6.pdf>>. Acesso em 25 jan2018

WANDERLEY, M. N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. In: XX Encontro Anual da ANPOCS, 1996, Caxambu - MG. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Raizes%20Historicas%20do%20Campesinato%20Brasileiro%20-%20Maria%20de%20Nazareth%20Baudel%20Wanderley%20-%201996.pdf>>. Acesso em: 2 fev. 2018.

XAVIER, G. L. **Agronegócio e capitalismo dependente na América Latina: o caso brasileiro**. **Argum.**, Vitória, v. 9, n. 2, p. 147-160, 2017. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/15017/11902>>. Acesso em 2 fev. 2018.

3. IMPACTOS DIRETOS SOBRE O AVANÇO DOS MONOCULTIVOS

13. A convivência com os donos/administradores das áreas que produzem soja/eucalipto é pacífica? () sim () não Ou conflituosa? () sim () não

14. Já trabalhou nessas áreas em troca de pagamento de diárias () sim () não

15. Já recebeu proposta para venda () ; arrendamento () aluguel () da sua propriedade para a produção de soja ou eucalipto? () não

16. Já arrendou () alugou () sua propriedade ou parte dela para a produção de soja ou eucalipto? Se sim, por que? Se não, por que? _____

17. Já se sente ou sentiu pressionado pelo avanço da produção de soja ou eucalipto? () sim () não. Se sim, por que? Se não, por que? _____

18. Nesta comunidade existe prática de arrendamento () ou aluguel () das propriedades para a produção de soja ou eucalipto? Quantas famílias _____

19. Já pensou em vender a propriedade para trabalhar noutra atividade? Se sim, por que? Se não, por que? _____

20. A utilização de agrotóxico/pesticidas na produção de soja ou eucalipto prejudica sua propriedade ou a comunidade de alguma forma sim () não () Por que? _____

21. Em sua opinião, o avanço da soja ou eucalipto traz mais vantagens ou desvantagens para Chapadinha? Se vantagens, quais? Se desvantagens, quais? _____

22. Os produtores de soja ou eucalipto trouxeram algum benefício social para a comunidade, localidade? sim () não () qual (is)? _____

23. O povoado participa/ou de algum programa social envolvendo as empresas de produtoras de soja ou eucalipto sim () não () qual (is)? _____

24. O resultado é/foi interessante para a comunidade? sim () não () De que forma? _____

_____/11/2017. _____

Assinatura